

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

ENCARTE
Os primórdios do
movimento operário no Brasil

PLANO REAL

DOIS ANOS DE RECESSÃO, DESEMPREGO E DEPENDÊNCIA

**GUERRILHA DO
ARAGUAIA
REVISITADA**

**CHINESES
RETIFICAM ERROS
DA ÉPOCA DE MAO**

Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.

Comissão Editorial
Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira,
José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto,
Sara Romera, Luciano Martorano
e Roniwalter Jatobá

Conselho Editorial
Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo,
Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes,
José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho,
Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini,
Madalena Guasco, Olival Freire Jr.,
Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva, Altamiro Borges,
Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe,
Clóvis Moura, Guiomar Prates,
Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes,
Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretário de Edição
Edvar Luiz Bonotto

Projeto Gráfico
Augusto L. de Oliveira

Edição de Texto
Maria Betânia Ferreira

Distribuição e Vendas
Divo Guisoni

Administração
Márcia Regina Viotto

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica
Limiar Assessoria em Comunicações

PRINCÍPIOS é uma publicação da
Editora Anita Ltda.

Rua Monsenhor Passalacqua, 158
01323-010 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 289-1331

E-mail: agprincipios@ax.ibase.org.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda:

SÃO PAULO: PUC - Livraria do Amaral - lojas 1 e 2 - fone: 864-1267 e 864-9831; Banca Estadão - Viaduto 9 de Julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288; USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. BELO HORIZONTE: Banca Praça Sete - R. Rio de Janeiro c/ Afonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Afonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. GOIÂNIA: Banca do Maranhão - R. 8 c/ Av. Anhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçada - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário.

	3	
Contra o neoliberalismo e em defesa do socialismo		Comissão Editorial
	4	
O Plano Real está em crise?		Lecio Moraes
	16	
Imperialismo e neoliberalismo		Nelson Werneck Sodré
	22	
A Guerrilha do Araguaia: um resgate para a história		Romualdo Pessoa Campos Filho
	29	
O mergulho e a emersão da Guerrilha do Araguaia		Gilvane Felipe
	34	
Qual cidadania?		Sérgio Benassi
	40	
Mao Zedong na história da China		Haroldo Lima
	52	
Socialismo cubano enfrenta duplo bloqueio e se afirma		Áldo Arantes
	58	
A Escola dos <i>Annales</i> e a <i>Nova História</i>		Raul Carrion
	70	
A punição da maternidade		Olívia Rangel
	73	
125 anos da Comuna de Paris		
	75	
<i>O capital</i> numa época governada pela desrazão		Francisco José Soares Teixeira
	79	
Resenhas		
Encarte Especial		
Capa: Flávio Nigro		

Contra o neoliberalismo e em defesa do socialismo

O Plano Real fez dois anos, e o mundo já não é tão róseo como se anunciou no início da atual política econômica do governo. Lécio Moraes destrincha as razões das dificuldades. Dificuldades, aliás, antevistas por *Princípios* desde a implantação do plano. O pano de fundo dessas dificuldades, a situação de dependência agravada pela política neoliberal, é descrito no artigo de Nelson Werneck Sodré, que estréia como colaborador em nossa revista. Esta contribuição sinaliza o reconhecimento que *Princípios* vem obtendo entre a intelectualidade progressista e avançada de nosso país. Bem vindo!

Este ano marca o 125º aniversário da Comuna de Paris, lembrado na entrevista de Claude Willard. Ela foi a heróica antecessora das revoluções socialistas modernas, cuja história e vicissitudes são abordadas nesta edição pelos artigos de Haroldo Lima, sobre Mao Zedong e de Aldo Arantes, sobre Cuba.

Com esta edição publicamos, num encarte especial, o ensaio escrito pelo professor Edgard Carone. "Os primórdios do movimento operário no Brasil (1820-1914)" apresenta material de pesquisa e análise que contribuem para o aprofundamento da história do movimento operário.

★ ★ ★

A história da Guerrilha do Araguaia esteve na obscuridade durante muitos anos devido, principalmente, ao *segredo militar* que a ditadura impôs sobre ela e que se manteve durante a Nova República. Nos últimos anos, a história daquela que foi a maior resistência armada contra o arbítrio do governo dos generais passou aos jornais. Recentemente, *O Globo* fez uma enorme cobertura sobre o assunto. A história da Guerrilha extrapola a história do PCdoB; ela é, na verdade, um capítulo importante e heróico da história do povo brasileiro. Assim, o esclarecimento dos muitos mistérios que a envolvem interessa ao PCdoB e, principalmente, à consciência democrática e progressista do país. Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe enfrentaram essa questão. Visitaram o Araguaia, cenário da luta, em cumprimento de responsabilidades acadêmicas – ambos são historiadores da Guerrilha – e de anseios políticos – ambos são militantes políticos ligados à causa dos trabalhadores e da revolução. Apresentamos, nesta edição, o relato feito por cada um deles, desvendando aspectos diferentes daquela epopéia, esclarecendo alguns pontos, e confirmando outros. É uma contribuição ao conhecimento do passado recente do país e da violenta repressão que se abateu contra aqueles que ousaram desafiar a tirania.

★ ★ ★

Uma boa notícia aos amigos leitores é que *Princípios* está sendo enviada para mais de 65 países. É a contribuição desta revista à luta ideológica contra o neoliberalismo e em defesa do socialismo científico.



Comissão Editorial

O Plano Real está em crise?

LÉCIO MORAIS

A partir da crise do México, mudaram as condições que serviram de premissas ao Plano, inviabilizando sua estratégia original. Vivemos agora fase inconsistente que se traduz em distorções e incoerências

O aniversário de dois anos do Plano Real foi comemorado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, e com a divulgação de muitos números positivos. Inflação de 3,63% no primeiro quadrimestre do ano, projeção de 15% para o ano de 1996; meio circulante estável; a balança comercial deixou de ser deficitária, acabando o primeiro trimestre em equilíbrio; voltou a haver um grande fluxo de dólares desde julho de 1995, acumulando reservas no Banco Central, até abril, de mais de 55 bilhões de dólares. O déficit fiscal, que em 1995 subiu para 5,05%, ao fim do primeiro trimestre diminuiria para 2,59%. As taxas de juros, apesar de muito altas, estariam declinando.

No entanto, fora do governo existe um reconhecimento de que há sérios problemas, havendo um sentimento de que o Plano está em perigo. Uns apontam o câmbio valorizado, outros o déficit público, outros ainda os juros, ou a falta de reformas constitucionais, ou o desemprego, ou a exclusão social, ou mesmo a concorrência dos importados. O que andarão mesmo errado com o Real?

Discutiremos aqui esses problemas, a partir de uma visão mais global sobre o Plano Real em seus diversos momentos.

O déficit do balanço de serviços

Os países dependentes de um modo geral – e os latino-americanos em espe-

cial – apresentam um déficit externo permanente e estrutural. Esse déficit é do balanço de serviços. Embora possam apresentar, por períodos, saldos comerciais ou de entrada de capitais positivos, o saldo de serviços é sempre negativo. Esse saldo negativo é composto pelos pagamentos de serviços (como fretes e seguros) e, principalmente, pelas chamadas “remunerações de fatores de capital”: juros e *royalties* (ver quadro explicativo na pág. 5).

Qualquer plano ou estratégia econômica em um país latino-americano deve ter, explícita ou implicitamente, como referência e principal problema a equacionar, a capacidade de absorver e manter a chamada poupança externa, o capital estrangeiro, dentro do espaço econômico nacional. Essa propriedade decorre da própria essência da dependência e do pressuposto teórico de que a poupança interna de um tal país é insuficiente para ensejar o desenvolvimento nacional, a produção de riquezas e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Essa capacidade de atrair a poupança externa de um país depende de dois conjuntos de variáveis interligadas: atrativos internos e capacidade de pagamento. Os atrativos internos envolvem fatores bastante diferentes, tanto econômicos (taxas de juros e câmbio favoráveis, oportunidade de investimento, mercados promissores, baixa tributação, vantagens comparativas em mão-de-obra e matérias-

primas) como políticos (estabilidade política e institucional, legislação, posição ideológica dos governantes favorável aos investimentos externos).

Já a capacidade de pagamento significa a quantidade de divisas que um país pode manter a fim de garantir a remessa regular, para o exterior, dos ganhos obtidos (a chamada remuneração de fatores: juros, lucros, *royalties*) e também a repatriação, se necessário, das quantias investidas ou emprestadas.

Embora o objetivo seja sempre a atração da poupança externa, é a manutenção da capacidade de pagamento que garante, em última instância, a possibilidade de atrair capitais e, o que é mais importante, de manter-se integrado ao sistema capitalista mundial.

Em torno desses dois conjuntos de variáveis vêm se compondo os diversos planos e estratégias econômicas do desenvolvimento brasileiro. Numa hora, o país fornece atrativos e existe uma grande entrada de capitais externos sob as mais diversas formas; noutra hora, esses capitais cessam sua entrada, aumentam a repatriação de seus ganhos e do principal investido, e o país esforça-se para manter sua capacidade de pagamento (financiamento do déficit).

O movimento pendular de entrada e saída dos capitais externos está por trás das diversas fases de crescimento e crise. Desde a década de 50 pensadores como Celso Furtado defendem como funda-

mental para garantir um desenvolvimento nacional contínuo a solução do estrangulamento cambial a que o país fica sujeito, cada vez que a conjuntura internacional fica desfavorável, interrompendo a dinâmica do crescimento, jogando o país de volta à estagnação.

Assim também pensam, embora por outro viés, os economistas que elaboraram e atualmente conduzem o Plano Real.

Estratégias de captação de poupança e de financiamento do déficit externo

Ao longo da história adotaram-se, ao sabor das conjunturas externas e internas, inúmeras políticas de captação de poupança externa, ou, na sua ausência, de financiamento do déficit. Existem duas formas de obter recursos externos: pelo ingresso de capital – sob a forma de investimento ou de empréstimo – ou pela obtenção de superávits na balança comercial¹, vendendo mais do que comprando. Ambas propiciam a entrada de divisas e permitem manter a liquidez e o pagamento dos compromissos em dia. O problema é que as duas formas são excludentes entre si, por motivos que veremos adiante, não podendo atuar conjuntamente, a não ser por pouco tempo, até que uma substitua a outra.

Nossa história recente mostra a alternância do uso dessas duas estratégias. Do fim da década de 60 até o início dos anos 80, fase do “milagre” e de sua crise, o financiamento foi feito via ingresso de capitais, principalmente sob a forma de empréstimos. Essa época caracterizou-se, no mercado internacional, por taxas de juros em queda e abundância de créditos, situação criada pela inflação do dólar e pela reciclagem dos petrodólares. Essa situação mudou bruscamente em 1979, com forte elevação das taxas de juros e escassez de cré-

ditos para o Terceiro Mundo, inviabilizando os países devedores.

Após o *crack* da dívida de 82, inviabilizada a captação de capital externo, mudou-se a estratégia para dar continuidade ao pagamento dos compromissos externos. Sob a orientação do Fundo Monetário Internacional – FMI, o Brasil de Figueiredo e Delfim Netto adotou o lema “exportar é o que importa”. Criaram-se incentivos para os exportadores, de ordem financeiro-creditícia e cambial. No câmbio, adotou-se uma política de desvalorização sistemática da moeda nacional, que passou a ser diária, acom-

panhando a inflação. Isso permitiu que o preço em dólar de nossos bens fosse sempre estável ou declinante para o consumidor estrangeiro. Liberaram-se também operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio (conhecidas como ACC), que permitiam que os exportadores recebessem adiantado os dólares de suas exportações. Com juros externos mais baixos, aplicavam aqui, em títulos da dívida pública ou em outros papéis, com juros maiores. Assim, os exportadores obtinham ganhos financeiros que os ajudavam a serem mais competitivos lá fora. Enquanto isso, os juros altos e

Entendendo o balanço de pagamentos

O balanço de pagamentos é uma peça contábil semelhante ao balanço de uma empresa, registrando as transações de um país com o exterior. O Balanço é dividido em duas grandes contas (ou balanços): a balança de transações correntes e a balança de capitais.

A balança de capitais (ver tabela 2) registra o movimento de entradas e saídas de todas as transações que alteram o estoque de capitais no interior de um país, para mais ou para menos. Registra então as contas referentes aos pagamentos e recebimentos de investimentos, empréstimos ou amortizações. Geralmente essa balança é apresentada de forma simplificada (como na tabela 2), mostrando o saldo líquido de cada conta, isto é, o resultado do que entrou, já descontado o que saiu.

A balança de transações correntes (ver tabela 3) registra as contas referentes às transações comerciais ou financeiras. Ela, por sua vez, está dividida em outras três contas: a balança comercial, a balança de serviços e as transferências unilaterais.

A balança comercial registra as transações de importação e exportação de bens. A balança de serviços registra as receitas e despesas referentes a dois tipos de serviços: as dos serviços propriamente ditos (serviços reais, ou não-fatores) como fretes, seguros, viagens, consultorias etc., e as dos serviços de fatores, como juros, lucros, aluguéis e royalties (são serviços de fato-

res por representarem os fluxos de rendas decorrentes da propriedade do capital). O saldo da conta de serviços de fatores denomina-se renda líquida enviada ao exterior.

Por último, a conta de transações unilaterais registra remessas, pagas ou recebidas, feitas por fontes privadas ou oficiais, como as dos emigrantes (como nossos dekaseguis no Japão), bem como doações e ajudas governamentais (elas se chamam unilaterais porque para essas remessas não existe contraprestação de nenhum bem ou serviço). Assim como a balança de capitais, essa conta é sempre apresentada pelo seu saldo líquido.

A soma dos saldos de comércio e de serviços, mais o das transações unilaterais, chama-se saldo em transações correntes. Esse saldo tem grande significado macroeconômico, mostra se o país está recebendo (se deficitário) ou remetendo (se superavitário) poupança para o exterior.

O resultado líquido do balanço de pagamentos (soma do saldo em transações correntes com o saldo de capitais) registra se o país, no período, dependendo se superavitário ou deficitário, ganhou ou perdeu reservas internacionais, que são constituídas principalmente por divisas (moedas estrangeiras), ouro e outros direitos (como os Direitos Especiais de Saque – créditos do FMI)¹⁶.

L. M.

outras medidas recessivas freavam ao mesmo tempo a demanda de importações e a demanda interna, com o duplo objetivo de economizar divisas e de criar excedentes exportáveis. Essa perversa combinação de incentivos à exportação e recessão destruiu a moeda nacional e a capacidade fiscal do Estado.

Nesse período, ao déficit em conta corrente somou-se a necessidade de pagamento dos empréstimos tomados ao longo da década de 70. Com efeito, durante os dez anos que vão de 1982 a 1991, remetemos para fora, sob a forma de serviços, juros, lucros e amortizações de empréstimos, a impressionante cifra de US\$ 215 bilhões, tendo conseguido acumular saldos comerciais de US\$ 116 bilhões e recebido em capitais apenas US\$ 61 bilhões². A enorme desproporção desses números revela que o financiamento do déficit externo, apesar do esforço exportador, foi deficiente, explicando a necessidade que teve o país de renegociar por diversas vezes sua dívida externa, chegando inclusive a decretar moratória por duas vezes, suspendendo parcialmente o pagamento do serviço da dívida.

A fase de crescimento recente e a estratégia do Real

Mas ao fim da década de 80 a situação do mercado internacional tinha mudado. Além de profundas modificações na sua estrutura provocadas pela globalização, com a recessão americana, as taxas de juros voltaram a cair, e o capital e o crédito voltaram a ficar abundantes. Era possível outra vez captar a poupança externa, e o Brasil entrava em nova fase de desenvolvimento capitalista³ (ver gráfico 1).

Embora desde 1989 houvessem sido adotadas medidas no sentido de liberalizar a entrada e a saída de capitais financiados no país, foi o governo Collor que implementou uma radical mudança na política e na estratégia da economia nacional.

De olho nos exemplos do México e do Chile, e depois da Argentina, que a essa época atraíam bilhões de dólares para suas economias, o governo Collor aderiu à agenda de prioridades do Primeiro Mundo e do mercado financeiro internacional. Fez profundas modificações na legislação de comércio exterior e de

câmbio, desmontou as barreiras de importação, liberando a entrada e a saída de capitais monetários, até então restritas e totalmente centralizadas no Banco Central. Em 1992, já com Márcio Marques Moreira à frente do Ministério da Economia, a taxa real do juro básico da economia⁴, que tinha sido de 5% no ano anterior, pulou para 30% (ver tabela 1).

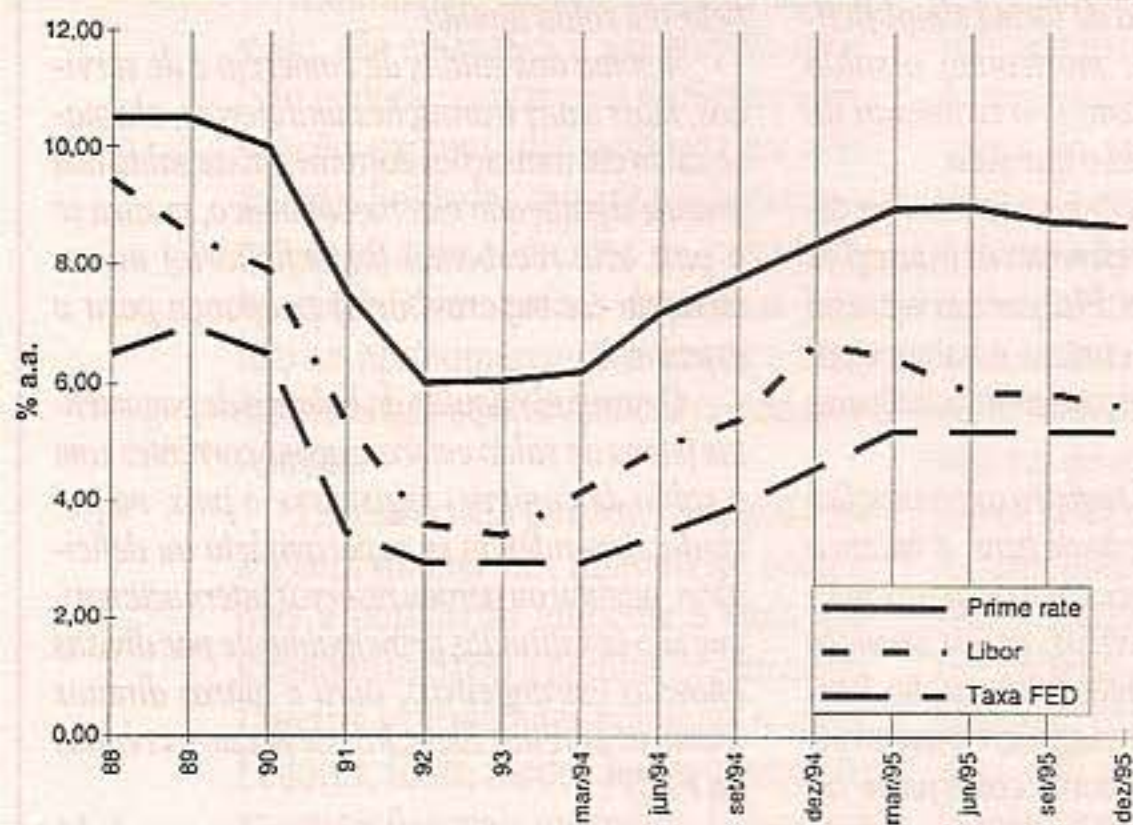
O objetivo dessas mudanças era atrair capitais externos pela

expectativa de ganhos com as elevadas taxas de juros internas, ditadas pela taxa da dívida pública e pela adoção de mecanismos cambiais que garantiam liberdade de entrada e saída desses capitais. Com isso dava-se liquidez ao investidor externo, pré-requisito agora indispensável para esses capitais. Essas mudanças, induzidas pela nova conjuntura do mercado financeiro internacional, eram fruto de uma outra estratégia de crescimento e de uma correspondente estratégia de financiamento do déficit externo, que voltava a ser, como na época do milagre, baseada na entrada de capitais forâneos.

O Plano Real veio dar coerência a essa nova estratégia, ainda sujeita, até então, a diversos empecilhos e inconsistências, como a manutenção dos incentivos às exportações. O objetivo era, a partir da consecução da estabilidade da moeda nacional, vinculada a reservas em dólares, concluir a construção de um ambiente atrativo e seguro para receber uma grande quantidade de poupança externa. Por conta das baixas taxas de juros dos países centrais, capitais de risco estavam ávidos por ganhos nos chamados mercados emergentes. Caso o Brasil lograsse atingir a estabilidade monetária e política de outros países latino-americanos, e garantindo ganhos a esses capitais, poderíamos dispor de forma continuada dessa "poupança", financiando assim nosso desenvolvimento.

Esse Plano encaixava-se numa estratégia, já iniciada, de reestruturação da economia brasileira. Abandonou-se o modelo até então praticado de aquisição de um parque produtivo complexo e diversificado pela substituição de importações, adotando-se um modelo globalizado, priorizando setores onde pudessemos obter vantagens comparativas frente ao mundo, abandonando e substituindo-se por importações as atividades em que não pudessemos concorrer no mercado internacional. Com as divi-

Gráfico 1 – Taxas de juros internacionais



Fonte: Boletim do Banco Central

sas que afluíssem, financiaríamos não só o déficit de serviços, como a importação de bens de produção para modernizar e ampliar a produção nacional.

A moeda estabilizada valorizou-se frente ao dólar americano, barateando-se e encarecendo nossas exportações. Esse efeito caiu como uma luva para os objetivos do Plano de reestruturar a economia e controlar preços. Rapidamente propiciou uma grande elevação das importações de máquinas⁵, como também de inumeráveis insumos, componentes e bens de consumo, acelerando os ganhos de produtividade de alguns setores e sucateando outros com menor competitividade. A esse processo o diretor do Banco Central e um dos mentores do Real, Gustavo Franco, citando Schumpeter, chamou "destruição criadora".

A conseqüência dessa mudança revelou-se numa drástica inversão do saldo comercial, com o superávit transformando-se em poucos meses em um déficit significativo. Guardando a coerência, no final de 1994, esse déficit comercial foi apresentado pelo Ministro da Fazenda da época e por Gustavo Franco como um efeito desejável e corolário do Plano Real (o que era verdadeiro), tendo Franco declarado clara e taxativamente que "a lógica da política cambial é produzir redução das exportações, aumento das importações, déficit em conta corrente no Balanço de Pagamentos e, portanto, retornar o país a importador de capitais. Essa importação, junto com a poupança interna, acumulada pelo setor privado, é que vai financiar o crescimento econômico"⁶.

A questão da dívida externa, que assombrou o país por mais de uma década, era considerada, após a renegociação de maio de 1994, como problema solucionado e assunto *demodé*. Tal era a confiança das autoridades na capacidade de financiamento pela entrada de capitais que completavam: "isso significa

que os exportadores que conseguiram competitividade internacional porque cobriam ineficiências com ganhos financeiros (alusão aos ACCs) tenderão a se dar mal com a nova política cambial, quer se voltem para o abastecimento do mercado interno ou procurem outro ramo de atividade"⁷. Ou seja: com o Plano Real, tinha chegado ao fim o tempo em que se obtinham superávits comerciais e em que o déficit era não só perfeitamente financiável pela entrada de capitais, como também necessário.

Com efeito, nos primeiros meses do segundo semestre de 1994, além da mudança da política cambial, o Plano desativou todos os incentivos à exportação, limitando drasticamente, inclusive, a utilização de adiantamentos de contrato de câmbios (ACCs).

O Real veio assim consolidar e tornar coerente a nova estratégia para as contas externas iniciada no governo Collor. Essa estratégia era, então, apoiar-se na entrada de capital monetário externo, considerada firme, financiar o déficit externo e até aumentá-lo, utilizando o superávit financeiro conseguido (fluxo nominal da poupança externa) para aumentar as importações (fluxo real, contrapartida do nominal), alavancando o crescimento nacional.

E havia razões para sustentar tamanha confiança na firme oferta de capital estrangeiro. A partir de 1992, o fluxo líquido de capitais para o país, que vinha sendo de modo geral negativo desde o início da década de 80, passou a ser crescentemente positivo. Foi de US\$ 7,8 bilhões em 1992, US\$ 9,3 bilhões em 1993, e US\$ 20,7 bilhões no primeiro semestre de 1994⁸. Os juros internacionais continuaram em baixa até o início do ano de 1994, propiciando a vinda de capitais em busca de oportunidades em mercados exóticos. Não havia prognóstico de que essas taxas voltassem a subir de forma duradoura.

A crise do México e as mudanças na política cambial

Mas durante o primeiro semestre de 1994 as coisas já estavam mudando no mercado internacional. Os claros sinais que apontavam para o fim da recessão nos Estados Unidos marcaram uma virada na política monetária do FED americano. Levado pela paranóia antiinflacionária, o FED passou a elevar de maneira sistemática a taxa de juros básica, elevando com isso o conjunto das taxas de juros no mundo. No ano de 1994, enquanto a *prime rate* passava de 6% para 8,5%, a *libor* subia de 3,43% para 6,76% (ver gráfico 1).

Com essa elevação nas taxas de remuneração, o capital monetário do mundo começou a refluir de volta à metrópole. Em um primeiro momento, os capitais deixaram de afluir aos chamados mercados emergentes, quebrando o círculo que permitia a esses mercados financiarem seus déficits com mais di-

Tabela 1 – Brasil: taxa básica de juro real Títulos Federais (Over/Selic)*

Período	Em 12 meses
dez/87	-2,70
dez/88	-1,80
dez/89	3,50
dez/90	4,00
dez/91	5,40
dez/92	30,20
dez/93	7,10
dez/94	24,80
mar/95	31,02
jun/95	28,49
set/95	33,46
dez/95	33,08

(*) Taxa de 12 meses ao fim do período (ver nota 3).
Deflacionados pelo IGP-DI.
Fonte: Boletim do Banco Central

nheiro externo, e deixando os países mais expostos, como México e Argentina, em dificuldades. Em um segundo momento, ao final do ano, o mercado percebeu que as reservas de divisas de certos países estavam minguando; instalou-se então o pânico e começou a fuga em massa que terminou com a quebra do México e a concordata da Argentina.

Essa inversão dos fluxos surpreendeu o Plano Real em seu início, provocando, para um observador desatento, um estranho fenômeno. De fato, durante o primeiro semestre de 1994 entraram no

país US\$ 15 bilhões em capitais líquidos, mas no segundo semestre a situação inverteu-se bruscamente, registrando-se uma saída líquida de US\$ 738 bilhões (ver tabela 2). A torrente de capitais tinha repentinamente estancado, assim que se iniciou o Plano Real, um plano feito para os investidores estrangeiros e de acordo com eles, e quando o candidato a Presidente da República por eles apoiado vencia o primeiro turno!

Esse estranho fenômeno ilustra bem o funcionamento de uma economia dependente nas condições de um mundo

globalizado. Mostra que mesmo a construção do melhor dos ambientes pode redundar, por força do movimento exógeno do capital, em resultados medíocres ou mesmo em desastre.

Porém, como se pode ver na tabela do Balanço de Pagamentos (ver tabela 2), já no segundo semestre de 1995 registrou-se uma grande recuperação na entrada de capitais e na balança comercial, trazendo júbilo ao governo. Essa recuperação deve-se não só às medidas tomadas pelas autoridades brasileiras, assustadas com o caso mexicano, como

A queda de Domingo Cavallo

Ao fim do mês de julho, a notícia da demissão do ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, foi recebida com júbilo pela população e pelos trabalhadores, e com preocupação pelos meios financeiros local e internacional. No entanto, parece que nada vai mudar.

Passado o período da euforia dos primeiros anos do plano de estabilidade neoliberal, que tornou, por força de lei, o peso argentino igual ao dólar, a Argentina começou a sentir o preço cobrado pelo capital financeiro. A herança deixada pelos anos do "milagre neoliberal" está sendo bem amarga para a maioria do povo argentino. A imagem rósea daquele país, tão laboriosamente construída pela mídia nacional e internacional, vai sendo pouco a pouco substituída por uma dura realidade de empobrecimento, desemprego, exclusão social e evasão de riquezas.

Quando se iniciou o plano de estabilização, em 1991, existiam, na Argentina 888 mil desempregados. Agora em maio os desempregados eram 2,04 milhões, além de mais de 1,5 milhão de subempregados. De sua população, 25% agora vive abaixo do limite de pobreza, e 15% pode ser considerada miserável. Uma nação que há cinco décadas tinha superado os aspectos mais pungentes da pobreza e do analfabetismo hoje fica chocada com imagens de televisão mostrando, em favelas da

cidade de Rosário, crianças caçando gatos para comer.

Ao lado disso, multiplicaram-se os casos de corrupção e de sonegação fiscal envolvendo diversos ministros, inclusive o próprio Cavallo, que teve suas contas bancárias expostas na televisão, mostrando que, embora ele tivesse auferido renda equivalente a mais de 260 mil dólares, só declarou à Receita US\$ 59 mil. Estima-se que as classes dominantes argentinas sonegaram do fisco, no ano passado, mais de 25 milhões de dólares.

A economia foi em grande parte sucateada. Apesar de ter angariado US\$ 25 milhões com a privatização de suas estatais, a dívida externa cresceu para US\$ 91 bilhões, enquanto a dívida pública chegou a 82 bilhões.

À custa desse enorme ônus, uma pequena minoria enriqueceu, e também ficaram mais ricos as suas classes dominantes e seus sócios estrangeiros.

Mas a quebra do México mostrou o esgotamento do modelo neoliberal, e a "estabilização neoliberal" de Menem e de seu Ministro Cavallo já não funciona mais como antes, exigindo cada vez mais sacrifícios dos argentinos. O Ministro Cavallo, já muito desgastado, fez uma última investida, enviando ao Congresso um pacote que implicava a redução de salários de 2,4 milhões de argentinos, a diminuição de benefícios da previdência so-

cial e a demissão de mais 30 mil servidores públicos.

Foi a gota d'água. Menem viu que com o seu ministro desgastado não conseguiria mais impor o ônus de seu plano à população. O resultado foi sua substituição por outro economista ortodoxamente confiável, também doutorado na escola de Chicago, na esperança de poder, com um novo ministro, continuar a sua política neoliberal. Ou seja, mudou-se para continuar tudo igual.

É claro que essa troca de guarda implica riscos. Um mercado financeiro altamente volátil fica sempre sujeito a movimentos de pânico, e o perigo de uma corrida especulativa contra o peso argentino – que pode desdobrar-se para o real e outras moedas latino-americanas – existiu e continua presente. Essa ameaça especulativa contra a Argentina também se estende ao Brasil e aos outros países sul-americanos, porque estão todos no mesmo figurino neoliberal, tiveram suas economias abertas, tornando-se dessa forma, ainda mais vulneráveis aos caprichos do mercado financeiro internacional.

As lições da tragédia argentina, como da mexicana, são muitas. Em especial para o Brasil, que, tendo se atrasado para se engajar no projeto neoliberal, pode contemplar o seu futuro no presente infausto dessas nações-irmãs.

Lécio Morais

pela frustração de expectativas dos capitais monetários com a estabilização das taxas de juros internacionais que, durante 1995, pararam de subir, mantendo-se no patamar a que chegaram em 1994 (ver gráfico 1).

De toda forma, são as medidas adotadas pelo governo Fernando Henrique o que nos interessa discutir, e ver como elas modificaram a estratégia original do Plano Real.

A crítica conservadora sobre os acontecimentos no México centrou-se sobre a imprudência daquele país em acumular, por anos seguidos, déficits crescentes na balança comercial, fazendo com que a culpa do desastre fosse mais uma vez dos países dependentes. Não esclareciam que o México, assim como outros países (inclusive o Brasil do Plano Real), ao aceitarem a enorme entrada de capitais, não tinha outra coisa a fazer senão adquirir bens e serviços no exterior, porque essa era a estratégia de crescimento adotada pela versão de modelo neoliberal preconizada para os “mercados emergentes”: liberalização de importações e moedas dolarizadas. Com moedas atreladas ao dólar (com câmbio fixo ou não) e uma enxurrada de capitais entrando, o câmbio só poderia valorizar essas moedas, barateando importações, que agora, livres, cresciam,

ocasionando inevitáveis déficits. Dessa crítica resultava, para os mercados emergentes, a constatação de que, em troca de facilitar a entrada de dólares, exigia-se que eles os mantivessem disponíveis, só podendo utilizá-los transformando-os em poupança real, de forma parcimoniosa, o que aumenta em muito os custos dessa poupança.

Outra coisa que resultou da crise do México foi a compreensão – para os demais países – de que o fluxo de capitais não podia ser permanente, nem era confiável.

Essa nova realidade caiu como uma bomba sobre o novo governo no dia mesmo de sua posse. A estratégia sob a qual tinha sido montado o modelo que culminou com o Plano Real, baseada em uma oferta firme de capital externo para financiar as contas externas, acrescidas do déficit comercial, não era mais aceitável pelos investidores internacionais. A opinião pública interna e externa, recentemente formada pelos especialistas da mídia, apontava para o México e dizia que um país, para ser confiável, agora também não poderia manter déficits comerciais. Durante os dois primeiros meses de 1995, em meio a grande instabilidade do mercado internacional, travou-se uma luta surda dentro da equipe do governo para traçar novos

rumos do Plano Real, que tinha acabado de ter sua estratégia inviabilizada. Aparentemente, como veremos, essa luta acabou em empate: continuou-se com o objetivo de atrair e acumular capitais monetários e, ao mesmo tempo, adotaram-se medidas que desestimularam a importação e incentivaram a exportação.

A política de comércio exterior sofreu profunda modificação. Vejamos como explica isso o *Relatório Anual do Banco Central* para 1995.

“No início do ano, a política de manutenção de déficits comerciais foi reavaliada [grifo meu], diante da incerteza quanto ao aprofundamento de déficits em transações correntes, num cenário de instabilidade nos mercados financeiros externos. Assim, o governo procurou estabelecer uma estratégia visando reequilibrar os fluxos de comércio. Inicialmente, atenção especial foi dada ao setor exportador, com vistas a aumentar as receitas com as vendas externas. Posteriormente, ações foram desenvolvidas no sentido de regular as importações em setores menos prejudiciais ao processo de estabilização de preços e de modernização do parque produtivo”.

Para incentivar as exportações o governo voltou a liberar, em janeiro de 95, os famosos ACCs, concedendo-lhes maior prazo de antecipação – seis meses – e até um ano para pagar. Com isso o exportador pode receber dólares até seis

Tabela 2 – Balança de capitais do Brasil (US\$ milhões)

	1994			1995		
	Primeiro semestre	Segundo semestre	Ano	Primeiro semestre	Segundo semestre	Ano
Capitais (sado)	15.032	-738	14.294	6.443	23.377	29.820
Investimento direto líquido	6.448	1.683	8.131	-1.492	6.162	4.670
Reinvestimento	50	33	83	146	54	200
Financiamento	580	1.359	1.939	1.224	1.417	2.641
Empréstimos em moeda(*)	12.183	2.209	14.392	12.860	21.543	34.403
Outros capitais	1.054	-304	750	-344	-724	-1.068
Amortizações(*)	-5.283	-5.718	-11.001	-5.951	-5.075	-11.026

Fonte: Relatório do Banco Central de 1995.

(*) Nota: excluindo o valor de US\$ 39,41 bilhões da rolagem do acordo da dívida externa (movimento apenas contábil) (1º sem./94).

meses antes do embarque e pagar até seis meses depois da venda. Nesse período, ele, que tomou os dólares a 8%, pôde usar aplicações aqui que pagam até 30%, embolsando a diferença ou diminuindo o custo do produto exportado. Voltou-se a conseguir competitividade com ganhos financeiros, prática condenada por essas mesmas autoridades havia apenas três meses!

Acresça-se o fato de que o governo também concedeu aos exportadores, além da isenção de tributos, o reembolso de 5,37% sobre suas aquisições de insumos, a título de crédito presumido de PIS/Pasep e da Cofins, pagos por seus fornecedores, que pode ser recebido em crédito de IPI ou em dinheiro, direto do Tesouro.

As importações de bens de consumo foram restringidas temporariamente via aumentos de tarifas, alguns considerados ilegais pelos acordos comerciais da Organização Mundial do Comércio – OMC. O imposto de importação para bens de

consumo duráveis (automóveis e eletroeletrônicos) para 109 componentes da indústria automotiva e para os têxteis foi elevado de 20% para até 70%. E doze itens de produtos da área de artefatos de couro tiveram suas alíquotas majoradas de 20% para até 63%. Outros itens como derivados de leite, borracha e ferro fundido também tiveram aumento de taxa, sendo inclusive necessário alterar a lista de exceções da tarifa comum do Mercosul – embora, em contrapartida, por medida antiinflacionária, fossem reduzidas a zero as tarifas de 136 componentes e insumos dos setores de alimentos, plásticos, química, aço e têxtil.

Mas a grande mudança de política foi quanto ao câmbio. A partir da circulação do real e até o início de 1995, o Banco Central não intervinha mais no mercado de câmbio. O real valorizou-se frente ao dólar, chegando até, em fim de outubro, a ser cotado a 82 centavos por dólar. Depois da crise mexicana, e após

dois meses de indefinições, o governo implementou uma nova política substancialmente diferente. Criou a chamada *banda de variação*, com taxas máximas e mínimas, comprometendo-se o Banco Central a atuar no mercado quase todos os dias, por meio de compra e venda de dólares ou, depois, por meio de leilões de *spread*¹⁰, restabelecendo (embora não se admita¹¹) a antiga política da década de 80 de controlar e ditar a taxa de câmbio mais conveniente à política do governo. Com a própria banda sendo também reajustada, o real passou a ser periodicamente desvalorizado, acompanhando a taxa de inflação interna, ou, em alguns períodos, superando-a, como antigamente, embora com métodos mais sofisticados¹². Aliás, essa banda que “escorrega” foi inventada no México (de onde também veio o empréstimo do nome “banda” – “faixa” em espanhol), que a adotou a partir de 1992, ao que se viu, sem bons resultados.

Tabela 3 – Balança de transações correntes (US\$ milhões)

	Balança comercial			Balança de serviços			Transferências unilaterais(*)	Saldo transações correntes
	Exportação	Importação	Saldo	Receita	Despesa	Saldo		
Total 1993	38.563,10	25.256,00	13.307,10	5.273,00	20.857,50	-15.584,50	1685,7	-591,70
1º trim	9.219,80	5.230,60	3.989,20	1.270,70	5.747,10	-4.476,40	340,00	-147,20
2º trim	9.150,60	6.007,00	3.143,60	1.170,60	4.573,50	-3.402,90	376,80	117,50
3º trim	10.370,80	7.328,70	3.042,10	1.298,10	4.885,10	-3.587,00	423,70	-121,20
4º trim	9.821,90	6.689,70	3.132,20	1.533,60	5.651,80	-4.118,20	545,20	-440,80
Total 1994	43.558,00	33.168,00	10.390,00	7.110,60	21.547,10	-14.436,50	2.595,50	-1.451,00
1º trim	8.876,00	6.049,00	2.827,00	1.633,10	4.634,00	-3.000,90	631,30	457,40
2º trim	11.225,00	7.088,00	4.137,00	1.714,80	5.120,60	-3.405,80	608,30	1.339,50
3º trim	12.182,00	8.024,00	4.158,00	1.865,40	4.746,10	-2.880,70	714,50	1.991,80
4º trim	11.275,00	12.007,00	-732,00	1.897,30	7.046,40	-5.149,10	641,40	-5.239,70
Total 1995	46.506,00	49.663,00	-3.157,00	9.592,00	28.192,00	-18.600,00	3.973,00	-17.784,00
1º trim	9.731,00	12.065,00	-2.334,00	2.218,00	6.352,00	-4.134,00	878,00	-5.590,00
2º trim	11.718,00	13.651,00	-1.933,00	2.256,00	7.793,00	-5.537,00	1.182,00	-6.288,00
3º trim	12.729,00	11.917,00	812,00	2.529,00	6.231,00	-3.702,00	1.016,00	-1.874,00
4º trim	12.328,00	12.030,00	298,00	2.589,00	7.816,00	-5.227,00	897,00	-4.032,00

(*) Saldo
Fonte: Boletim do Banco Central - Suplemento estatístico

Na prática, voltou-se a incentivar nossos exportadores, promovendo uma equalização de seus preços internos para com o dólar, gerando com isso uma pressão constante sobre a taxa de inflação, suficiente para termos índices mensais pequenos mas sempre positivos. É essa inflação induzida, que ficou sem controle nos anos anteriores, que permite a transferência de renda de outros setores (especialmente das rendas fixas, como o salário) para o setor exportador.

O conjunto desses mecanismos de incentivo à exportação (fiscais, creditícios e cambiais) ameniza sobremaneira a tão famosa e reclamada sobrevalorização do real frente ao dólar. Ficaram mais prejudicados apenas os pequenos, que quase não têm acesso aos ACCs. Para um grande exportador, contados os incentivos, calcula-se que sua taxa de câmbio efetiva, em junho de 1996, era de pelo menos 1,12 real por dólar, e não a taxa nominal ao par (um para um) como vigia naquele mês.

O conjunto dessas medidas propiciou, a partir do segundo semestre de 95, o reequilíbrio da balança comercial, tanto pela estabilização do valor das importações como pelo acréscimo das exportações (ver tabela 3).

Apesar de todas essas mudanças, o governo continuou a adotar medidas para atrair capitais externos e evitar que os já internacionalizados saíssem do país. Eliminou, durante o primeiro semestre, o pagamento do imposto sobre operações financeiras para o ingresso de recursos sob a forma de empréstimos ou para aplicação em títulos; reduziu os prazos mínimos de captação de 36 para 6 meses, entre outras medidas. No entanto, e no sentido inverso dessas liberações, tratou o Banco Central, resacado com o ataque especulativo à nossa moeda em março de 95, de reduzir de 50 para 5 milhões de dólares o teto do valor de que os bancos poderiam dispor para atuar no

mercado de câmbio. Isso centralizou, na prática, quase todas as divisas no Banco Central, voltando o Brasil dessa segunda fase do Plano Real a ficar ainda mais parecido com o dos anos 80.

Mas a principal medida para atração do capital externo foi a elevação das taxas internas de juros. A taxa básica real do banco Central (*overnight/selic*) que foi em média de 2,04% no segundo semestre de 1994, subiu para 2,42% no ano de 1995¹³. Aliás, essa foi a única medida que cumpriu um papel de integração entre as duas diferentes estratégias. Os juros elevados, à medida que servem de atração ao capital externo, freiam também a demanda interna, ajudando a equilibrar a balança.

Desse modo, passaram a conviver na política econômica duas estratégias simultâneas e opostas – uma que busca impedir déficit na balança comercial e outra que continua a captar divisas e atrair capital externo. Essa situação se denuncia pelo acúmulo formidável de reservas, que custa caro manter. De fato, essa nova estratégia enxertada no Real é, por alguns (especialmente os do Banco Central), justificada como temporária, até que os mercados financeiros voltem ao normal; para outros (como José Serra) ela seria um complemento à abertura comercial e teria uma duração mais prolongada. O difícil é entrever um horizonte, pelo menos a médio prazo, que viabilize o abandono da incômoda nova estratégia.

Essas mudanças foram convenientemente apoiadas pelos organismos internacionais. O BIRD e o FMI, apesar do discurso liberalizante, cancelaram publicamente as medidas de restrição às importações, desde que a balança se reequilibrasse e não houvesse no Brasil uma outra corrida e crise cambial igual à do México. Essa atitude também conveniente foi adotada por todos os principais governos do mundo, mesmo por aqueles, como o Japão e a Coréia do Sul,

que foram grandemente prejudicados em suas exportações. Só em meados de 1996, passado o susto, é que esses governos voltaram a se manifestar contra as barreiras às importações impostas pelo Brasil há mais de um ano.

A incompatibilidade entre os superávits de capitais e de comércio

Até agora viemos descrevendo os fatos econômicos. Vejamos agora com mais detalhes como funcionam alguns dos mecanismos econômicos envolvidos e onde reside a incompatibilidade entre superávits comerciais e superávits de capital.

Armados de certa dose de paciência, vejamos como funcionam os dois casos de relações de um país dependente com o resto do mundo, que expomos no início do artigo. Chamamos a atenção para o fato de que a exposição, em benefício da clareza, está feita de forma simplificada e, no possível, sem utilizar linguagem técnica. Aqui nos interessa compreender a essência do processo.

No primeiro caso, temos um país em desequilíbrio, que exporta mais do que importa, e seu superávit, única fonte de divisas, é destinado a saldar dívidas contraídas anteriormente, e a pagar os serviços de fatores como lucros e juros.

Como toda a divisa que entra sai, a moeda nacional não receberia impacto inflacionário se os exportadores (que transformaram a divisa em moeda nacional) fossem os mesmo devedores (que fazem a operação inversa). Como não é assim, essas divisas são primeiro trocadas por moedas nacionais, que aumentam de quantidade e passam a circular, até que os devedores as obtenham para fazer a operação inversa, pagando suas dívidas e mandando as divisas de volta ao exterior. No primeiro momento, esse acréscimo da moeda nacional não tem nenhuma

correspondência em novos bens (pois corresponde aos bens que foram exportados). Havendo mais moeda do que coisas a se comprar, gera-se uma subida desorganizada de preços. Essa inflação funciona como transferidora de renda. Até que o dinheiro se transforme outra vez em divisas e saia do país, perde quem tem renda fixa, como salários ou aluguéis. Por meio dessa inflação, aqueles que devem transferem o ônus de suas dívidas para outros, cujas rendas não acompanharam as taxas de inflação. Esse é um dos processos que geram concentração de renda: os mais ricos fazem dívidas, mas quem paga são os mais pobres.

Para que os exportadores, que geram as divisas, não sejam vitimados pela inflação, a moeda nacional tem que ser desvalorizada frente ao dólar, pelo menos na mesma taxa de inflação, compensando a desvalorização interna. Protegem-se os exportadores, mas realimenta-se a inflação.

Mas não é só isso. Como o país está enviando uma parte do que produz para o exterior, ele na verdade está transferindo sua poupança (o que ele produz e não consome) para fora, para outros países. Isso gera a estagnação de sua economia. Para essa união entre estagnação e inflação cunhou-se o neologismo *estagflação*.

Ainda nesse caso, para contornar o problema da inflação, há uma forma de o país evitar que, pela entrada de divisas, haja mais moeda em circulação. Para isso o governo vende títulos na quantidade suficiente para retirar o acréscimo da moeda nacional que não tem correspondência em bens para comprar. É a solução de aumentar a dívida pública. Porém esse remédio tem preço e limitações. Pois, é claro, o governo tem que pagar juros para que os que têm dinheiro aceitem trocá-lo por títulos. E a limitação maior desse remédio é que, se a situação se prolonga, o volume de títulos fica tão gran-

de que tende a provocar duas coisas: os juros vão ficando mais caros, e os papéis vão ficando com o prazo cada vez mais curto, terminando, em casos extremos, por vencerem (e serem reemitidos) todos os dias. Quando isso acontece, os títulos que serviam para retirar a moeda de circulação passam, eles próprios, a servirem de moeda. Aí o remédio perde o efeito, e o país passa a viver um período de hiperinflação, ocasionando, de quebra, a ruína fiscal do Estado.

Como se pode reconhecer facilmente, grosso modo, esse foi o processo vivido pelo Brasil na década de 80 e início da década de 90.

Vejamos agora o segundo caso. Um país tem uma balança equilibrada e recebe capital externo, sob a forma de divisas (moeda estrangeira), em quantidade maior do que necessita para pagar seus serviços de fatores e as amortizações devidas.

Caso essas divisas sejam convertidas em moeda local, o país passaria a viver o mesmo problema do país do primeiro caso, pois não haveria bens novos para comprar. Por isso os países utilizam essas divisas para comprar bens e serviços lá fora. Com isso, passa-se a ter déficit comercial, porém se internalizam bens e se equilibra a moeda nacional, pois haverá produtos novos (os importados) para comprar com o acréscimo advindo da conversão. Desse modo, o país utiliza a poupança dos produtos para crescer (a não ser que só se importem bens de consumo).

É claro que poupança externa tem um preço. São os pagamentos dos serviços de fatores (juros, lucros etc.), e, se esse capital veio sob a forma de empréstimo, contrai-se a obrigação de pagá-lo no futuro. Por isso prefere-se que os capitais venham sob a forma de investimento direto, o que nem sempre é possível conseguir. Para lograr pagar esse preço, um país tem que resolver dois problemas. Primeiro, os setores que re-

cebem essa poupança externa devem crescer com taxas maiores do que as taxas de juro (ou de lucros) que enviam ao exterior; caso contrário, o país passará a sofrer uma sangria e trabalhará para o exterior, invertendo a mão da poupança (pagando em vez de receber). E segundo, para fazer esses pagamentos dos serviços de fatores, ele só poderá obter divisas caso continue a entrar capital, já que as divisas anteriores, para manter o equilíbrio monetário, tiveram que ser gastas com importações ou pagamentos de serviços de fatores.

Assim, o país passa a ficar cada vez mais necessitado de inversões externas. E esse fluxo não pode cessar, sob o risco de acontecer uma crise cambial. Nesse caso, ou o país rompe com o sistema capitalista internacional, ou precisa passar a ter superávits na balança, para, desse modo, conseguir as divisas de que precisa para continuar honrando seus compromissos (voltando assim ao primeiro caso que vimos).

Nesse segundo caso, o câmbio e os preços internos tendem a ficar estáveis, pois a entrada líquida de capitais sustenta o valor da moeda nacional. Só ao fim da fase as dificuldades crescentes com o controle do déficit externo fazem com que a moeda local comece a se desvalorizar, tanto no câmbio quanto internamente.

Como se pode reconhecer facilmente, esse foi o processo vivido pelo Brasil do fim da década de 60 até o *crack* da dívida de 1982.

Ainda nesse segundo caso, quando há entrada de capitais, mas não é possível, ou desejável, realizarem-se déficits comerciais, estabelece-se forte desequilíbrio monetário, pelas razões já descritas do excesso de moeda disponível pela conversão de divisas estéreis.

Nessa situação, pode o governo lançar mão do expediente da emissão de títulos públicos, mas com as mesmas limitações e conseqüências já vistas no

primeiro caso. Mas há ainda uma outra alternativa: o superávit fiscal.

Quando acontece de um governo arrecadar mais do que gasta, dinheiro é retirado de circulação, deixando de existir – o que funciona de modo a neutralizar a emissão de meio circulante pela conversão de divisas. Isso substituiria, com vantagem, o mecanismo de emissão de títulos da dívida pública, pois não haveria o risco posterior de monetarização desta. O problema com essa solução é político, já que, na prática, transfere-se receita tributária ou prestação de serviços públicos para os detentores de divisas e para realizar ganhos financeiros. Abrir mão da despesa pública afeta não só ao povo, como também a setores das classes dominantes. Por isso o superávit é quase sempre a última solução à qual lançar mão, e a mais difícil de se conseguir e de manter.

Podemos acompanhar a trajetória do Brasil, de um modelo para o outro, no gráfico 2, no período que vai de 1978 até 1995 (com valores atualizados). O gráfico 3 traz em detalhe, com valores trimestrais, o período do Plano Real¹⁴.

Observe-se no gráfico como existe uma tendência de a curva de entrada de capital se inverter com a curva do saldo comercial – subindo uma, a outra desce. Nesse caso, registram-se tanto períodos de crescimento (1968-80) como de estagnação (a década de 80, quando a entrada de capital, afora 1988, foi apenas residual). Quando as curvas seguem a mesma tendência, registram-se situações de crise e/ou de transição. Quando as duas curvas subiram ao mesmo tempo, ou mantiveram saldos positivos simultâneos, registraram-se hiperinflações: períodos de 1988-89 e de 1992-94 (até o 1º semestre), motivados pelo mecanismo da grande conversão de divisas conjugado com uma dívida pública em quase-moeda. Quando baixaram ao mesmo tempo, ou mantiveram saldos simultâneos, tivemos crises cambiais (1982 e início de 1995).

A partir de 1992 (entrada de Marcílio Marques Moreira no ministério), entramos em nova fase. Apesar da hiperinflação, a abundância de divisas criou um certo clima de euforia. Porém o crescimento que aconteceu deveu-se mais à utiliza-

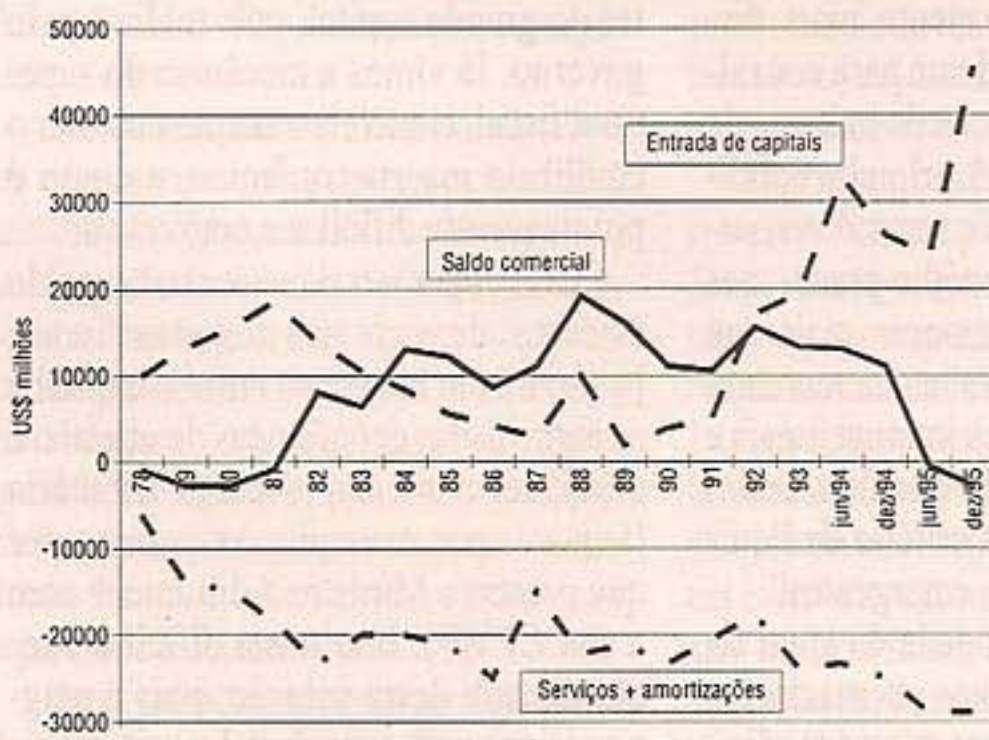
ção da capacidade ociosa, pois a poupança externa não pôde se transformar, de forma significativa, em investimento real (produtivo), já que a inexistência de déficit comercial não o permitiu.

O Plano Real, ao iniciar-se, buscou restabelecer o equilíbrio necessário da nova fase, produzindo o déficit comercial correspondente ao superávit de capital, para com isso internacionalizar a poupança externa – processo que foi rapidamente abortado pela crise mexicana.

A mudança de política tornou-se necessária, pois a situação marchava para uma crise cambial grave. Como estávamos no início do processo, pudemos revertê-lo de forma rápida. Porém a continuidade da política anterior de incentivos à entrada de capital provocou o surgimento da atual situação incoerente, e não-sustentável a longo prazo. A nossa montanha de divisas tornou-se estéril, serve apenas para mover a ciranda financeira ou para promover compras de controle acionário de empresas.

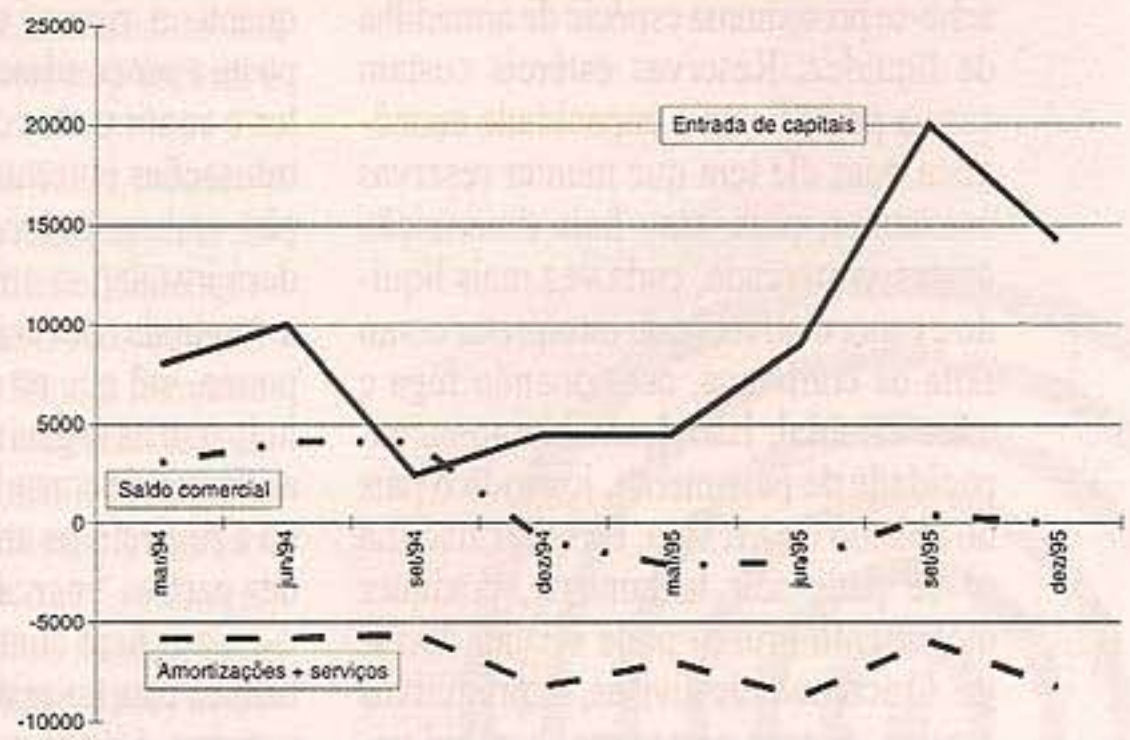
O aumento simultâneo das duas curvas, ou a impossibilidade de gerar déficits comerciais pela desconfiança

Gráfico 2 – Financiamento do déficit externo – acumulado em doze meses



Fonte: Boletim do Bacen (ver nota 11)

Gráfico 3 – Financiamento do déficit externo – valores por trimestre



Fonte: Boletim do Banco Central

que se tem na manutenção (ou até na inversão) do fluxo de capitais, tende a criar o pior dos mundos. Primeiro, diminui nossa poupança interna, impedindo o crescimento em níveis adequados; segundo, favorece a concentração de renda; terceiro, cria mais ônus financeiro ao Estado, impondo-lhe uma maior carga fiscal (mais impostos e/ou mais déficit), o que dificulta alcançar superávit; quarto, gera uma dívida pública interna que cresce em ritmo galopante; e, quinto, sustenta sobre a moeda uma pressão inflacionária latente e crescente.

São os reflexos dessa situação de tendências conflitantes e incoerentes que vêm gerando a percepção, empírica ou intuitiva, de intranquilidade e desconforto para a classe dominante e para as camadas médias da sociedade. Como não há por parte dessas classes propostas alternativas claras, a insatisfação traduz-se também por reivindicações setoriais, ou incompatíveis entre si, ou que atingem mecanismos essenciais ao processo de estabilização monetária, ou viabilidade do Estado (como desvalorização da moeda, queda das taxas de juros, concessão de subsídios, fim do déficit público com diminuição de tributos etc.).

Há por parte do governo compreensão da instabilidade da situação. Mas acha-se preso numa espécie de armadilha de liquidez. Reservas estéreis custam caro e prejudicam a capacidade econômica, mas ele tem que manter reservas crescentes, pois, caso haja diminuição destas, o mercado, cada vez mais líquido e especulativo, pode interpretar como falta de confiança, ocasionando fuga e crise cambial. Isso destruiria nossa capacidade de pagamento, jogando o país no abismo do México. Dessa armadilha só se pode sair lentamente, qualquer movimento brusco pode ser um desastre. O acúmulo de divisas, improdutivas e caras, é, para o governo, o preço necessário para manter-nos integrados ao

sistema mundial. Essa desintegração constitui seu maior temor e pesadelo.

Rumos e perspectivas do Real

A alternância entre fases de expansão e concentração é própria do desenvolvimento capitalista. Dizer que o Plano Real está em fase de dificuldade, que ele perdeu o seu eixo estratégico, não significa uma situação inexorável ou sem soluções. Pelo contrário, diante da atual correlação de forças no mundo e da experiência recente de países como o México e a Argentina, as saídas a curto prazo de uma crise nesse modelo mostraram ser a adoção de medidas que aprofundaram ainda mais o modelo, com maior abertura externa, maior desregulamentação e maiores garantias aos investidores externos.

A própria retomada da estratégia original – da globalização e do crescimento baseado em déficits comerciais, financiados pela entrada de capitais externos – é não só possível como factível. Porém não depende do Brasil, de seu governo ou de um economista particularmente brilhante. Isso dependerá de dois fatores exógenos, a saber: o estabelecimento de uma nova tendência de queda nas taxas de juros internacionais, e uma postura menos conservadora quanto a riscos, e portanto mais disposta a ser condescendente para com altos e continuados déficits de balanço de transações correntes. A primeira condição, embora possível de se predizer, poderá instalar-se até a médio prazo, mas a segunda deverá demorar mais um pouco, até que as pressões de mercado induzam os organismos internacionais e as firmas de consultoria e análise de risco a reverem os atuais critérios de liquidez para os “mercados emergentes”.

Caso haja continuidade da atual situação, com taxas de juros internacionais estáveis, é de se esperar que as tendências permaneçam: entrada de divisas

via investimento direto ou portfólio, balança comercial em equilíbrio (com um déficit em conta corrente estável, mas crescente), taxas de juros altas, mas com declínio nominal por um período; economia com baixo crescimento, desemprego em alta moderada mas constante e uma crescente dificuldade com o controle da taxa inflacionária. A curto e médio prazo, podemos ter uma certa recuperação do nível de atividade e do emprego, com taxas de juros nominais declinantes. Mas a dívida pública continuará se elevando aceleradamente.

O risco dessa situação, a longo prazo, é a monetização dos títulos da dívida, acarretando o descontrole do meio circulante e forte desvalorização do real. Voltaríamos a ter o quadro imediatamente anterior ao do Plano Real, mas com a diferença de que o fluxo de capital externo se inverteria, podendo chegar rapidamente à crise cambial.

Uma solução efetiva que modificaria essa tendência à crise seria a obtenção de superávit fiscal. O que originalmente, quando podiam existir déficits comerciais, não era tão urgente, passou a ser, nesta fase intermediária, uma meta necessária e essencial. Não é à toa que essa medida vem sendo insistentemente pregada pelos porta-vozes e economistas do grande capital, pela mídia e pelo governo. Já vimos a mecânica do superávit fiscal, como ele atua para manter o equilíbrio macroeconômico, e como é politicamente difícil sua consecução.

Esse superávit deve ser conseguido às custas de corte nas despesas fiscais, já que há um consenso entre o capital e as autoridades econômicas de que não é desejável aumentar a carga tributária (veja-se, por exemplo, as agruras por que passou o Ministro Adib Jatene com a sua CPMF). Isso torna difícil a exequibilidade desta solução, pois a magnitude que esse superávit deveria atingir para ser totalmente eficaz, somada com

o atual déficit, além de demorar para ser atingida, representaria um colapso na capacidade de investimento e na maior parte dos serviços públicos prestados pelo Estado, com um custo social e político elevadíssimo (somando-se o déficit operacional registrado em 1995, de R\$ 31,4 bilhões¹⁵, com um superávit significativo, o corte alcançaria, no mínimo, um quinto dos atuais orçamentos na União, estados e municípios, exclusive juros e amortizações da rolagem da dívida mobiliária).

Uma meta menos ambiciosa de superávit, destinada a compensar pelo menos os juros da dívida (evitando a emissão de títulos para esse fim) já ajudaria bastante esse equilíbrio, diminuindo o risco da monetização da dívida e a taxa de juros vigente (pelo efeito confiança). Mesmo assim o montante do corte exigido dificilmente significaria menos de um décimo dos orçamentos vigentes.

Nesse contexto, as reformas previdenciária, do Estado e tributária tomam sua verdadeira dimensão. É quase impossível extinguir qualquer superávit sem essas reformas. Elas são partes cruciais da estratégia de sobrevivência do Plano Real.

Mas, no fundamental, os destinos do Real dependem mais da confiabilidade política, especialmente externa, que tenha o governo de Fernando Henrique Cardoso, do que do desempenho de quaisquer variáveis econômicas. Os fatos econômicos são pela política condicionados, precipitando-os ou retardando-os. A crise do México não se deveu apenas ao comportamento das taxas de juros internacionais e de outras variáveis econômicas. O levante zapatista de Chiapas, o assassinato de dois políticos eminentes – sendo um deles um candidato presidencial em plena campanha – e os escândalos de corrupção, todos fatos ocorridos em 1994, contribuíram de forma decisiva para o desenlace da crise.

Disso tem o próprio governo aguda consciência. Para o destino de sua estratégia são tão importantes uma crise bancária e o movimento externo das taxas de juros quanto um massacre de camponeses sem-terra ou um escândalo de corrupção no Banco Central ou no Palácio do Planalto.

Por isso, embora seja útil o conhecimento dos mecanismos econômicos, a política e outros fatores de caráter aleatório tornam o cenário sempre imponderável e mantêm as portas de seu futuro sempre fechadas. Mas uma coisa é certa: sejam quais forem os caminhos dessa nova fase do desenvolvimento capitalista, ela resultará em um Brasil muito diferente do que foi até a década de 80, e também mais dependente e ainda mais vulnerável, como nunca foi, aos azares de um capitalismo cada vez mais internacionalizado.

LÉCIO MORAIS é jornalista.

Notas

(1) Ver séries do *Boletim do Banco Central*, Banco Central do Brasil.

(2) A rigor, ao referir-me a saldos comerciais, deve-se também entender como inclusos os saldos da conta de serviços não-fatores, ou seja, todo o lado real das transações externas (ver o box explicativo).

(3) Ver mais sobre esse período em "Plano do fundo do poço", parte 2. Sérgio Miranda e outros. Separata de debates parlamentares. Câmara dos Deputados, 1996.

(4) Taxa de juros do *overnight* praticada pelo Banco Central para financiamento de títulos da dívida pública (taxa Selic). Na taxa real, ao contrário da nominal, já está descontada a inflação do período.

(5) A importação de máquinas, que foi de US\$ 8,5 bilhões em 1993, subiu para 12,5 bilhões em 1994, e para 19,7 bilhões em 1995. Revista *Conjuntura econômica*, maio 1996.

(6) Ver *Gazeta Mercantil*, de 24/10/94, p. 3, declarações à repórter Claudia Safatle.

(7) *Idem*, *Gazeta Mercantil*.

(8) Esses valores incluem as entradas líquidas de transferências unilaterais, de investimentos diretos (exceto reinvestimentos), de empréstimos em moeda, de financiamentos (exceto refinanciamentos), transferências unilaterais e outros capitais, descontadas as amortizações de empréstimos (menos as refinanciadas). Com base em dados do *Boletim do Banco Central* e do *Relatório do Banco Central* de 1995, elaboração própria.

(9) *Relatório do Banco Central* de 1995, p. 103 – Banco Central do Brasil.

(10) O leilão de *spread* é um mecanismo pelo qual o Bacen simultaneamente vende e compra dólares, estabelecendo um diferencial (*spread*) fixo entre as taxas.

(11) Ver "O Plano Real: o vigésimo-quarto mês", Ministério da Fazenda, jun. 96 (p. 27). Aí se afirma que "a política cambial brasileira continuará sendo guiada pelas premissas definidas quando da elaboração do Plano Real"(!).

(12) No câmbio do dólar comercial o real desvalorizou-se 15,1% em 1995, quase a mesma taxa de inflação medida pelo IGP-M (15,24) e do IGP-DI (14,77) da Fundação Getúlio Vargas. Já no primeiro quadrimestre deste ano, o real desvalorizou 7,88%, enquanto a inflação, pelos índices citados, foi de 3,46% e 3,51% respectivamente.

(13) *Boletim do Banco Central*.

(14) Foi adotada a seguinte metodologia na composição das variáveis do gráfico: "entrada de capitais" inclui as entradas líquidas de transferências unilaterais, de investimentos diretos (exceto reinvestimentos), de empréstimos em moeda, de financiamentos (exceto refinanciamentos), transferências unilaterais e outros capitais, descontadas as amortizações de empréstimos (menos as refinanciadas). "Saldo comercial" é o saldo da balança comercial. "Serviços + amortizações" inclui o déficit da balança de serviços (fatores e não fatores) e as amortizações líquidas da dívida (exceto as refinanciadas).

Com base em dados do *Boletim do Banco Central* e do *Relatório do Banco Central* de 1995, elaboração própria.

(15) Necessidade de financiamento do setor público em reais, de dezembro de 1995. *Boletim do Banco Central*.

(16) O livro *Para entender as economias do Terceiro Mundo*, de Vânia L. Bastos e Maria Luíza Falcão Silva, Ed. UNB, discute o balanço de pagamentos dos países dependentes de forma didática e concisa.

Imperialismo e neoliberalismo

NELSON WERNECK SODRÉ

No mundo globalizado, a propaganda da burguesia rejeita e esmaga tudo o que é ligado ao nacional – e só é nacional o que é popular

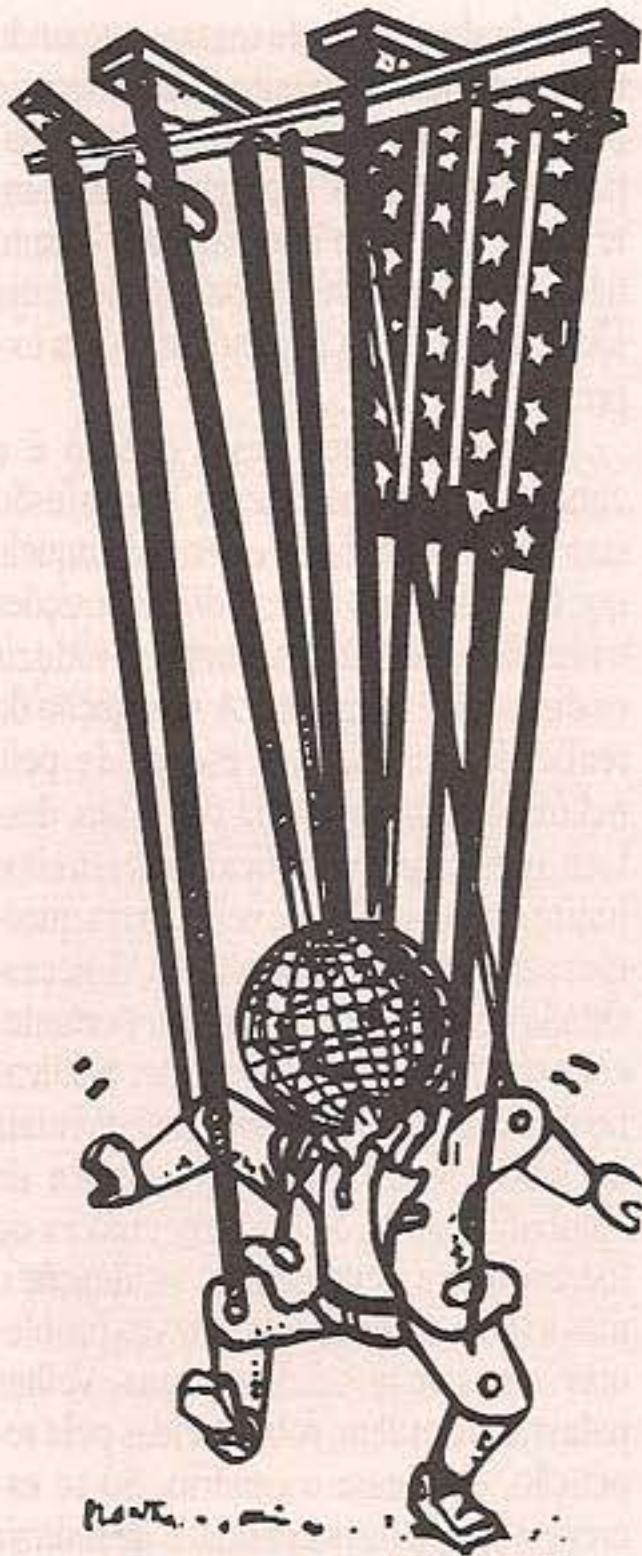
As grandes mudanças de que foi palco o mundo, particularmente as que afetaram o destino da extinta União Soviética, tiveram e continuam a ter profundos e amplos efeitos na luta ideológica. O monopólio da informação e a intensidade com que efetiva a sua tarefa de mistificar a realidade histórica desempenham função essencial na imposição de conceitos cuja circulação generalizada, às vezes devida à mera repetição, busca apresentar a fase atual como definitiva, isto é, dotada de estabilidade que lhe assegure longa duração, pretendendo mesmo a eternidade. É o “fim da História”, no seu mais rigoroso sentido. Assim, devem desaparecer das análises e discussões fenômenos e conceitos que até bem pouco eram constantemente abordados, e cuja discussão era o cerne da luta ideológica. Essa propaganda em massa, alicerçada fundamentalmente no monopólio da informação, fazia crer que a crise da União Soviética era a crise do marxismo e do socialismo. Desapareciam, assim, as razões para colocar em debate problemas que, segundo a propaganda, estavam resolvidos, e sobre os quais deve pairar o esquecimento, pois que são o passado. E o pensamento deve ceder lugar, gostosamente, à “modernidade”.

No que nos afeta de perto, ao Brasil e ao povo brasileiro, não há motivo mais para analisar o que antes situávamos como revolução de libertação nacional.

Não há mais razão para falar em libertação nacional – dizem – porque não há mais, a rigor, a categoria nação. Num mundo definido, agora, pela “globalização”, tudo o que estava ligado ao nacional – e só era nacional o que era popular – devia ser remetido ao esquecimento, não tinha mais razão de ser. A propaganda visava particularmente a área da economia. Os economistas, em cuja grei foram recrutados os profetas da “nova ordem”, aceitaram, pacificamente uns, arditamente outros, que não cabia mais a proteção ou a reserva do mercado interno. Na “globalização” perdia sentido discutir barreiras alfandegárias: o mercado era um só. Essa objetividade quanto à meta visada com mais urgência, e que afetava profundamente o conceito de nação, era apenas a forma agressiva de colocar como imperativo e irrecusável o triunfo absoluto do capitalismo, agora em dimensão universal. A luta ideológica, conseqüentemente, não tinha mais razão de existir. O terreno vinha sendo preparado, desde algum tempo, com a confusão nas relações entre capital e trabalho, com esforço em demonstrar que havia uma composição orgânica nova no capital. A campanha procurava evidenciar que o espaço do trabalho, na sociedade, estava minguando tanto que não havia mesmo que discutir os problemas antes suscitados por ele. A nova sociedade seria composta de uma só classe: a burguesia. As análises

nesse terreno começaram antes da derrocada da União Soviética e como que a anunciavam. Era a preparação para a fase de aproveitamento do êxito, que se seguiu àquela derrocada e acabou se definindo no neoliberalismo. Extinta a categoria nação – como decretou o neoliberalismo –, não há como tratar de libertação nacional, e menos ainda de revolução: a “nova ordem” é fixa, estável, definitiva, não há o que mudar nem como mudar.

A perplexidade de muitos, anestesiados pelo monopólio da informação, tinha certa razão de ser, para os inocentes em política, pelo ineditismo do fenômeno. Normalmente, o raciocínio é análogo, isto é, parte da comparação com o modelo anterior. Ora, não há modelo anterior de mudança como aquela assinalada pela derrocada da União Soviética. Foi relativamente fácil apregoar que a crise da União Soviética era a crise do socialismo e do marxismo, era vitória absoluta e final do capitalismo, agora dono único do mundo. O sonho hitleriano de um mundo só, sob um só dominador, estava consumado. Daí a suposição de uma moeda só, o dólar, e uma língua só, o inglês, acalentada por alguns espertos e aceita pelos ingênuos. Embora pequeno, o prazo já foi suficiente para tornar clara a visão real: o mundo posterior à crise da União Soviética está cheio de contradições, minado por antagonismos cujo processo é tor-



mentoso, necessariamente. No nosso caso, é preciso recolocar o problema da revolução de libertação nacional. Essa mudança profunda está no palco: o neoliberalismo não a extinguiu. Antes, deu-lhe novo contorno e nova realidade.

Nações como o Brasil, particularmente devido ao seu passado colonial, cujas seqüelas não foram ainda superadas, necessitam, urgentemente, vencer o atraso histórico, para alcançar dimensões novas, no século XXI, no mais breve espaço de tempo, no decorrer de uma geração. Daí a necessidade de mobilizar todos os recursos e aproveitar todas as condições. Daí a necessidade de ter um Estado gerido por forças progres-

sistas, centro motor de uma concentração interna de meios para canalizá-los no sentido de fazer avançar o processo. O Estado pode ser, nessas condições, instrumento eficaz na luta pela emancipação do jugo dos monopólios externos, ditos multinacionais. É dessa verdade que resulta a luta interna contra o Estado. Todos desejamos mudar o caráter do Estado, no Brasil. Não no sentido pregado pelo neoliberalismo, mas justamente no sentido oposto. A reforma do Estado deve visar à continuação e ao fortalecimento da luta pela emancipação nacional. O caráter da composição do Estado é que o define. Esse caráter depende da correlação de forças entre as classes, interna e externamente. A reforma do Estado, de que realmente muito necessitamos, ocorre em meio às contradições de classe. Daí o fato de que há classes, no Brasil, e ainda bastante poderosas, que apóiam o neoliberalismo importado e somam com o seu esforço para reduzir ao mínimo o papel do Estado. É a composição de forças, no Estado, que define a etapa do desenvolvimento da luta pela emancipação nacional. O setor estatal, em um Estado desprivatizado, isto é, despojado do seu atual caráter de servidor dos interesses privados, pode ser a base material para o desenvolvimento. Foi a secular e bem conhecida privatização do Estado, no Brasil, que levou à degradação, refletida, inclusive, na ineficiência dos serviços públicos e na corrupção de seu uso. Assim, a desmoralização do Estado facilitou profundamente a ofensiva do neoliberalismo para destruí-lo.

A questão democrática

Na atual etapa do desenvolvimento histórico, e diante da avassaladora ofensiva do imperialismo, rotulado agora de neoliberalismo, as questões políticas fundamentais continuam a ser a nacio-

nal e a democrática. Elas, como sempre, estão unidas e não podem ser entendidas separadamente. No nível dos acontecimentos e diante da referida ofensiva, parece ficar em destaque, como dominante, a questão nacional. Claro está que os seres humanos, particularmente aqueles que conheceram duas guerras mundiais em meio século, acalentam sempre a utopia de um mundo só, sem fronteiras nacionais, ou em que essas fronteiras sejam como limites geográficos entre províncias. Mas é claro, também, que a própria existência do imperialismo mostra como a nossa época está distante da realização desse sonho, agora só existente como utopia. A “globalização” é, nos moldes como a apresenta o neoliberalismo, a negação daquele sonho. Ela busca mistificar a dominação imperialista, sob o império do mercado, transformado agora em mito milagroso, capaz de operar prodígios. Prega o fim das nações, procurando esconder que a desigualdade entre elas permanece e se aprofunda, com a supremacia, agora absoluta, daquela nação em que o capitalismo atingiu a etapa imperialista. A “globalização” consiste em tornar sagrada, sem contestações, essa dominação. As nações periféricas, para empregar um eufemismo, devem aceitar a dominação: o mercado regulará as diferenças no desenvolvimento. Os Estados devem ser debilitados, como preparação para a sua extinção, nas nações periféricas, mas não naquelas que comandam o imperialismo. Esse processo demolidor está a exigir o reexame da questão democrática.

Nos quadros da democracia burguesa, é preciso lembrar, para uma análise preliminar, o fenômeno histórico da dualidade: a democracia é, de um lado, a forma assumida pela dominação burguesa na fase da concorrência; mas, de outro lado, é na decorrência da expansão do capitalismo, na sua fase ascen-

sional, que a luta de classes e a correlação de forças obrigam a que o exercício dessa dominação se processe no marco das normas democráticas. A etapa imperialista acarreta o esforço da democracia burguesa para reduzir a vigência das normas e franquias alicerçadas em grandes lutas passadas. O imperialismo, apogeu do desenvolvimento capitalista, torna cada vez mais instável a referida vigência. Ele sempre visou àquilo que o autoritarismo concretizou, sempre que possível: a progressiva eliminação dos direitos democráticos. O neoliberalismo, etapa e forma atual do imperialismo, tende, por isso mesmo, e com o poderoso instrumento do monopólio da informação, a levar essa eliminação à etapa final: é o “fim da história”.

Democracia só existe quando vigora para amplas maiorias

Exercendo a dominação, a burguesia, na etapa atual do desenvolvimento do capitalismo, busca a limitação, e até a extinção dos direitos democráticos. Mas, ao mesmo tempo, apresenta esses direitos, que lhe foram arrancados, como sua criação e benemerência, buscando manter a ilusão de que tais direitos, na forma como existem, asseguram espaço suficiente para o exercício da cidadania a todos. A luta pela emancipação nacional está, pois, indissolúvelmente ligada à luta por manutenção e ampliação desses direitos. Daí a necessidade da participação popular nessa luta, em níveis cada vez mais altos. Trata-se de levantar a bandeira da democracia contra essa degradação. A tradição democrática pertence ao povo, e não aos monopólios. O exercício da

democracia deve visar à etapa da democracia de massa. A democracia não existe quando o seu espaço e a sua vigência são estreitos, são limitados, próprios de minorias. Ela só existe quando vigora para amplas maiorias. Aí ela está viva.

Convém, desde logo, definir o conceito de democracia, tão falseado e conspurcado na sua vulgarização e desmoralização. A democracia, no fim das contas, é determinada pelas relações de propriedade e de poder. São os avanços nessas relações que definem o avanço democrático. Os recuos nela denunciam alterações negativas. Essas diferenças positivas e negativas, no grau de democratização e nos limites da formação burguesa, definem etapas de desenvolvimento da democracia. No quadro atual do processo político brasileiro, é fácil constatar os sucessivos recuos em nosso regime dito democrático. Desde a Constituição de 1988, e particularmente em tudo que se relaciona com a chamada “reforma constitucional”, esses recuos estão em escandalosa evidência. Mas os executantes de ditas reformas persistem apregoando que a democracia existe, entre nós, e que são democratas, e que a discussão das reformas se desenvolve na plena vigência da democracia. As propostas em discussão no Congresso, como aquelas já consagradas pela maioria de seus membros, importam sempre em cassação de direitos democráticos. O arrolamento desses antigos direitos, hoje letra morta, assinala os recuos profundos na democracia brasileira que o neoliberalismo vem comandando com singular pertinácia e firmeza de propósitos. O estreitamento da democracia, entre nós, tem sido balizado no triste deslocamento para a direita de muitos esquerdistas, ou tidos como tais, ou que se apresentaram como tais, inclusive economistas esmagados pela fúria publicitária do neoliberalismo, fundada não em discussões, mas no monopólio da informação, particularmente pelo

controle dos meios de massa, entoando o coro em que o conceito de democracia perdeu sentido e a luta ideológica desapareceu do cenário. A perplexidade diante do quadro tanto internacional quanto nacional como que cegou aqueles cuja identificação com a democracia era expressiva.

A característica desse quadro é a confusão, particularmente a confusão conceitual. A confusão essencial é aquela que faz passar por *democráticas* posições e medidas que tendem sempre a reduzir os direitos da cidadania. A sonegação da realidade, encoberta e escondida pela nebulosa da propositada confusão, desloca as discussões políticas, nos estreitos limites em que ela se exerce, para questões semânticas e secundárias. A necessidade preliminar e essencial, portanto, consiste em centrar as discussões políticas no quadro dos problemas fundamentais do nosso povo. Não é a temática da “globalização” e da força reguladora do mercado que deve ocupar as atenções, mas a triste realidade dos graves problemas com que nos defrontamos. Velhas palavras de ordem, robustecidas pela repetição, dominam o cenário. Só se escreve e se fala na necessidade de reduzir o papel do Estado na economia e de tornar ilimitada a liberdade do mercado, permitindo que este determine os rumos. Enquanto se discute o sexo dos anjos, prosseguem, inexoráveis e tempestuosos, a “privatização” das empresas estatais, os violentos cortes nos gastos correntes, deixando um roteiro de ruínas: o sucateamento da rede hospitalar, a destruição da estrutura do ensino público, o fim da pesquisa científica e do estudo das inovações tecnológicas. A salvação do país está reduzida à demissão em massa de funcionários públicos, à redução dos salários, à reforma da previdência para ampliar espaço às empresas privadas. Menos gente trabalhando, funcionários sem estabilidade, escolas

sem professores – este é o quadro pantanoso de uma estagnação prolongada e ameaçadora. Enquanto se acelera o andamento dessa reforma demolidora, o salário é aviltado, a miséria amplia consideravelmente as suas proporções, as doenças dizimam a população, o desemprego cresce a cada dia, mas o neoliberalismo prossegue na sua marcha sem pausa rumo à “modernidade” – é o “fim da história”.

A política é o manejo dos dados da realidade

Democracia é um regime cuja essência ultrapassa em muito a realização de eleições. As eleições, isto é, o provimento do poder pela escolha popular, são um elemento da democracia. Isoladamente, e nas condições do Brasil, elas aparecem como o engodo de apresentar a parte como o todo. A estrutura da sociedade brasileira retira ao processo eleitoral a característica democrática. Esse processo, no seu formalismo, é uma espécie de concessão às aparências. A subordinação do processo eleitoral à triste realidade de uma estrutura social que o desfigura denuncia a presença, no Brasil, de uma sociedade autoritária, elitista e excludente. A luta política, nas proporções agudas mas difíceis com que ela se apresenta hoje, entre nós, exige a aceitação da situação concreta, incorporando à teoria a dose de pragmatismo inerente à realidade. A política, é bom não esquecer, é o manejo dos dados que a realidade apresenta.

As classes sociais

A situação confusa com que nos deparamos está a exigir, preliminarmente,

o reexame da sociedade brasileira e da sua divisão em classes. Os estudos anteriores, por assim dizer clássicos, colocavam em relevo a presença dominante, na nossa sociedade, de uma classe secularmente detentora do poder, com os seus alicerces no escravismo e na propriedade territorial. Esse foi o quadro que motivou a colocação, nos estudos, de uma espécie de *feudalismo*, retratado na longa e indisputada predominância de uma classe com esses traços característicos. O avanço das relações capitalistas, aqui, vencendo grandes resistências, teve de coexistir com a pesada herança histórica mencionada. O aviltamento do trabalho por força do escravismo secular foi um traço dessa resistência. Mas o traço fundamental residiu na propriedade da terra e na classe que a detinha. Daí o longo silêncio do campo, mesmo na história contemporânea do país, só iniciando o seu rompimento em fase muito recente. De qualquer maneira, para evitar uma análise histórica mais demorada, é possível traçar as linhas mestras da sociedade brasileira hoje, como representando, esquematicamente, a seguinte divisão de classes: burguesia, campesinato, proletariado e camadas médias. A composição de cada uma dessas classes tem sofrido grandes mudanças nos últimos tempos, diferindo elas bastante dos traços que as definiam antes. A burguesia incorporou, com o alastramento das relações capitalistas ao campo, os tradicionais proprietários de terras, ao mesmo tempo que alterou os seus quadros, de sorte a apresentar, hoje, uma galeria numericamente mais reduzida e de formação recente. O campesinato, com as referidas relações em expansão, mudou sua fisionomia pelo irrompimento do trabalho assalariado. O aparecimento dos chamados “sem-terra” e sua mobilização reivindicativa assinalam esse assalariamento relativamente recente. O proletariado, por sua

vez, apresenta alterações provenientes do crescimento da vida urbana e da concentração empresarial: hoje, sua fração mais importante é aquela que serve às grandes empresas.

As mudanças mais acentuadas foram, sem dúvida, as que afetaram as camadas médias. A existência de camadas médias foi sempre expressiva, mesmo nas sociedades em que as relações capitalistas mais avançaram. No Brasil, entretanto, elas não só foram precoces em seu aparecimento, que data da mineração aurífera, como cresceram extraordinariamente, em particular no século XX, e apresentam hoje uma heterogeneidade singular. Nessas camadas médias, para facilidade de análise, cumpre distinguir duas, que têm características diferentes: a pequena burguesia e os grupos não-proletários. Alguns estudiosos conhecem como pequena burguesia a totalidade das camadas médias. Preferimos separá-las e melhor definir cada uma. A pequena burguesia compreende



aqueles que possuem pequeno capital e exploram o trabalho alheio em pequena escala, ao mesmo tempo que criam valor com o seu próprio trabalho. O grupo dos não-proletários, que a crise atual está fazendo crescer desmedidamente, abrange os que não possuem meios de produção. Na maior parte, os seus elementos se empregam como assalariados do Estado (funcionários públicos, médicos, professores etc.) e de empresas capitalistas (empregados, administradores, pessoal de serviços, aprendizes, vendedores etc.). Destacam-se ainda nesse grupo engenheiros, técnicos, especialistas diversos e os artistas, no seu espaço profissional. Pertencem também às camadas médias estudantes, militares e membros do clero. Estes são grupos numericamente reduzidos, mas com muita influência política, e por isso desfrutam

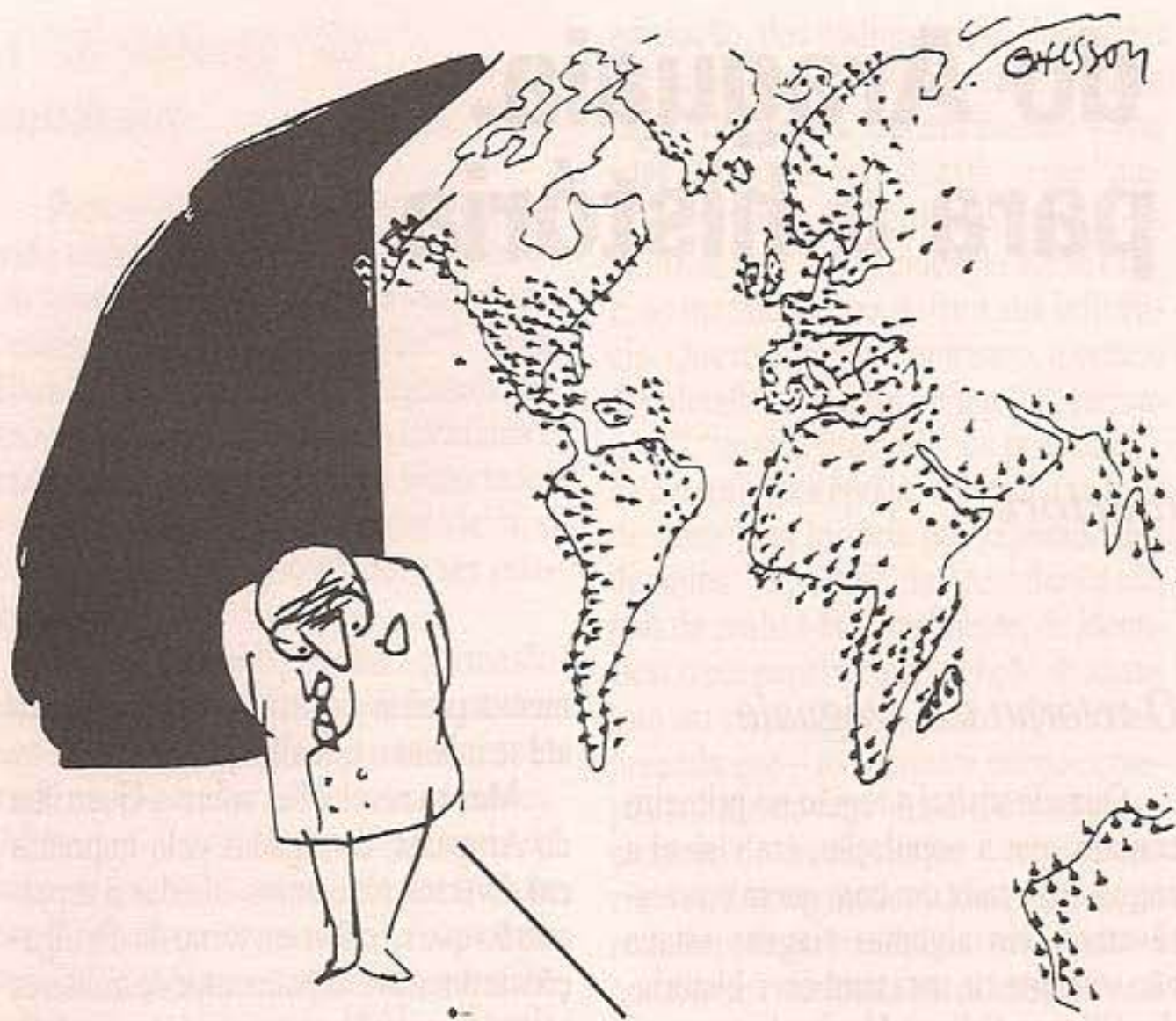


de algum destaque. Os salários dos diversos e heterogêneos grupos não-proletários das camadas médias são, em regra, melhores do que os dos proletários. Não é essa a única diferença em relação aos outros grupos; outra diferença reside em que a maior parte de seus elementos não emprega o trabalho físico. O crescente assalariamento das camadas médias contribui para acentuar diferenças de classe. Essas diferenças podem ser observadas, por exemplo, no comportamento dos sindicatos: aqueles constituídos por elementos das camadas médias diferem dos que são constituídos por elementos proletários.

As camadas médias têm tido um crescimento numérico acelerado, nos últimos anos, particularmente desde a vigência das reformas ditadas pelo neoliberalismo. Com o acelerado processo de urbanização do nosso povo, esse crescimento aparece mais: a cidade é o seu espaço. A modernização do sistema produtivo não tem crescido na proporção capaz de absorver numerosos grupos das camadas médias. Cabe, aqui, uma observação: nas áreas do capitalismo desenvolvido, os estudiosos denominam “desemprego estrutural” aquele derivado do descompasso entre o alargamento da utilização de avanços tecnológicos e o aumento da demanda de trabalho. Não é o caso do Brasil, onde a propaganda do neoliberalismo apregoa que o desemprego é dessa natureza. Não é: o nosso avanço tecnológico não atingiu esse patamar; o desemprego, aqui, deriva direta, absoluta e puramente da vigência das normas estabelecidas pelo neoliberalismo, tal como acontece com os milhares (ou milhões) de elementos agrupados, hoje, nas áreas urbanas, naquilo que se conhece como “economia informal”. Só o triste espetáculo apresentado por esse fenômeno inteiramente novo no Brasil bastaria para denunciar uma estrutura econômica enferma. O neoliberalismo, entre nós,

agrava velhas mazelas, generaliza outras e cria as suas próprias, degradando camadas cada vez mais amplas. Sob o título espantoso de “modernidade”, o povo brasileiro está conhecendo hoje, em proporções gigantescas, a miséria, a fome e o desemprego em massa. A cada dia aumenta a área dos excluídos, em nosso país: excluídos dos hospitais, excluídos das escolas, excluídos dos empregos. Salvo a minoria dos afortunados gerados pela desvairada concentração da renda, nosso povo compõe hoje um quadro inédito de pauperização.

Esse é o panorama em que se desenvolve agora a luta política em nosso país. Ela exige a unidade clássica entre a classe operária e os trabalhadores do campo, mas também com a parcela imensa e crescente dos trabalhadores não-proletários. Os caminhos para essa unidade são difíceis, encontram obstáculos de natureza variada, acrescidos pelas resistências geradas e mantidas pela reação. Se as camadas médias têm peso crescente, nos últimos anos, sua instabilidade representa enorme obstáculo à unidade política. Pelas suas origens e pela sua composição heterogênea, elas são mutáveis e vacilantes. A tomada de consciência, nos seus elementos, é um processo difícil, com avanços e recuos, desfalecimentos e radicalizações. Elas reagem de forma inusitada às viragens políticas, às mudanças bruscas do quadro. Exemplo interessante ocorreu em agosto de 1954: até o suicídio de Vargas, as camadas médias, intensamente trabalhadas pela mídia, portavam-se como aliadas do golpe em andamento; tão logo eclodiu a notícia do suicídio, elas partiram para as ruas, nas grandes cidades, e ameaçaram seriamente o êxito da campanha golpista, que foi detida às vésperas de uma vitória completa. Como as camadas médias não são homogêneas nos interesses econômicos, a tomada de consciência, nelas, é um



processo quase sempre demorado e sempre pontilhado de avanços e recuos. Extremamente sensíveis à ação da mídia, seus elementos, mesmo os mais próximos do proletariado, guardam grande preocupação com a segurança e, em algumas áreas, com a posição individual, o chamado *status*. Exemplo desses traços foi a forma como apoiaram o golpe de 1964, que nelas alicerçou a sua força e a possibilidade de ruptura do regime vigente. O avanço político das camadas médias é, por todos os motivos, cheio de irregularidades. Algumas de suas frações abandonam a luta cedo e demonstram fraca resistência aos reveses.

A análise política do comportamento das camadas médias deve partir, necessariamente, da fundamental subordinação do democrático ao socialista. Essa subordinação não deve, entretanto, prejudicar as alianças com as camadas médias. Elas são indispensáveis à erradicação, em nossa sociedade, de tudo que

nela gera e mantém a tradição autoritária e os traços elitistas e excludentes. É sempre perigoso desconhecer as inconseqüências das camadas médias e a oscilação de suas tendências, mas é preciso não esquecer que o processo real transforma as estruturas sociais e até os protagonistas. A consciência política não é um fenômeno espontâneo; surge, às vezes, da própria luta. A opção revolucionária não é uma linha reta nem acompanha uma curva sempre ascensional. Muito ao contrário, é pontilhada de pausas, de hiatos, de vazios. O vazio do atraso, das dúvidas, das incertezas, é próprio ao seu preenchimento pelas componentes revisionistas. Daí o seu maior perigo. Na luta ideológica, por isso mesmo, eles se alimentam da falta natural de continuidade no processo, dos problemas oriundos da complexidade da luta política e da heterogeneidade das forças que dela participam. No que concerne às camadas médias, suas reações obedecem a três formas de mani-

festação: a dos elementos que sustentam a luta revolucionária, a dos elementos que se esforçam pela melhoria de situações particulares, por vezes individuais, outras vezes meramente reivindicativas, e a dos elementos que optam deliberadamente pelo apoio à reação. Os limites entre essas formas de manifestação são mutáveis, oscilantes, sempre imprecisos. A compreensão das características do processo político, em cada fase, estabelece as condições em que esses limites se definem. O fato é que as camadas médias, unindo-se ao proletariado e ao campesinato, constituem componente importante do processo político.

Esse processo se desenvolve sob a pressão de duas forças poderosas: aquela advinda das condições reais e aquela advinda da forma como a mídia apresenta as condições reais. Tais forças resultam da realidade social e econômica. Há fases em que o antagonismo entre elas é flagrante: de um lado, a mídia procura fazer crer que o neoliberalismo, agora, é uma fatalidade da qual não podemos escapar, e a cujos imperativos devemos obedecer cegamente; de outro lado, campeiam a miséria, a fome, o desemprego. De um lado, prega-se a submissão a motivos políticos ornamentados de termos abstratos, "modernidade", "globalização" etc. De outro lado, a realidade de falências e concordatas que se multiplicam, os genocídios no campo que se repetem, multidões de excluídos buscando trabalho e se desesperando na miséria. O neoliberalismo busca embalar as consciências com palavras sonoras e vazias. O povo, a cada dia mais pobre, procura compreender a razão de sua miséria. Assim avança, às vezes tragicamente, o processo político brasileiro em nossos dias.

NELSON WERNECK SODRÉ é escritor e historiador marxista.

A Guerrilha do Araguaia: um resgate para a história

ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO

Uma viagem ao cenário da luta confirma dados anteriores e traz novas informações

valentes guerreiros com um fogo de arrebatador guiados por um amor que nem dá pra falar eram tantos ardis guerrilheiros heróis brasileiros na luta por libertar no corpo as marcas do amor na boca um grito de dor armados de espada esperança e raivosa pujança contra a tirania contra a covardia contra latifúndios e tanques de guerra armados de fúria e coragem eram bravos cavaleiros irmãos da igualdade e do povo do vale do Jequitinhonha até o Araguaia até a vitória e viva a luta de quem não se dobra”.

“Caso de amor e coragem”
(Du Oliveira, músico e compositor goiano)

Nos últimos dois anos muito se tem dito sobre a Guerrilha do Araguaia, e novos personagens surgiram por causa das iniciativas políticas de familiares de desaparecidos durante o regime militar. Tais iniciativas culminaram na elaboração de um projeto de lei do Executivo Federal reconhecendo a morte de 136 militantes políticos sob a responsabilidade do Estado, e propondo aos seus familiares o pagamento de indenizações (lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995). Dos nomes constantes na lista anexa à referida lei, 46 eram de ex-guerrilheiros do Araguaia.

O retorno ao Araguaia

Quando visitei a região no primeiro contato com a população, era visível a angústia de cada um com quem conversávamos (em algumas viagens estava não somente eu, mas também o historiador Gilvane Felipe). Havia algumas exceções, como a professora, lavadeira e parteira D. Joaquina, de Xambioá, que foi quem primeiro manteve contato com familiares de João Carlos Haas, a respeito da existência de corpos no cemitério de Xambioá. Isso possibilitou recolher as ossadas que, mais tarde, comprovou-se serem da guerrilheira Maria Lúcia Petit e de outros guerrilheiros. Mas havia um misto de angústia, causada pelo temor de se referir à guerrilha, devido ao trauma causado pela ação violenta das Forças Armadas, e ansiedade de quem gostaria de contar uma história que envolve personagens como Osvaldão (Osvaldo Orlando da Costa) e Dina (Dinalva Oliveira Teixeira). Percebíamos um brilho nos olhos das pessoas que entrevistávamos, principalmente ao citarmos nomes de guerrilheiros que, até o momento em que se iniciou a guerrilha, viviam normalmente como moradores da região, sem despertar suspeita – quando muito, despertando simpatia e amizade, porque esse era o objetivo deles até aquele mo-

mento: ganhar a confiança da população até se iniciar o trabalho político.

Mas as revelações sobre a Guerrilha do Araguaia, divulgadas pela imprensa em diversos momentos, aliadas à repercussão que se criou em torno da divulgação de dossiês e depoimentos de militares sobre a repressão ao movimento, gradativamente foram quebrando a resistência da população para se referir à guerrilha¹. Em muitos depoimentos posteriores, o que se viu, na verdade, foram inúmeras pessoas não somente se dispondo a contar o que sabiam, e em detalhes, como fazendo questão de expressar orgulho ao dizerem que conheceram e foram amigas de tal ou qual guerrilheiro.

Quando percorremos a região numa segunda e terceira vezes, fluíam com muito mais naturalidade as informações sobre os acontecimentos que marcaram aquele movimento. De início, todos que por ali apareciam eram “suspeitos”, permanecia a síndrome dos “secretas”, o temor de que todos os desconhecidos fossem elementos disfarçados do Exército, pois foi dessa forma que foram presos e torturados centenas de moradores da região no período da guerrilha. Mas a constante presença de jornalistas e de familiares dos guerrilheiros desaparecidos, que ali foram em busca de informações, quebrou, aos poucos, o gelo que

existia inicialmente. Quando lá estivemos em janeiro de 1994 alguns ainda se escondiam para não falar sobre o assunto, mas esses já eram as exceções. Colhemos preciosas informações, muitas inéditas, e percebemos que, apesar de tudo que se falara sobre a Guerrilha do Araguaia, começávamos, a partir daquele momento, a conhecer de fato o que fora o mais importante movimento armado de resistência à ditadura militar.

A guerrilha se enraizou entre o povo do Araguaia

Percebíamos que a Guerrilha do Araguaia tivera uma dimensão muito maior do que aquilo que já se conseguira registrar, muito embora tivéssemos colhido depoimentos importantíssimos, como o do ex-guia do Exército José Veloso de Andrade, que nos fez revelações inéditas e confirmou fatos que para nós eram tidos apenas como evidências sem muitas comprovações. Passamos a compreender, pela vivência dessas idas à região e pelo contato com a população, que as barbaridades e atrocidades cometidas contra a população e guerrilheiros feitos prisioneiros foram muito maiores do que podíamos imaginar.

Da lista apresentada oficialmente, em anexo à lei que estabelece as indenizações necessárias aos familiares dos desaparecidos políticos, constam os nomes de três moradores da região, sendo dois camponeses e um barqueiro. Os dois primeiros se integraram à guerrilha, e o terceiro, Lourival de Moura Paulino, fora preso pelo simples fato de ser amigo dos guerrilheiros. Foi preso, torturado e morto. Quanto aos outros dois, Antônio

Alfredo Campos e Luís Vieira, as informações obtidas confirmam que suas mortes ocorreram em emboscadas, em dias e locais diferentes

A inclusão de seus nomes nessa lista possibilitava, além do reconhecimento de suas mortes através da emissão do atestado de óbito, que seus familiares recebessem uma indenização, cujo valor varia de acordo com a idade que cada um tinha na época. Sem dúvida, um alento para aquelas famílias, que, durante tantos anos, tentaram obter informações que comprovassem as mortes dos guerrilheiros, a fim de que o Estado se responsabilizasse por elas e pela localização dos corpos. A lei, em si, não possibilitava isso – dar à família o direito de oferecer um funeral aos seus entes queridos, de acordo com suas crenças religiosas. Mas abriu caminho para especulações em torno dos desaparecidos políticos, e, especificamente, sobre a Guerrilha do Araguaia, de tal forma que, em pouco tempo, as páginas de inúmeros jornais e revistas estamparam informações cruciais, inclusive de fontes militares. Isso deu um novo ânimo a quem buscava incansavelmente a localização dos corpos de guerrilheiros, fazendo jus à história de tão importante movimento.

A Guerrilha do Araguaia deixa de ser assunto proibido. Pelo fato de assim ter sido por tanto tempo, a possibilidade de falar, de dizer que conhecera os “paulistas”, era um alívio, e hoje isso já acontece com naturalidade. Nem mesmo a presença dos repórteres da TV Liberal, afiliada da Rede Globo no Pará, que estava presente para documentar o encontro com a viúva de um dos guerrilheiros, intimidava mais.

Em fevereiro de 1996, em São Domingos, mantive contato com dona Joana Almeida, viúva de Luís Vieira, morto numa emboscada possivelmente em

1973, e mãe de José Vieira, filho que aderiu ao movimento guerrilheiro junto com o pai, tendo nesse mesmo ano sido preso pelo Exército. Mais animada do que na última vez em que ali estivemos, dona Joana já sabia da lei e da indenização. Também presa por três meses, dona Joana se emociona e se revolta ao dizer que perdeu o trabalho de anos de vida. A possibilidade de ter acesso à indenização reanimou-a, e, embora analfabeta, em poucos dias aprendeu a escrever seu nome para tirar carteira de identidade e assinar os documentos necessários. Ali mesmo, em seu casebre desprovido de quase tudo, ela deu sua primeira entrevista para a televisão. Era a primeira viúva de um ex-guerrilheiro, camponês da região, a fazer isso. Definitivamente, frustrava-se a intenção de impor uma amnésia coletiva à população. A história da Guerrilha do Araguaia não se limitava mais ao interesse acadêmico, ou às análises políticas: passava a ser notícia, e o que fora represado por tanto tempo, por força das intimidações e distorções dos fatos, rompia os diques e em breve traria à tona acontecimentos



trágicos causados por quem venceu a batalha, mas perdeu a guerra.

Pude ali mesmo ouvir um depoimento precioso de José Vieira, que também optara por entrar na mata com os guerrilheiros. Era a primeira entrevista que ele dava, e confirmou que Piauí (Antônio Pádua Costa) fora preso com vida junto com ele: “Olha, pra mim ele foi legal... Ele me garantiu que quando eu quisesse ver a minha mãe, que eu falasse pra ele que ele vinha comigo. E isso ele veio mesmo, ele falou que vinha e quando eu falei que queria ver a mamãe ele veio.(...) Foi aí que nós foi preso”. Como se sabe, Piauí é um dos que constam da lista dos “desaparecidos”.

Ainda em seu depoimento, José Vieira reafirmou o que sua mãe já dissera: “O que eu acho é que o Exército tava fazendo mais terror do que os terroristas, porque eles entravam tomando as coisas do pessoal, dos moradores, pra o pessoal do mato não se alimentar, e aí matavam os bichos, era quem estava estragando tudinho era o Exército. (...) Queimavam as casas com os bagulhos. Se ficasse alguma coisa nas casas, porque os moradores às vezes saíam e não podiam voltar, aí eles entravam lá e queimavam. Nossa casa mesmo foi uma que foi queimada, nossos bagulhos queimou, que tava em casa...”².

Guias foram torturados para guiar o Exército na mata

De São Domingos me dirigi até Brejo Grande, onde o Sr. José Veloso de Andrade, camponês, ex-guia do Exército, já era quase um velho conhecido. Passamos com ele várias horas, na última vez em que ali estivemos, eu e o historiador Gilvane Felipe, e pudemos ouvir um longo

e esclarecedor depoimento. Ele contou que muitos dos guias foram intimidados e chegaram a sofrer espancamentos e torturas, para só assim concordar em guiar as tropas ao interior das matas – uma história diferente dos “bate-paus”, que visavam obter dividendos e que se constituíram num séquito armado a serviço das tropas militares, transformando-se em carrascos, auxiliando as tropas também numa prática hedionda: a degola.

O Sr. José Veloso mostrou-se menos desconfiado, reafirmou que vários guerrilheiros foram presos com vida e muitos enterrados na base militar que funcionava na Transamazônica, no lugarejo denominado Bacaba (hoje Fazenda Bacaba). Chica (Sueli Yomiko Kanaïama), Mariadina (Dinaelza S. Coqueiro), Beto (Lúcio Petit da Silva), Valdir (Uirassu de Assis Batista), Pedro Carretel, Rosinha (Maria Célia Corrêa), Sônia (Lúcia Maria de Souza), Fogoió (José Humberto Bronca), Landim (Orlando Momenté), Dina (Dinalva O. Teixeira) foram alguns dos guerrilheiros vistos por “Seu” Veloso nas mãos do Exército. Além da Bacaba, ele apontou outros locais onde teriam sido enterrados corpos de guerrilheiros: no Caçador, próximo a São Domingos, e num grotão denominado Imbaubal, a 30 quilômetros de Brejo Grande, do lado direito da Transamazônica, na direção Marabá-Imperatriz.

É preciso destacar que na primeira entrevista feita com o Sr. José Veloso ele fez duas afirmações, bastante enfatizadas, que nos ajudam a chegar a algumas comprovações. A primeira delas foi o testemunho de que Dina não foi morta em combate: “Quem falou, quem informou, mentiu. Ela não foi morta, ela foi presa”. Depois o Sr. Veloso nos disse ter tomado conhecimento de que a Dina fora levada para Brasília. Essa informação também nos foi passada por um ex-morador da região, atualmente residindo em Araguaína (TO), na época fazendeiro,

que pediu para não ser identificado, pela relação que mantém ainda com oficiais do Exército. De acordo com ele, Dina foi levada para o Pelotão de Investigação Criminal, PIC, de triste lembrança por ser um conhecido local de torturas, e para onde alguns moradores da região e guerrilheiros presos na primeira e segunda campanha eram levados.

Vários moradores da região sumiram após o cerco do Exército

Outra informação seria depois comprovada na série de reportagens publicada pelo jornal *O Globo*: a de que o Vanu, Manoel Leal, sabia onde estavam enterrados vários corpos de guerrilheiros. Tanto ele quanto Geraldo Martins, ex-delegado de São Domingos, foram responsáveis pela prisão da guerrilheira Rosinha. O último recusou-se a nos passar qualquer informação, mas posteriormente confirmou aquilo que o Sr. Veloso dissera, num depoimento gravado para o SBT-Repórter, que foi ao ar no dia 4 de julho. Na reportagem ele mostra um local, na Fazenda Bacaba, onde alguns guerrilheiros foram enterrados – o que confirma também as indicações feitas por José Veloso. Outra referência feita pelo Sr. Veloso que se comprovou nas reportagens de *O Globo* com o depoimento de Vanu diz respeito à emboscada feita no local conhecido como “Caçador”, onde foram mortos três guerrilheiros, e um, Nunes, foi feito prisioneiro, embora ferido. Segundo Veloso, quem acompanhava de fato o Exército naquela expedição que culminou na emboscada, no momento em que os guerrilheiros se preparavam para sair da roça com alguns

porcos mortos, era o Vanu. Ressalte-se — e isso é importante para que possamos confirmar a veracidade das informações e entender por que os corpos desses guerrilheiros não foram encontrados — que o depoimento do Sr. José Veloso de Andrade nos foi concedido dois anos antes das reportagens de *O Globo*, confirmando-se com o depoimento do Vanu.

Essa minha última estada com o velho Veloso serviu para confirmar aquilo que ele já nos dissera antes, e também para obter algumas informações sobre os demais camponeses que se integraram à guerrilha, e dos quais não se tinha nenhuma informação. Foi possível descobrir que Frederico de fato desaparecera por muito tempo, após ter sido preso, e quando reapareceu apresentava distúrbios mentais, situação que vive até hoje. Luisão (conhecido como Luís Viola) também sobreviveu, mas morreu há cerca de 7 anos, de enfisema pulmonar. Pedro Carretel, visto por vários moradores de São Domingos quando passou preso por aquela localidade, não fora incluído na lista elaborada pela Comissão dos Desaparecidos Políticos, por não se ter sequer conhecimento de seu verdadeiro nome. As informações que obtive na região dão conta de que ele não deixara nenhum filho ou filha, e que sua esposa falecera em 1994, não se tendo, também, conhecimento de nenhum parente consanguíneo que estivesse dentro dos critérios estabelecidos na lei para ter acesso à indenização. Sobre os demais, cujos nomes constam na lista dos familiares dos desaparecidos no Araguaia e em cartazes publicados pelo PCdoB, foi difícil obter informações, por não se ter o nome completo, mas apenas apelido. O certo é que vários camponeses e moradores da região desapareceram após o cerco feito na terceira campanha, ou porque de fato se integraram à guerrilha, ou porque não resistiram às torturas, acusados que eram de serem cúmplices dos guerrilheiros.

Dali me dirigi para São Geraldo e Xambioá. Em São Geraldo, que à época da guerrilha era um pequeno povoado — muitas pessoas creditam o seu crescimento ao movimento guerrilheiro, à atenção que logo após a guerrilha foi dada à região, embora por pouco tempo —, pude encontrar o Sr. Amaro Lins. Hoje com 75 anos, o Sr. Amaro tem uma militância antiga no PCdoB, sendo remanescente do antigo PCB. Em 1962 ele seguiu a corrente que reorganizou o Partido Comunista do Brasil. Vivendo por muito tempo na clandestinidade, desde o golpe militar de 1964, ele optou por ir viver no sul do Pará, às margens do rio Araguaia, e servir como base de apoio no processo de preparação da guerrilha. No ano de 1968 ele chegou em Conceição do Araguaia, onde se encontrou com Paulo Rodrigues (Paulo) e Daniel (Doca). Em seguida foi viver na região de Caianos, em frente a Aruanã (norte de Goiás), onde eles montaram roça.

Mas “seu” Amaro quebrou uma das regras estabelecidas para os militantes comunistas: apaixonou-se por uma jovem da região e a levou para a roça, atitude que não era permitida para aqueles que fizeram a opção de preparar a guerrilha. Desligado do destacamento, por ter escolhido ficar com Neuza, sua nova companheira, ficou à margem da preparação, embora continuasse a manter contato com os antigos companheiros, principalmente Paulo, Doca e a Dina.

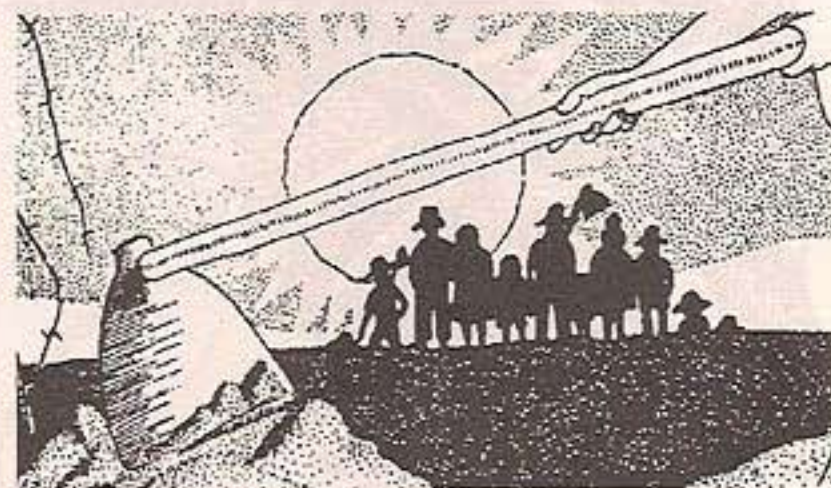
Preso logo na primeira campanha, não negou por quais motivos resolvera ir para a região, e, apesar de estar à margem da preparação desde o ano de 1970, isso não foi suficiente para livrá-lo das torturas, dos choques elétricos, dos espancamentos e do terror psicológico. Quinze dias depois de preso foi liberado, mas teve a partir de então a sua casa constantemente vigiada por tropas militares. Na terceira campanha, mais

uma vez o Sr. Amaro foi feito prisioneiro, passando pelo pau-de-arara e por novas e angustiantes sessões de choques elétricos.

A angústia era grande, já que, embora tivesse feito a opção de ficar com sua companheira, ele não abdicara das idéias que por tanto tempo guiaram sua militância e ainda o mantinham ligado ao partido:

“— Bem, naquele período eu só pensava que tudo tava perdido pra mim. Companheiros tinham sumido, eles (...) a história é que dizia que tinha acabado com tudo, prendido (...) acabado com tudo. Então eu fiquei sozinho na região, e, como se diz, sem poder falar pra ninguém, contar, trocar idéia com ninguém. Só eu (...) nesse período eu já tinha contado tudo, quando eu saí da prisão em Xambioá, cheguei em casa, eu preveni a Neuza e aí, como se diz, rezei todo o catecismo pra ela, contei toda a (...) qual era a nossa finalidade, o que é que eu pretendia, quem era eu, enfim, contei toda a história pra ela. E ela combinou comigo até de entrar no grupo de guerrilheiros. Quando o Paulo chegou teve conversando comigo, fez a proposta pra mim — mais o Juca — para entrar pra dentro da mata, e eu só não entrei porque tinha uma criança com dois anos”.

Atualmente “seu” Amaro é presidente do Partido Comunista do Brasil em São Geraldo, cidade para onde mudou e na qual fixou residência após ter conhecido Paulo Fonteles, de quem ele fala com admiração. A partir de então assumiu a responsabilidade de construir



o partido naquela região. Neuza, sua companheira, deve ser candidata a vereadora, e tem destacada atuação no município onde lidera a organização das mulheres.

Em Xambioá localizei a viúva de Lourival de Moura Paulino, dono de um barco que utilizava para transportar moradores da região através do rio Araguaia. A amizade com os comunistas o tornou suspeito, bem como muitos outros barqueiros que durante anos transportaram os "paulistas", assim como faziam com tantos que precisavam daquele meio de transporte. A neurose da guerra ampliou sobremaneira a truculência da repressão, que passara a ver em cada morador um inimigo em potencial. E o barqueiro Lourival, amigo de Osvaldão, se tornou a primeira vítima das torturas e do brutal terror que começava a se abater sobre a população. Lourival Paulino apareceu morto na delegacia de Xambioá, enforcado... Segundo o laudo oficial, fora suicídio, mas ninguém acreditou nessa versão. De sua casa, a poucos metros da delegacia,



dona Maria Miranda apontou o último percurso percorrido por seu companheiro, escoltado por dois soldados do Exército. "Foram em direção à base militar, e ninguém podia chegar perto dele". Depois, só foi visto após sua morte. Dona Maria já sabia da inclusão do nome de Lourival Paulino na lista divulgada pela comissão encarregada por lei de analisar os casos de cada um dos desaparecidos políticos. Seu filho já estava providenciando a documentação que lhe possibilitaria ter acesso à indenização.

As viagens à região confirmam a hipótese que havia um forte envolvimento da população com os guerrilheiros, e não foram poucos aqueles que se dispuseram a ajudá-los. Isso derruba a tese de que o movimento se caracterizou pelo foquismo, sendo essa uma das principais razões para aqueles que equivocadamente partiram por esse caminho para combater a Guerrilha do Araguaia no final da década de 70. Por outro lado, houve um forte componente das idéias maoístas na preparação do movimento, o que sempre foi visto de forma reticente, talvez com excessiva cautela, pelo que foi aquele acontecimento num momento de transformações revolucionárias e no auge da Guerra Fria. A experiência da revolução chinesa e a estratégia e tática adotadas para sua vitória deveriam ser estudadas por qualquer organização revolucionária. É evidente que são realidades completamente distintas, comparando-se Brasil e China, sob diversos aspectos, e seguramente é aí que devem ser procuradas as debilidades que acometeram o movimento. Mas são questões a serem analisadas tendo-se em vista a experiência que deve ser acumulada a partir das reflexões que se façam sobre a Guerrilha do Araguaia, levando-se em conta, claro, as condições político-sociais em que vivia o país naquele momento. E não se deve temer isso, pois a Guerrilha já faz parte da História, e os

nomes dos guerrilheiros hoje já são conhecidos em todo o Brasil.

A guerrilha redescoberta

A Guerrilha do Araguaia deve ser estudada estabelecendo um corte, separando-a em duas fases distintas, embora as Forças Armadas tenham reprimido o movimento em três campanhas. Nas duas primeiras campanhas é possível dizer que houve uma guerra com ação dos dois lados. Os guerrilheiros, inicialmente surpreendidos, demonstraram que a pouca preparação fora suficiente para infligir várias derrotas às tropas militares. Estas, por sua vez, perceberam que incorreram no erro brutal de utilizar recrutas para o combate na selva, demonstrando desconhecimento e subestimação em relação ao inimigo que deveriam destruir.

Contudo, a partir da trégua estabelecida de outubro de 1972 a outubro de 1973, período que serviu para um trabalho de preparação política por parte dos guerrilheiros e de aplicação de novas táticas, treinamento antiguerrilha e garantia de estruturação do aparato repressivo, com a construção de estradas e quartéis por parte das Forças Armadas, ocorreu uma alteração da estratégia montada inicialmente por estas. Com essa nova mudança de postura em relação ao combate à guerrilha, estabeleceu-se o cerco a toda a área abrangida por ela, objetivando o aniquilamento de todos os que participavam do movimento. As ordens de Brasília determinaram que não deveria haver sobreviventes. Uma das medidas adotadas para que essa estratégia fosse vitoriosa foi cortar qualquer ligação entre o comando militar da guerrilha e a direção do Partido. Procedeu-se a uma verdadeira perseguição à direção do PCdoB nas cidades, até que o principal elo de ligação foi cortado, com o assassinato de Carlos Danieli. Nesse

mesmo período, entre dezembro de 1972 e março de 1973, foram também presos e mortos sob tortura Lincoln Oeste, Luís Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque.

O que foi feito dos corpos dos guerrilheiros mortos no Araguaia?

Sem contato com a direção do Partido, e submetidos a um cerco do qual o comando militar da guerrilha não tinha a verdadeira dimensão, a terceira campanha significou, na verdade, uma verdadeira caçada. Apesar da bravura dos guerrilheiros, as novas táticas adotadas pelas Forças Armadas, com destaque para a utilização do Centro de Informações do Exército, sob o comando do major Sebastião de Moura Curió, visavam eliminar um a um os guerrilheiros, em ações brutais que não pouparam nem mesmo a população local, com a prisão, tortura e morte de vários moradores da região.

O que foi feito com os corpos dos guerrilheiros, muitos dos quais mortos sob torturas, ou executados após serem presos? Que ações podem ser caracterizadas como sendo terroristas: as dos guerrilheiros ou as dos militares envolvidos na repressão ao movimento? Por que, passados 24 anos do início da guerrilha, as Forças Armadas não admitem abrir os seus arquivos, e se negam a falar sobre o assunto? Qual o aparato militar utilizado no combate ao movimento? Sabe-se apenas que o efetivo ali empregado, em termos de mobilização de tropas, só foi superado, neste século, pela campanha na Segunda Guerra Mundial. São indagações como essas que tiram a guerrilha da história e a jogam nas man-

chetes dos noticiários, tornando cada vez mais atual a discussão de um fato que as Forças Armadas queriam ver definitivamente sepultado – algo praticamente impossível, pela própria dimensão do acontecimento e pelo absurdo que é ver dezenas de famílias dedicarem suas vidas à busca de informações que lhes possibilitem localizar os restos mortais daqueles que ali morreram.

A imprensa brasileira tem se dedicado a um importante trabalho investigativo sobre a Guerrilha do Araguaia, e assim tem conseguido dossiês sigilosos que possibilitam, aos poucos, estruturar definitivamente esse importante capítulo de nossa história.

Há cerca de três anos, dois jornalistas do *Jornal do Brasil* publicaram uma série de reportagens, após terem acesso a documentos secretos do Exército⁴. Etevaldo Dias e Ronaldo Brasiliense relataram o que viram, e chegaram à conclusão de que existiu aqui no Brasil “uma espécie de mini-Vietnã e, por conveniência, essa história nunca foi contada direito”⁵.

Mas foram as reportagens recentes publicadas pelo jornal *O Globo*⁶ que reacenderam o interesse na Guerrilha do Araguaia e levaram o assunto aos principais telejornais brasileiros, com repercussão no exterior, através da rede de televisão CNN. Partindo de um dossiê que estava em mãos de um militar não identificado, responsável por fotografar e arquivar informações sobre os guerrilheiros, os jornalistas apresentaram dados e fotos importantes, e a partir daí desenvolveram uma série de entrevistas com familiares dos desaparecidos, militares, ex-guerrilheiros, dirigentes do PCdoB e moradores da região, trazendo novidades através de depoimentos de ex-guias, alguns inéditos, como o de Manuel Leal (Vanu), que apontou o DNER de Marabá como sendo o local em que alguns guerrilheiros teriam sido enterrados, fa-

zendo referência direta a Nunes (Divino Ferreira de Souza) e João Araguaia (Dermerval da S. Pereira). Outros locais também apontados como tendo sido cemitério clandestino de guerrilheiros que foram mortos sob torturas confirmam os depoimentos colhidos por nós, e já estavam incluídos em nosso trabalho. Também comprovam inúmeras evidências levantadas. As principais delas nos dão a absoluta certeza das execuções sumárias e das mortes sob torturas de guerrilheiros presos com vida.

Isso possibilitou que a Comissão Especial que investiga o desaparecimento de militantes políticos destacasse determinados locais, a fim de proceder a escavações para encontrar ossadas de guerrilheiros, a partir dos depoimentos dados. Seguramente, e pela quantidade de pessoas que surgem para reafirmar as indicações que são feitas e amplamente divulgadas pela imprensa, não é fantasia nem invenção tudo o que até agora foi dito pelos moradores da região e por alguns antigos guias do Exército, que testemunharam diversas mortes e prisões.

Quem morria na mata tinha mãos e cabeça cortadas

Contudo, as escavações feitas nos locais indicados pelo guia Manuel Leal (Vanu) podem representar uma frustração para os familiares que tentam pôr um fim a uma agonia que não se encerrará até que os corpos sejam localizados. Além do DNER de Marabá, outros locais serviram de cemitérios clandestinos, para enterrar principalmente aqueles que foram mortos sob torturas ou executados. Aqueles que eram mortos dentro da mata ali mesmo ficavam, alguns nem sequer eram sepultados, e outros tinham

a cabeça e as mãos decepadas para que pudessem ser identificados, visto que era difícil retirar os corpos de locais inacessíveis aos helicópteros ou a animais. Vários depoimentos, inclusive de ex-militares, comprovam essa prática⁷. Os outros locais que serviram como cemitérios clandestinos foram o próprio cemitério de Xambioá, em valas isoladas (já identificadas, sendo os restos mortais retirados); a cabeceira da pista de pouso da base militar de Xambioá; o antigo acampamento da Mendes Júnior (que também serviu como base militar), onde hoje existe a Fazenda Bacaba; a Transamazônica, altura do quilômetro 100, também próximo à pista de pouso; e as margens de Igarapés, em locais de fácil decomposição dos corpos.

A resistência à ditadura mantida pela Guerrilha não será esquecida

Mas são bastante fortes as possibilidades de não se encontrar nenhum vestígio de ossadas nesses locais, à exceção do cemitério de Xambioá, logicamente por ser um local que não despertaria a atenção. Isso não significa, no entanto, que os depoimentos de ex-guias sejam falsos. As evidências tendem a se confirmar nas declarações do ex-capitão aviador e atual coronel da reserva da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral. Ele afirmou em seu depoimento à Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados que uma verdadeira operação de guerra foi montada secretamente para poder fazer a "limpeza da área", retirando-se, no fim do ano de 1994 e início de 1995, todos os corpos que teriam sido enterrados em locais clandestinos, levados então para a serra das Andorinhas, onde foram queimados.

Essa operação macabra, desenvolvida por agentes do Centro de Informações do Exército, obviamente jamais seria feita às vistas de moradores da região, como nem mesmo a tropa ali estacionada tomou conhecimento, visto que o objetivo era impedir que permanecessem vestígios que algum dia viessem a comprovar a existência de uma verdadeira guerra suja patrocinada por oficiais das Forças Armadas brasileiras, que receberam carta branca do governo militar para executar prisioneiros e torturar inocentes. Exatamente por essa razão, mesmo aqueles guias ou bate-paus que acompanharam ou serviram de cozeiros não podiam tomar conhecimento de que os corpos enterrados nos locais por eles indicados foram um dia retirados, a fim de se apagar da memória do povo toda aquela história.

A Guerrilha do Araguaia jamais vai cair no esquecimento, apesar disso. Ela se constituiu num importante momento da resistência popular à intolerância política, ao totalitarismo da ditadura militar. A inserção da guerrilha na história visa demonstrar que muitos se insurgiram contra a intolerância política que se abateu sobre nosso país, e pagaram com suas vidas um alto preço para que nós pudéssemos hoje desfrutar das liberdades políticas, embora a luta por democracia e liberdade seja uma jornada infinita.

ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO é Mestre em História, professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás e autor da dissertação de mestrado *A esquerda em armas: história da guerrilha do Araguaia*.

Notas

(1) A partir de 1992, tivemos reportagens importantes sobre a Guerrilha do Araguaia em jornais e revistas de grande circulação

nacional, que trouxeram novos depoimentos, dossiês e fatos que contribuíram para elucidar e comprovar várias evidências que apontavam as barbaridades cometidas no combate ao movimento guerrilheiro: *Jornal do Brasil* (de 22 a 24/3/92); *Veja* (18/11/92); *Manchete* (06/02/93); *Veja* (13/10/93).

(2) Depoimento de José Vieira, camponês em São Domingos do Araguaia, filho do camponês-guerrilheiro Luis Vieira, concedido a Romualdo Pessoa Campos Filho, naquela cidade, em 25 de fevereiro de 1996.

(3) Depoimento do sr. José Veloso de Andrade, camponês, ex-guia do exército no combate à guerrilha, morador de Brejo Grande do Araguaia. Concedido a Romualdo Pessoa e Gilvane Felipe, em 19/01/94.

(4) *Jornal do Brasil*, 22, 23 e 24/3/92.

(5) Depoimento de Etevaldo Dias à Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados, em 26 de março de 1994.

(6) As reportagens de *O Globo* foram publicadas a partir do dia 28/4, e seqüencialmente por mais sete dias, mantendo ainda por vários dias matérias a respeito do tema. Adriana Barsotti, Aziz Filho, Consuelo Dieguez, Ascânio Seleme e Amauri Ribeiro Jr. foram os jornalistas responsáveis por esse importante trabalho investigativo.

(7) O jornal *O Globo* de 31 de dezembro de 1995 traz uma reportagem com o ex-soldado José dos Santos Aniká, na época baseado em Clevelândia do Norte (AP). Ele afirma: "Eu matei um guerrilheiro e, seguindo a prática do Exército, cortei sua cabeça e as mãos, para que seu nome pudesse ser riscado da lista negra entregue a todos os militares com os nomes e as fotos dos procurados". Aniká serviu ao Exército durante vinte anos, de acordo com a reportagem. Em 19 de maio de 1996, também o jornal *O Globo* entrevistou o fazendeiro José Augusto Aranza, que em junho de 1972 ficou preso em Xambioá, no buraco conhecido como Vietnã. Segundo ele, ao ser liberado viu "três sacos de lona serem desembarcados de um helicóptero. Dentro de um deles, uma mão de mulher, as unhas pintadas, branca como a morte. Fiquei sabendo depois que o Exército matava os guerrilheiros e trazia suas mãos e cabeças. Não sei se era para identificarem os mortos ou para que os corpos deixados na mata nunca fossem reconhecidos".

O mergulho e a emersão da Guerrilha do Araguaia

GILVANE FELIPE

Até 1993, a imprensa se referiu escassamente à luta no sul do Pará. Nos últimos anos, houve uma torrente de novidades

Alguns acontecimentos, com o passar do tempo, parecem estar condenados a se assemelhar ao nome que se lhes dá. Tal é o caso da Guerrilha do Araguaia, cujo percurso é tão sinuoso quanto o do rio que lhe empresta o nome. Movimento guerrilheiro de contestação política ao regime militar, concebido, planejado, organizado e dirigido pelo Partido Comunista do Brasil, PCdoB, entre os anos de 1966 e 1975, no sul do estado do Pará e norte do então estado de Goiás, hoje Tocantins, a Guerrilha do Araguaia é hoje evocada sempre que se trata de passar a limpo a história recente do país e iluminar os porões do regime militar.

Até 1993, o que ouvimos sobre o tema fora a conta-gotas, reportagens de alcance limitado, versão da organização política que o dirigiu ou memória de alguns poucos sobreviventes. Desde então, assiste-se progressivamente a uma torrente de novidades que começou com as tenebrosas revelações do coronel Cabral¹ na prudente versão romanceada do que presenciara nos idos de 1973-75. No livro, ficara evidente que o silêncio que envolvia aqueles acontecimentos guardava algo muito podre. A revista *Veja* dera então enorme destaque ao livro². Recentemente, o jornal *O Globo*, num furo fenomenal, trouxe à luz do dia

o maior lote de documentos oficiais já divulgados sobre o Araguaia³, no que foi imediatamente seguido por outros órgãos de imprensa como a *Folha de S. Paulo* ou o *Correio Braziliense*, que, por sua vez, publicaram também importantes matérias sobre o tema.

Não foi sempre assim. Ao contrário, a princípio formalmente proibida, mais tarde esquecida ou banalizada como apenas mais um exemplo daquilo que seria a vocação para o fracasso da esquerda brasileira, a Guerrilha do Araguaia passou cerca de vinte anos mergulhada no mais completo silêncio, do qual começa lentamente a emergir. Podemos falar de um redespertar para esse evento, e é deveras interessante ver como evoluiu o tratamento dispensado ao mesmo.

À primeira vista, surpreende o reaparecimento da questão. Afinal de contas, nestes tempos ditos de “fim da história”, de “desenvolvimento sem conflitos”, nada mais *démodé* que evocar temas como luta armada, guerrilha ou revolução. De fato, numa época em que tantos respeitáveis teóricos anunciam o “fim das utopias”, tal temática portaria um não-sei-quê de anacrônico, não seria mais que uma sobrevivência anômala de uma época já superada – mais que isso, sem nenhuma relação com o presente ou o futuro.

Consagrando-se integralmente ao estudo desse episódio desde 1992⁴, tendo inclusive percorrido a região do Baixo Araguaia durante um mês, quando ouviu quase três dezenas de testemunhas, este historiador sente-se tentado – mais que isso, obrigado a participar do debate que ora se desenvolve. Afinal, não é sempre que um pesquisador pode se rejubilar ao ver que o seu objeto de estudo é alvo de tamanho interesse, acostumado que está, no caso do historiador, a quase sempre se afogar na solidão de arquivos poeirentos, matando-se por pesquisas que ele sabe fundamentais, mas das quais a opinião



pública, mesmo nas suas parcelas intelectualizadas, tarda a descobrir o valor.

Relação oficial de 152 mortos e desaparecidos inclui 63 da região do Araguaia

Entretanto, este artigo não pretende protestar contra a súbita “invasão” do tema, numa manifestação de ciúme intelectual que, de resto, de científico nada teria. Nem tampouco pretende-se discorrer aqui sobre os acontecimentos da Guerrilha: isso seria matéria para toda uma série de artigos, ou mesmo para um livro. Tentaremos tão somente contribuir para lançar uma questão no ar: por que o Araguaia ressurgiu agora? Por que todas essas novidades sobre o assunto justamente agora?

A resposta parece simples. Tal se deveria à discussão em torno do Projeto-de-Lei nº 869/95, já aprovado, de autoria do governo federal, que diz em seu cabeçalho que “reconhece e repara as famílias dos mortos e desaparecidos”. Com efeito, esse é o móvel imediato do debate. Mas isso não esgota a questão. Resta ainda saber por que o Araguaia se sobressai, quando não foi a única tentativa de derrubada pelas armas do regime de 64. Por que as demais experiências não brilham da mesma forma?

A esta altura da leitura, os amantes de estatísticas já terão certamente respondido que é óbvio que assim se passe, pois, da relação dos 152 mortos e desaparecidos que a União agora reconhece, 63 se evaporaram às margens do rio Araguaia, o que perfaz cerca de 42% da lista, de onde o súbito interesse geral. Essa

resposta nos aproxima um pouco mais da satisfação, pois os números evidenciam o peso significativo desse episódio diante do conjunto de experiências levadas a cabo pela esquerda revolucionária brasileira – ainda mais se considerarmos que a cifra oficialmente divulgada está longe de representar o verdadeiro número de pessoas desaparecidas naquela guerrilha, dos dois lados. Pelas pesquisas que desenvolvemos até aqui, poderíamos adiantar que não menos de 150 pessoas lá pereceram, total que poderia até ultrapassar a casa dos duzentos, uma vez abertos os arquivos das Forças Armadas.

A nossa pergunta inicial estaria bem respondida. A Guerrilha do Araguaia teria voltado à cena porque, no leito da discussão levantada pelo PL nº 869/95, pela evidência dos números revelados, pôde-se resgatar finalmente a sua importância.

Responde, é certo, ao mesmo tempo em que exige explicações sobre algumas lacunas não negligenciáveis que continuam à espera de respostas. Por exemplo: há muito os estudiosos da resistência ao regime militar detêm esse dado numérico, e nem por isso as referências à Guerrilha se enriqueceram ou tornaram-se mais profundas. Então, como tais dados não encerram em si nenhuma novidade, como se andássemos em círculos, retornamos ao ponto de partida: por que o Araguaia ressurgiu agora, se há muito já se tinham as informações sobre sua dimensão?

Tal interrogação se impõe quando percebemos que nem mesmo universidades competentes como a do Pará ou a de Goiás ou, mais recentemente, a do Tocantins, às quais o assunto concerne diretamente, desenvolveram esforço significativo para historiar a Guerrilha, que no entanto ocorreu às suas portas⁵.

Mesmo a grande imprensa, num primeiro momento silenciada pela mordacura da censura, desde o fim das restrições, com honrosas e corajosas exceções, tra-

tava a Guerrilha do Araguaia com desprezo. Igualava-a, por exemplo, à chamada Guerrilha de Caparaó, que de guerrilha mesmo só teve o nome e um monte de intenções frustradas, já que fora descoberta e desmantelada após menos de um mês de preparação, numa operação levada a cabo pela PM de Minas Gerais. Para se ter idéia do absurdo do paralelo, no Araguaia somente a fase de preparação durara seis longos anos, de 1966 até abril de 1972, e para combatê-la o governo se viu obrigado a utilizar, de 1972 a 1975, cerca de vinte mil homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, SNI, Polícia Federal e Polícias Militares dos estados de Goiás, Maranhão e Pará! Não será exagero qualificar tais referências de desprovidas de seriedade.

Aliás, a falta de critério e profissionalismo às vezes se manifesta abertamente em artigos recheados de gracejos, não sendo raras as alusões ao Araguaia como sendo uma “mera alucinação de meia dúzia de lunáticos”⁶, a ironia desempenhando aí o papel de couraça para ocultar uma total ignorância sobre o assunto. Poucos como o jornalista Fernando Portela saíram a campo e foram seriamente pesquisar⁷.

Zero Hora: a palavra Araguaia virou sinônimo de resistência à ditadura

Se é verdade que a importância histórica de um acontecimento não se mede necessariamente pelo número de pessoas nele envolvidas, tal fator, todavia, deve ser considerado no mínimo como um indício precioso para aquilatá-lo. Mais ainda quando, além da gritante

dimensão numérica relativa do fato, há também a longa extensão temporal – seis anos de preparação guerrilheira e mais três anos de combates –, o que, por si só, bastaria para torná-lo passagem obrigatória para todo aquele que pretendesse discorrer sobre os “anos de chumbo” e aqueles que ousaram desafiar o poder ditatorial.

Um círculo de fogo impôs silêncio sobre a Guerrilha do Araguaia

Nessas condições, é com agradável surpresa que hoje vemos um dos maiores jornais do país assim se referir ao evento: “A palavra Araguaia soa como uma metralhadora para os brasileiros... O vocábulo virou sinônimo de resistência ao regime militar quando batizou o mais importante foco de guerrilha rural...⁸”. Exemplos dessa nova atitude diante do mesmo fato histórico poderiam ser arrolados, pois abundam de norte a sul do país.

Impõe-se um esforço intelectual um pouco mais profundo para tentar desvendar o mistério dessa reaparição em grande pompa de um fato até há pouco proscrito ou condenado ao descaso. Para entender o porquê da súbita emergência, talvez seja frutificante debruçarmos sobre o seu longo mergulho.

A Guerrilha do Araguaia, desde que as Forças Armadas iniciaram sua campanha de cerco e aniquilamento, em abril de 1972, foi aprisionada num círculo de fogo visando impedir o vazamento de qualquer informação a seu respeito. Enquanto sobre os outros movimentos de contestação armada apenas alguns lances são ocultados (ou adulterados), no Araguaia é o conjunto das

informações que é escondido, e isso de maneira centralizada, o que explica, por exemplo, que não se encontre nada, ou quase nada, a seu respeito nos arquivos do DOPS já abertos à sociedade.

O que chama a atenção no caso do Araguaia é que as forças de repressão nem sequer tentaram divulgar, mesmo que de maneira deturpada a seu favor, o que se passava nas selvas do sul do Pará. Em seu belo *Batismo de sangue*, Frei Betto conta que a morte de Carlos Marighella foi anunciada pelos alto-falantes de um Morumbi lotado na noite mesma em que fora abatido. A suposta “traição” ao Exército do capitão Carlos Lamarca foi também noticiada, assim como a sua morte no sertão baiano. Os diferentes seqüestros de embaixadores e aviões, assaltos a agências bancárias, tudo isso foi precioso material de propaganda na guerra psico-ideológica deflagrada pelo regime contra as organizações de oposição radical. No Araguaia, não. O silêncio foi do início ao fim, e até hoje, a regra absoluta. Apenas para que se tenha uma idéia da força do controle que se exerceu, uma única reportagem conseguiu furar o cerco da censura, antes de 1978/79. Ela apareceu em 24 de setembro de 1972 nas páginas do conservador *O Estado de S. Paulo*, por um descuido da Censura, o que acabou sendo um dos motivos do azedamento das relações até então mutuamente cordiais entre o periódico paulista, apoiador de primeira hora do golpe de 1964, e o governo militar.

Uma tentativa de interpretação dessa curiosa singularidade nos conduz forçadamente a duas hipóteses: ou (1) as forças de repressão, com o Exército brasileiro à frente, teriam cometido atos inomináveis, excessos impublicáveis no combate à Guerrilha do Araguaia, vindo daí a recusa de abertura de seus arquivos; ou então (2) a Guerrilha do Araguaia teria alcançado uma dimensão tal que

teria chegado a preocupar seriamente a alta hierarquia militar, e assim sobre ela se guardaria silêncio pelo temor de que se tornasse um exemplo para todos aqueles que sonham com uma transformação radical do país. Pelo que pudemos verificar até o presente, é na reunião dessas duas possibilidades que poderíamos encontrar uma explicação razoável para esse tratamento diferenciado.

Esses dois conjuntos de razões explicam o silêncio das forças de repressão, mas nada falam sobre o silêncio da imprensa e dos acadêmicos após a queda da censura. Aqui, penso que tocamos num ponto sensível: o do preconceito político-ideológico contra o movimento, haja vista a sua declarada filiação marxista-leninista, a sua assumida identidade comunista. Em essência, todas as proporções guardadas, trata-se do mesmo tipo de reação que pôde ser observada durante muito tempo em relação, por exemplo, à Guerra de Canudos. Dizia-se tratar-se pura e simplesmente de um movimento monarquista e milenarista-messiânico, portanto de um mero ajuntamento de reacionários e fanáticos. E assim abreviava-se a discussão, ocultando-se-lhe um caráter político e social em nome de não sei qual prurido, pretensamente republicano e democrata. A verdade é que o Araguaia perturba a tranqüilidade de uma certa interpretação histórica “bem estabelecida”, cheia de falsos consensos sobre as lições a tirar das diversas formas de resistência ao regime militar. Tal interpretação tende a qualificar tudo o que diga respeito à luta armada no Brasil como um estrondoso



fracasso, e, por isso mesmo, como uma página definitivamente virada, a ser esquecida, uma vez que atrapalha também projetos políticos particularistas que pensam que estudar um tal movimento fortaleceria este ou aquele partido, esta ou aquela perspectiva política e/ou acadêmica.

Não é por acaso que o Araguaia agora se transforma em notícia

É verdade que a história não escapa totalmente ileso dos mecanismos políticos: ela é desde suas origens, por excelência, um terreno de acirrada disputa político-ideológica, e nada indica que deixará de sê-lo: como diz George Orwell, em seu livro *1984*, “quem controla o passado, controla o futuro”. Mas esta não me parece uma boa razão para não praticá-la ou para nela eleger regiões “proibidas”. A história do Brasil pertence ao povo brasileiro que a fez ou a sofreu, que nela tomou parte. Integra o patrimônio nacional, e nenhum pretexto, por mais “nobre” que seja, é suficientemente bom para negá-la – em parte ou no todo – a este povo e às gerações futuras. Até porque, no fim das contas, serão eles que julgarão não só a história como também os contadores.

Resta ainda a mencionar-se a hipótese de uma virtual manipulação na divulgação de documentos sobre a guerrilha e, por conseguinte, em sua repercussão atual. É público e notório o papel das forças armadas nos países do chamado Terceiro Mundo (e particularmente na América Latina) que opõe setores militares nacionais e interesses geopolíticos norte-americanos. É também um fato

que se assiste a uma poderosa campanha político-ideológica por parte dos países capitalistas centrais, que visa, em muitos aspectos, fragilizar as soberanias nacionais. Seus temas prediletos no Brasil são Amazônia, defesa dos povos indígenas etc. Não que esses não se constituam em graves problemas a serem encarados e solucionados urgentemente. Contudo, longe deste autor está a ingenuidade de ver nessa atitude do governo dos Estados Unidos, com seu longo currículo de maior exterminador de índios e devastador da natureza, uma singela preocupação humanitária, democrática ou ecológica. O mesmo conteúdo é perceptível na proposta americana de desarticulação dos exércitos nacionais, que por trás de uma fraseologia democratista tenta destruir toda e qualquer força militar que não esteja sob o seu controle direto, e assim estabelecer de uma vez por todas a *pax* americana.

Assim sendo, em tese, não seria impossível que por detrás dessa repentina vinda à tona de documentos sobre a repressão durante a ditadura militar também se encontrassem interesses escusos, com o intuito de desmoralizar as forças armadas brasileiras (e assim mais facilmente justificar o seu desmantelamento). Entretanto, no que diz respeito ao redespertar de interesse pela Guerrilha do Araguaia, se, por um lado, é importante não alimentar falsas ilusões e estar atento a manipulações, por outro é mister não cair numa visão conspirativa da história, que tanto prejuízo já nos causou, e ver que nem tudo o que acontece é fruto de um plano prévia e maquiavelicamente elaborado.

Dessa forma, o Araguaia não retornaria à superfície apenas por um acaso. Tampouco seria contraditório que essa discussão se desse justamente neste momento de quase total aridez propositiva no horizonte social, político e histórico brasileiro e mundial. Pelo contrário, seria

precisamente desse vácuo que ressurgiria o interesse pela Guerrilha do Araguaia.

Assim sendo, o Araguaia – independente do que se possa considerar em relação ao programa ou às formas assumidas pelo movimento, ou ao que elas possam conter de ultrapassado – representaria, para aqueles que ainda não se conformaram com a proclamada fatalidade de uma certa “nova ordem mundial”, a rebeldia contra o *status quo*, o valor de se ter um ideal em que acreditar e de a ele se dedicar, como fizeram nossos jovens guerrilheiros. Em outras palavras, o Araguaia supriria a fome de utopia de nossos dias, expressa de forma cristalina na repercussão obtida pela série televisiva *Anos rebeldes*, assim como nas letras das canções de Cazuza – “Ideologia, eu quero uma pra viver!” – ou dos Titãs – “a gente não quer só comida...”.

Então, da mesma forma que Chiapas⁹ tornou-se uma palavra-chave para entender as mazelas do neoliberalismo e todas as novas velhas contradições que ele (res-)suscita, o Araguaia ressurgiria como uma bela idéia não realizada, que merece talvez ser reexaminada e, quem sabe, retomada.

A utopia é a forma mais elevada do impulso humano para a esperança

Se a esperança é própria do homem, como pensa o filósofo alemão Ernest Bloch¹⁰, e se estar insatisfeito é a forma mais elementar desse impulso humano fundamental, enquanto que a utopia é a sua forma mais elevada, talvez então esse res-

surgimento seja indício de busca de novos horizontes, e de que o tempo do "fim das utopias" não tenha mesmo chegado.

GILVANE FELIPE é Mestre em História pela Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), bolsista da Capes e doutorando em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, França, sob orientação do Professor-Doutor Ronald Hubscher. Tese: *Histoire de la guérilla de l'Araguaia (Brésil: 1966-1975)*.

Notas

(1) CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambioá, guerrilha no Araguaia - novela baseada em fatos reais*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

(2) Ver "O fim da guerra no fim do mundo", in *Veja*, ed. 1309, São Paulo, Abril, 13/10/96, pp. 16-28.

(3) Ver "História secreta da guerrilha", in *O Globo*, Rio de Janeiro, de 28/4/96 a 03/5/96. (Foram as edições que pudemos obter até o momento.)

(4) Dissertação de Mestrado (D. E. A.) sobre a Guerrilha do Araguaia, defendida em outubro de 1993 no Instituto de Altos Estudos Sobre a América Latina (IHEAL) em Paris, França, na Université de la Sorbonne Nouvelle.

(5) Solitária e honrosa exceção seja feita à dissertação de mestrado defendida em 1995 por Romualdo Pessoa Campos Filho na Universidade Federal de Goiás, cujo título é *A esquerda em armas: história da guerrilha do Araguaia*. Com ele pudemos trocar opiniões, e tivemos o prazer de conhecer a região onde ocorreu o conflito.

(6) Como exemplo dessa atitude, ver "Imagens oficiais da guerrilha", in *Veja*, São Paulo, 08/5/1996, pp. 36-9.

(7) Dele é o primeiro e mais importante relato jornalístico sobre a Guerrilha: *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

(8) "Os anos de chumbo ainda mancham a selva de Tocantins", in *Zero Hora*, Porto Alegre, 10/9/1995, pp. 40-3.

(9) Região do sul do México em rebelião contra o governo daquele país e contra os acordos concluídos por ele com os EUA e o Canadá - NAFTA. Os rebeldes se auto-intitulam Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

(10) *Das Prinzip Hoffnung*, 1959, citado por E. J. Hobsbawm, in: *Os revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 2. ed., p.141.

LANÇAMENTO

GUERRILHA DO ARAGUAIA

Com esta 3ª edição ampliada do livro/revista *Guerrilha do Araguaia*, a Editora Anita Garibaldi homenageia os heróis que tombaram na luta pela liberdade e resgata um importante período da história de nosso povo, por mais que as classes dominantes tentem esconder e ignorar.

É fantástico que só depois de 21 anos, após muitos massacres de trabalhadores naquela mesma região como os de Rio Maria e Eldorado do Carajás, a Guerrilha do Araguaia ocupe espaços nos grandes meios de comunicação.

Esta publicação é a mais completa já produzida.

Nela o leitor encontrará comunicados da guerrilha, cartas, poemas, fotos e biografias dos guerrilheiros, entrevistas, depoimentos e documentos que analisam este acontecimento.

Vale a pena conferir.



R\$ 12,00

Qual cidadania?

SÉRGIO BENASSI

Palavra da moda no vocabulário político, pode traduzir-se em diferentes conteúdos, nem todos adequados aos interesses do povo

O termo *cidadania* tornou-se em nosso país uma referência praticamente obrigatória no discurso dos mais diferentes agentes políticos. Governo, políticos da oposição, líderes da esquerda e da direita, sindicalistas e organizações não-governamentais, todos se apresentam como defensores do direito à cidadania. Mas, a exemplo do que ocorre com a suposta unanimidade em torno da democracia, convém indagar: de que cidadania se trata? Qual o seu conteúdo? Que diferenças importantes a defesa de uma cidadania abstrata e formal pode eludir?

O objetivo do presente texto é trazer alguns elementos, com base na análise de parte da bibliografia sobre o tema, que contribuam para uma definição de cidadania coerente com o projeto de transformação socialista da realidade brasileira.

Na literatura sociológica há certa convergência na definição dos elemen-

tos formais da cidadania. Apoiando-se no texto clássico do professor de Sociologia da Universidade de Londres T.H. Marshall, apresentado em conferência de 1949, vários autores apontam a cidadania como articulação dos direitos civis, políticos e sociais, além dos deveres. (MARSHALL, s.d.: 63)

Os *direitos civis* correspondem aos direitos relativos à liberdade individual: o direito de dispor do próprio corpo, a liberdade de ir e vir, o direito à propriedade e de contrair contratos, o direito à justiça.

Os *direitos políticos* devem garantir aos cidadãos de um determinado Estado a participação livre na atividade política, seja como membros de organismos do poder político, seja como simples eleitores de representantes nesses organismos. Devem garantir ainda a livre expressão do pensamento, a liberdade de religião, de imprensa e de organização.

Os *direitos sociais* respondem às necessidades humanas básicas, assegurando o direito a um bem-estar econômico mínimo. Relacionam-se principalmente com o direito a salário, saúde, educação, habitação e alimentação.

A esses diferentes tipos de direitos correspondem quatro conjuntos de instituições:

– os tribunais, para salvaguardar os direitos civis;

– as assembléias representativas, locais e nacional, como fóruns legislativos e de decisões políticas;

– os serviços sociais, para garantir o mínimo de proteção contra a miséria, a doença etc.;

– e as escolas, para viabilizar o acesso à educação.

Mas a noção de cidadania implica direitos e também deveres. Ou seja, como integrante de uma coletividade, todo cidadão deveria respeitar o acesso de seus concidadãos aos direitos básicos.

Na literatura, a extensão e o conteúdo dos deveres apresentam-se de maneira controversa. Há os que advogam a tese de que o dever básico do cidadão é submeter-se ao “*Império da Lei*”, entendido esse como “soberania impessoal” (HOBHOUSE, LT, apud. *Cidadania. Dicionário de Ciências Sociais*, FGV, 1986, p. 177). Nessa linha, há a defesa do respeito à Constituição do Estado, diante da qual todos seriam iguais e protegidos contra qualquer tipo de discriminação, como o principal dever do cidadão.

A cientista social Maria de Lourdes Manzini Covre argumenta que não se pode esquecer dos deveres, já que a cidadania transformaria todos em “parte do governo”, ainda que pretenda com isso destacar a ação dos sujeitos na conquista de direitos (COVRE, 1991:10).

No primeiro caso, pode-se abrir caminho para uma concepção jurídicista de cidadania, que pecaria exatamente por não confrontar os artigos, parágrafos e incisos das leis com os direitos básicos do cidadão, já que não está de an-



temão descartada, ainda hoje, a possibilidade de leis que firam esses direitos (para não falar da conhecida distância entre as Constituições e Códigos Jurídicos e a realidade).

A palavra cidadania pode ocultar a natureza de classe do Estado burguês

No segundo caso, não se pode apresentar o cidadão como “parte do governo”, mesmo que goze do direito de voto e da liberdade de expressão, ou que a “prática de reivindicar” seja desenvolvida pela parcela da população que tem “pouco poder” (COVRE, 1991:10). Essa idéia oculta os mecanismos de representação política, pois o cidadão como “parte do governo” só seria realidade numa democracia direta onde ele decidisse por si próprio. Além disso, ofusca inteiramente tanto a natureza de classe do Estado burguês quanto seu papel central mantenedor e reproduzidor das relações macro-sociais capitalistas, valendo-se da separação característica do Estado burguês entre a burocracia, que de fato gere o aparelho estatal, e as massas populares, excluídas dessa gestão.

Ainda quanto ao conteúdo da cidadania, é importante ter apresentada a questão levantada por Evelina Dagnino:

“(…) Não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, (...) o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado serão sempre definidos pela luta política”. (DAGNINO, 1994: 107)

Cidadania na história

Historicamente, o surgimento do conceito de cidadania se dá na passagem do feudalismo para o capitalismo, principalmente na Europa. Marx, ao analisar a sociedade feudal, comentara:

“(…) Em vez do homem independente, encontramos aqui todos dependentes – servos e senhores feudais, vassallos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as condições sociais da produção material quanto as esferas de vida estruturadas sobre ela”. (MARX, 1983: 74).

Já a idéia de sujeito independente e possuidor de direitos vai ser central na configuração da sociedade burguesa. Ela é ainda pressuposto para o funcionamento da economia capitalista, baseada no mercado livre e na efetivação de contratos entre os agentes econômicos. Todos precisam ser livres na relação de mercado capitalista.

Em relação às diferenças entre a sociedade capitalista e a feudal, no terreno aqui analisado, T.H. Marshall afirma:

“(…) Na sociedade feudal, o *status* era a marca distintiva de classe e a medida de desigualdade. Não havia nenhum código uniforme de direitos e deveres com os quais os homens – nobres e plebeus, livres e servos – eram investidos em virtude da sua participação na sociedade (...)”. (MARSHALL s.d.: 64)

O mesmo autor, ao periodizar os fatos históricos relativos à esfera dos direitos na Inglaterra, acredita ser possível atribuir a séculos diferentes o surgimento de cada tipo de direito. Assim os direitos civis seriam os primeiros, surgidos no século XVIII; os políticos estão ligados ao século XIX; e os sociais, ao século XX.

Independentemente dessa periodização ser ou não válida para outros países, vale a pena assinalar duas questões.

Primeiramente, se tomarmos a Inglaterra como o berço do capitalismo, fica claro que a conquista da cidadania envolveu quase três séculos de luta e de experiência histórica. Esse longo período, que parece se reproduzir em outros países capitalistas desenvolvidos, talvez possa ajudar a entender a importância que os direitos básicos têm para seus povos, não apenas como elementos do discurso, mas como componentes dos valores sociais. No caso do Brasil, não se pode esquecer, por outro lado, que até 1888 imperava a escravidão.

Em segundo lugar, a ampliação do leque de direitos do cidadão foi se dando através de um processo cumulativo, onde um novo direito, antes negado, era somado ao estoque precedente – um processo de enriquecimento contínuo da cidadania, através de lutas sociais, que não permitia, apesar das tentativas, a supressão dos direitos já conquistados¹. É o que T.H. Marshall chama, ao analisar os direitos civis, de “adição gradativa de novos direitos a um *status* já existente” (MARSHALL, s.d.: 68).

Direitos civis têm caráter individual, portanto compatível com o capitalismo

Um dos aspectos mais importantes dos direitos civis é o direito ao trabalho. Ele deveria assegurar ainda a liberdade de escolha de uma profissão e a de empregar-se no local mais vantajoso. Isso inexistia na sociedade feudal, onde o servo mantinha uma relação de dependência frente ao senhor. O papel da valorização do trabalho exerce enorme influência no

período de ascensão do capitalismo e da burguesia. Ajudada pelas Reformas Protestantes, a nova ética privilegiava o trabalho produtivo para assegurar lugar no céu; o sofrimento do trabalho recompensava, explicava e justificava tudo; o homem na Terra devia trabalhar para usufruir dos benefícios do trabalho. Trabalho e acumulação do capital, eis a nova ética religiosa.

Os homens podiam ser iguais pelo trabalho e pela capacidade, e não pelo nascimento. A nova visão de mundo consagrava o individualismo.

Como se sabe, Lênin aponta como uma das “condições históricas prévias” para o surgimento do capital:

“(…) a existência de operários ‘livres’ sob dois pontos de vista: livres de qualquer coação e de qualquer restrição quanto à venda da sua força de trabalho, e livres porque despojados de terra e sem meios de produção em geral, de operários sem senhores, de operários ‘proletários’ que só podem subsistir vendendo a sua força de trabalho”. (LÊNIN, 1979: 32)

É preciso assinalar que os direitos civis tiveram um caráter especialmente individual, e por isso compatível com o surgimento do capitalismo. A atomização do cidadão desenvolve-se umbilicalmente com a necessidade vital do sistema de ter à sua disposição trabalhadores “livres” para a exploração das novas relações de trabalho capitalistas.

A cidadania é contemporânea do Estado-Nação

A competição entre os homens e grupos de homens, para prosperar com base na exploração e na dominação, tem a cobertura ética da ideologia burguesa.

Essas mudanças na superestrutura ideológica expressavam todo um processo econômico-social do novo modo de produção capitalista. Igualdade formal para a desigualdade do capital. Igualdade legal para legitimar a desigualdade social.

Politicamente, a cidadania é contemporânea do Estado-nação. Daí que “um dos elementos centrais da construção de uma nação é a codificação dos direitos e deveres de todos os adultos classificados como cidadãos”. (REINHARD, 1979: 389).

Diferentemente dos direitos civis, que diziam respeito à criação de novos direitos antes inexistentes, os direitos políticos se relacionam principalmente com o acesso à participação política a setores até então excluídos, acesso que se dará sobretudo pela conquista do direito ao voto.

Mas o exercício do sufrágio só poderia ser plenamente desenvolvido com a “unificação do sistema nacional de representação” (REINHARD, 1979: 393). E foi a Revolução Francesa que adotou uma medida essencial na representação política: no lugar da família, da propriedade e da corporação, aparecia como unidade básica o cidadão individual. Além disso, a representação não se daria mais através de corpos funcionais separados, mas por uma assembleia nacional unificada de legisladores. A lei de 11 de agosto de 1792 e a Constituição de 1793 reconheceram o direito de voto a todo cidadão francês com mais de 21 anos, excluindo-se os servos e os vagabundos.

A história do sufrágio universal é basicamente a história da tentativa de participação política de setores excluídos, principalmente os trabalhadores. Benjamin Constant, um dos clássicos do liberalismo, argumentava, já no período de ascensão do capitalismo, que os assuntos da comunidade deveriam ser entregues àqueles que nela tivessem “reais interesses”, ou seja, proprietários de terra e negociantes. Além disso, durante muito tempo as mulheres foram

privadas do voto, e inúmeros critérios foram elaborados para restringir o seu uso: critérios estamentais, regime censitário, critérios de residência, voto plural etc. Na Inglaterra, só em 1948 é que foram abolidas todas as diferenças baseadas no plano econômico. Essas restrições, ao lado de outras, se explicam pela tentativa de neutralizar o voto dos trabalhadores, já que o impedimento puro e simples não era mais possível.

Duas vertentes: o “indivíduo livre” no mercado e a luta por direitos crescentes

Percebe-se portanto que, historicamente, duas vertentes conflitantes entrecrocavam-se, ambas consolidando a cidadania. Trata-se de um longo processo histórico de acúmulo, permeado de contradições: o desenvolvimento capitalista exigindo a configuração plena do cidadão – “indivíduo livre” no mercado. De outro lado, os setores excluídos lutando por direitos sociais e políticos crescentes, uma exigência da própria luta de classes, resultante do desenvolvimento do sistema capitalista. Ambos almejavam uma cidadania, mas com conteúdos distintos.

Todo mundo sabe, porém, que boa parte dos direitos do cidadão são reconhecidos em lei, mas nem sempre aplicados na vida real. O processo de conquista da cidadania é, assim, o reconhecimento da capacidade legal do homem de agir de forma independente. Mas esse reconhecimento legal, ainda que represente importante conquista, silencia sobre as condições concretas para sua realização. São direitos formalmente garantidos.

Lênin chamava a atenção desse aspecto ao comentar as noções de “liberdade” e de “igualdade” no capitalismo:

“(…) A liberdade de reunião, incluída nas Constituições de todas as repúblicas burguesas, é uma fraude porque, quando queremos nos reunir, protegidos do tempo, os melhores edifícios são propriedade privada (…).”

E ainda:

“(…) Afirmamos que uma república Democrática com igualdade é uma mentira, uma fraude, porque, na realidade, a igualdade não existe nem pode existir, em virtude da propriedade privada dos meios de produção, do dinheiro e do Capital (…).” (Lênin, 1979: 28,32).

A discussão da cidadania deve implicar, portanto, não apenas as garantias jurídicas previstas em lei, mas também o reconhecimento das condições concretas necessárias à sua efetivação. Nesse caso, a consagração dos direitos básicos nos documentos jurídicos deve ser vista como o passo inicial, e insuficiente, de sua efetiva conquista.

Cidadania e classes sociais

Foi o cientista político greco-francês Nicos Poulantzas quem chamou a atenção para uma dupla função do Estado burguês, cuja lembrança se faz agora necessária. Antes de examiná-la, é oportuno fazer aqui uma citação de seu livro mais importante, *Poder político e classes sociais*:

“(…) O traço distintivo fundamental (do Estado Capitalista) (...) parece consistir, com efeito, no fato de estar ausente a determinação de sujeitos (fixados, neste Estado, como ‘indivíduos’, ‘cidadãos’, ‘pessoas políticas’) enquanto agentes de produção, o que não acontecia com os outros tipos de Estado. (...) As suas instituições estão organizadas em torno

dos princípios da liberdade e da igualdade dos ‘indivíduos’ ou ‘pessoas políticas’. A legitimidade deste Estado está fundada, não já na vontade divina implicada no princípio monárquico, mas no conjunto dos indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na responsabilidade laica do Estado para com o ‘povo’. O próprio povo é erigido em princípio de determinação do Estado, não enquanto composto por agentes da produção distribuídos em classes sociais, mas enquanto massa de indivíduos-cidadãos, cujo modo de participação numa comunidade política nacional se manifesta no sufrágio universal, expressão da “vontade geral”. O sistema jurídico moderno, distinto da regulamentação feudal fundada nos privilégios, reveste um caráter “normativo”, expresso num conjunto de leis sistematizadas a partir dos princípios de liberdade e igualdade: é o reino da ‘lei’. A igualdade e a liberdade dos indivíduos-cidadãos residem na sua relação com as leis abstratas e formais, as quais são tidas como enunciando essa vontade geral no interior de um ‘Estado de direito’ (…).” (POULANTZAS, 1971: 143).

O que nos interessa reter aqui é que o Estado burguês se legitima apoiado no conjunto de cidadãos, e não na determinação de classes sociais. É disso que decorre sua dupla função:

1) individualizar os agentes da produção (produtores de direitos e proprietários dos meios de produção), convertendo-os em sujeitos individuais com direitos;

2) neutralizar, no produtor direto, a tendência à ação coletiva, proveniente do caráter socializado do processo de trabalho capitalista, fazendo prevalecer a tendência ao isolamento.

É no processo de realização dessa dupla função que, em lugar das classes sociais, emerge a figura do povo-nação, com o qual se procura obscurecer a relação entre Estado e classe.

A lembrança das teses de Poulantzas é para mostrar que a formação do povo-

nação – calcada nos cidadãos, a despeito de seus efeitos jurídicos e políticos – não logra eliminar os sujeitos coletivos que são as classes sociais. Se no discurso político liberal se procura sempre apresentar a relação Estado-cidadão como predominante, trata-se da tentativa de omitir as determinações de classe na estrutura e no funcionamento do Estado capitalista. Resumidamente: o cidadão é, antes de tudo, integrante de determinada classe social.

A importância dessa questão fica clara quando se observa, freqüentemente, a tentativa de abandonar o conceito de classes sociais, substituindo-o pelo de cidadania. Em vez de serem articulados, o último anula o primeiro, eliminando-se a esfera das relações de produção no processo de trabalho no capitalismo.

Mesmo autores como Marshall e Bendix afirmam que a conquista da igualdade perante a lei se dá com a manutenção da desigualdade social e econômica, e não com a sua supressão. E que “a igualdade da cidadania e as desigualdades de classe social desenvolvem-se paralelamente” (BENDIX, 1979: 392).

Ao analisar os efeitos da cidadania (enquanto busca de igualdade) sobre as classes sociais (enquanto “sistema de desigualdade”), o sociólogo inglês mostra que não se tratam de elementos antagônicos, e que a cidadania não só pode



operar como “um instrumento de estratificação social”, como também moldar novas desigualdades (MARSHALL, s.d.: 102,107). Nesse sentido, a propalada “igualdade de oportunidades” seria a fonte de novas desigualdades sociais.

O expediente corriqueiro, em setores de esquerda, de abandonar o discurso classista pela palavra-de-ordem da cidadania, descarta, na maioria das vezes, a possibilidade de articulação das noções de cidadania e classe social. E, no fundo, não faz mais do que repetir as pretensões do discurso liberal de negar a realidade das coisas pelas palavras.

Discutir cidadania sim, lutar pelos direitos civis, políticos e sociais dos excluídos sim, mas sem negar as classes sociais e sua luta.

Cidadania como estratégia política

Maria de Lourdes Manzini Covre destaca “a categoria cidadania como estratégia de luta por uma nova sociedade” (COVRE, 1991: 40). Já Evelina Dagnino, que critica a redução da cidadania ao reconhecimento formal dos direitos pelo Estado, assinala que sua “radicalidade” enquanto “estratégia política” é supor uma “reforma intelectual e moral” nos termos de Gramsci. Quer dizer,

uma profunda transformação de práticas sociais e valores arraigados na sociedade, ultrapassando “o foco privilegiado da relação com o Estado, ou entre o Estado e o indivíduo, para incluir fortemente a relação com a sociedade civil” (DAGNINO, 1994: 109).

A luta pela cidadania pode comportar horizontes estratégicos de classes sociais. Seu alargamento pode ser instrumento de lutas democráticas nos marcos da sociedade capitalista a fim de somar forças, acumular conquistas, organizar as classes populares para um projeto estratégico do poder político. É ainda um elemento do programa de conquistas democráticas.

Interpretação distinta é a que pretende uma adequação da cidadania nos marcos das liberdades políticas limitadas, comprometendo e envolvendo as classes populares como co-responsáveis do “império de lei” e da “governabilidade”, alimentando a ilusão de que o simples alargamento dos direitos (econômicos, políticos e sociais) altera a natureza de classe do Estado.

Ora, ainda que possa ser um componente de uma estratégia transformadora, a luta pela cidadania não pode minimizar, ofuscar ou suplantiar o problema central: a conquista do poder político. Esse é o elemento central para se iniciar a construção de uma nova sociedade e possibilitar uma “reforma intelectual e moral”. Por isso, a conquista do poder político tem primazia e antecede ambas as questões. Não se trata de pretender reduzir a discussão das práticas e dos valores sociais à esfera do Estado, mas de admitir que sem uma nova estrutura estatal socialista é impossível se pensar uma nova sociedade com novos valores. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. O centro, então, da estratégia política revolucionária é a conquista do poder político até para realizar os direitos bá-

sicos da cidadania, onde for o caso. O Estado capitalista, que reproduz as relações do modo de produção capitalista, não pode acabar com a propriedade privada – fonte primeira da desigualdade inevitável do sistema.

O centro da questão da cidadania não é a conquista de “espaços estratégicos” para explorar uma suposta “ambivalência” do Estado burguês. A estratégia revolucionária deve ter presente a eliminação de um sistema de exploração do capital, gerador de desigualdade – berço, portanto, da falta de cidadania plenamente realizada. Definitivamente, cidadania não é apenas “salário justo” que “compra uma vida digna”.

A luta pela cidadania deve fazer parte de um programa de transformação social. Seu conteúdo, enquanto conjunto de direitos civis, políticos e sociais, deve ser processualmente enriquecido; e sua não-realização deve ser denunciada. Mas a cidadania não deve ser pretexto para negar a existência de classes e de sua luta, nem a primazia e a anterioridade da conquista do poder político para transformar a sociedade.

Cidadania no socialismo

Um último aspecto merece menção, ainda que breve. Como vimos, a noção de cidadania nasce e se desenvolve com o capitalismo. Papel destacado no alargamento histórico dos itens dos direitos coube especificamente às camadas populares, em especial à classe operária. Com a derrocada do sistema capitalista e a instauração do poder proletário, abre-se nova fase histórica.

Qual o tratamento a ser dado à questão da cidadania? Haverá a conceituação específica da cidadania na transição socialista?

Sabendo-se que toda transição comporta contradições que devem ser abordadas de acordo com a realidade objetiva, interessa ao novo poder desenvolver



ao máximo todos os direitos que compõem a noção de cidadania, sobretudo o direito de participação política. A cidadania é, portanto, uma herança não realizada pelo antigo regime. Sua realização no curso da transição socialista não implica a criação de uma nova cidadania socialista, mas o próprio esgotamento de sua vigência enquanto categoria historicamente limitada. Por isso, é inteiramente pertinente a afirmação do parágrafo 39 do Programa Socialista do Partido Comunista do Brasil:

“(...) É garantido o direito de cidadania a todos os brasileiros e aos estrangeiros radicados no país. Serão abolidas e combatidas todas as discriminações de raça, nacionalidade, religião, em especial as que têm por objeto o negro. Às mulheres será garantida a igualdade de gênero. Os indígenas contarão com proteção especial, de-

fesa e demarcação de suas terras e ajuda ao seu desenvolvimento étnico (...)” (p. 27).

Por último, é preciso acentuar a importância do conhecimento das necessidades concretas de cada povo e nação, além do conhecimento do fato de que o grau de desenvolvimento das relações capitalistas e o nível de conquistas acumuladas historicamente pela cidadania no capitalismo ajudarão a desenhar os contornos da cidadania na transição socialista.

SÉRGIO BENASSI é vereador pelo PCdoB na cidade de Campinas, SP.

Bibliografia

BENDIX, Reinhard. A ampliação da cidadania. *Política e Sociedade 1*, orgs. Fernando Hen-

rique Cardoso e Carlos Estevam Martins. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DAGNINO, Evelina (Org.) Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *Anos 90 - política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LÊNIN, V. I. *Como iludir o povo*. 2. ed. São Paulo: Global, 1976.

LÊNIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. 2. ed. São Paulo: Global, 1979.

MARX, Karl. *O capital*. v. 1, Livro Primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense, 1971.

SAES, Décio. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH-Unicamp.



REVISTA AVANCES MÉDICOS DE CUBA

Conheça a medicina avançada que se pratica em CUBA lendo a revista AVANCES MÉDICOS, dirigida por um conselho científico sob a coordenação do Ministro da Saúde Pública.

Assinatura anual (4 edições): R\$ 30,00 (inclui correio)
Número avulso: R\$ 7,50

Preencha o cupom abaixo e anexe seu cheque nominal à EBRADIL.

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____



DISTRIBUIDOR NO BRASIL

Ebradil – Livros Portugueses

Rua Genebra, 161 - Bela Vista

Tel.: (011) 606-0877 e 604-1748 - Fax: 232-7021

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

Solicite
catálogo

Mao Zedong na história da China

HAROLDO LIMA

Uma avaliação do papel do líder revolucionário na transformação de uma nação humilhada em potência mundial

“Quando a China despertar o mundo estremecerá.”

Napoleão Bonaparte

Um fato e um prognóstico trazem ao final do século XX a marca do imprevisto. O fato: a China, nas duas décadas finais do século XX, é o país que mais cresce no mundo. O prognóstico: no ritmo em que vai, a China terá a economia mais desenvolvida do mundo a partir do primeiro quartel do século XXI.

É de todo relevante que o crescimento atual chinês esteja se dando sob a égide do socialismo. Demonstra estar o socialismo no centro da pauta do mundo moderno. Isso exige, especialmente dos socialistas e comunistas, uma visão aprofundada sobre o caminho socialista que a China segue, o “socialismo com as peculiaridades chinesas”. Parte importante desse esforço está em compreender o papel de Mao Zedong no processo chinês, não apenas como dirigente político partidário e de massas, mas como o formulador principal do corpo de idéias sintetizadas no “pensamento de Mao Zedong”.

O presente trabalho aborda esse tema. Procura situar o papel de Mao Zedong na moderna história chinesa, a partir da apreciação fartamente documentada da *Breve história do Partido Comunista da China*, recentemente publicada em Beijing, em alentado volume de 1015 páginas, comemorativo dos 70 anos do

PC da China, e sob a responsabilidade do Partido Comunista da China.

Os chineses entraram no século XX com a humilhação nacional estampada em suas fisionomias. Parte de seu território, inclusive sua capital, estava ocupada por oito potências estrangeiras: Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França, Rússia Czarista, Japão, Itália e Áustria. A dinastia Qing entregou-se aos desmandos dos ocupantes e reprimia o que poderia resistir. No desdobramento dessa situação, dá-se a Revolução de 1911, liderada por Sun Yat-sen, que derrotou a dinastia Qing e proclamou a República da China.

A Revolução de 1911 teve méritos, mas não alcançou a independência, nem a democracia, nem o progresso social esperados. Os grandes desafios, portanto, continuaram. E as jornadas de luta também.

Os ecos da Grande Revolução Socialista Soviética repercutiram na China, e as idéias do socialismo e do marxismo começaram a ser divulgadas por iniciativa de Li Dazhao, em 1919. Alguns jovens começaram a aderir ao marxismo, registrando-se entre eles um “célebre líder estudantil de Hunan”¹ chamado Mao Zedong que, muitos anos mais tarde, lembraria: “No verão de 1920 eu já era marxista na teoria e, até certo ponto, também na prática”².

Em 1921 surge o Partido Comunista da China, com a ajuda da Internacional

Comunista. Quase todos os que o fundaram tinham participado da Revolução de 1911. Li Dazhao foi quem convocou o ato de fundação, do qual participou também Mao Zedong. O jovem partido, logo depois de fundado, tomou conhecimento do “Pacto dos Nove”, aprovado na Conferência de Washington, entre fins de 1921 e início de 1922, onde se definia a política de “portas abertas na China”, para assegurar a livre dominação das potências imperialistas naquele país. Em seu II Congresso, em 1922, o Partido define seu programa máximo, pelo socialismo e comunismo, e um mínimo, “democrático, antiimperialista e antifeudal”³.

Novo movimento revolucionário, conhecido como “a grande Revolução”, varre a China entre 1924 e 1927. O PC da China, analisando o alvo democrático e antiimperialista da Grande Revolução e as forças que a apoiavam e que poderiam dela se beneficiar – classe operária, massa camponesa, burguesia nacional e a pequena burguesia urbana –, decidiu construir uma frente única, buscando aliar-se com o Guomindang de Sun Yat-sen, que, em linhas gerais, representava a burguesia e a pequena burguesia urbana⁴. Em junho de 1923, em seu III Congresso, o PC da China, para estruturar a frente, decidiu enviar comunistas, individualmente, para ingressarem no Guomindang, “mantendo independência política, ideológica e orgânica”⁵. Quando, em janeiro de



1924, o Guomindang realizou seu I Congresso, mais de vinte comunistas estavam presentes, como membros destacados, entre os quais Li Dazhao e Mao Zedong. A participação dos comunistas nessa organização partidária foi muito útil ao trabalho do Partido.

O surgimento de uma corrente anti-comunista no Guomindang suscitou o problema do método adequado para se manter a frente. Mao Zedong, em dezembro de 1925, elabora o artigo 'Análise das classes na sociedade chinesa', onde acentua a necessidade de se distinguir com clareza os inimigos dos amigos da revolução, na base da análise dos seus interesses de classe. Propunha a conquista da unidade por meio da luta, divergindo do então secretário geral Chen Duxiu, que advogava concessões unilaterais, contando para isso com o apoio dos delegados da Internacional⁶. Jiang Jieshi, que liderava a ala anti-comunista do Guomindang, não podia romper abertamente com o Partido, em função de esperar a participação dos comunistas na Expedição ao Norte que se preparava contra os caudilhos pró-imperialistas.

A Expedição ao Norte, do Exército Revolucionário Nacional, começou a 9 de julho de 1926. Voltava-se contra os caudilhos do Norte, apoiados pelo imperialismo e muito bem armados. Enquanto avançava, a Expedição, que teve apoio da União Soviética, procurava mobilizar massas camponesas e operárias e integrá-las na luta. Seu lema foi "contra o imperialismo e os caudilhos militares"⁵. Essa grande mobilização levou Mao Zedong, em setembro de 1926, a escrever *A revolução e o movimento camponês*, onde assinalava que "o problema camponês é o problema central da revolução nacional". Em novembro, Mao assume o cargo de secretário da Comissão do Movimento Camponês do Comitê Central do PC da China.

Diferentes interpretações ocorreram dentro do PCCh sobre o movimento no campo. O secretário-geral Chen Duxiu sustentou que havia uma “esquerdização do movimento camponês” que precisava ser contida. Em março de 1927, depois de uma investigação em Hunan, Mao Zedong divulgou seu ‘Informe sobre o movimento camponês de Hunan’, onde refutou as falsas críticas da “esquerdização” do movimento e advertiu para o descompasso que estava existindo entre o estado de espírito radicalizado das massas e a atitude de certa passividade do Partido. Esse “importantíssimo documento marxista do PCCh”⁸ traçou uma linha de classe para as lutas do campesinato.

**“Quando o inimigo
avança, retrocedemos;
quando acampa, o
fustigamos; quando se
retira, o perseguimos”**

A cooperação dos comunistas com o Guomintang foi até 12 de abril de 1927, quando Jiang Jieshi promoveu um golpe de Estado contra-revolucionário em Xangai, com muitas prisões e assassinatos. Aí morreu Li Dazhao, “dos principais fundadores do PCCh”. A expectativa positiva que a Internacional Comunista alimentava na relação com Jiang Jieshi foi, assim, contradita pelos fatos.

Na nova situação, prosperou na direção do Partido um “capitulacionismo de direita”, preocupado em não criar pretextos às forças direitistas e descrente das forças do povo. Foi nesse momento que o Comitê Executivo da Internacional enviou uma instrução ao PCCh – a Instrução de Maio – com orientações

precisas e corretas para a reorganização da luta. A Internacional deu “a chave para a saída do perigo”, “apesar de haver cometido toda uma série de erros ao orientar a revolução chinesa”⁹. Contudo, a direção central do Partido considerou difícil a aplicação da Instrução de Maio, sinalizando que não iria aplicá-la, o que levou a Internacional a encaminhar sua reorganização. A nova direção denunciou os planos golpistas do Governo Central do Guomintang e decidiu retirar desse governo os militantes comunistas, pouco antes de Guomintang romper com o Partido Comunista e desencadear feroz perseguição aos comunistas e ao povo. E assim terminou derrotada a Grande Revolução, que durou de 1924 a 1927.

A traição de Jiang Jieshi foi acompanhada de uma repressão furiosa, e o jovem PCCh teve de enfrentar uma perseguição até então desconhecida, quando foram assassinados 26.000 de seus membros, entre 310.000 mortos. A militância do Partido, que chegara a 60.000 durante a Grande Revolução, ficou reduzida a 10.000¹⁰. Mas também ocorreram reforços. Houve quem pediu ingresso no Partido, como Peng Dehuai.

O Comitê Central, durante a Grande Revolução, descuidara do trabalho partidário no meio do Exército, razão por que o Partido ficara aí enfraquecido. E onde ficara com algumas forças tinha de enfrentar a chantagem reacionária que obrigava os comunistas ou a se desvincularem do Exército ou a saírem do Partido Comunista. Nessa situação de dificuldades, ante um inimigo atrevido na sua sanha repressiva, ameaçando de desintegração o próprio Partido, quando os fatos se encarregavam de demonstrar o refluxo da revolução, ficou colocado um problema: qual o procedimento a adotar para salvar o Partido e abrir uma perspectiva para o movimento revolu-

cionário? O Partido considerou que não havia outra alternativa senão passar à resistência armada. E assim, no dia 1º de agosto, sob a liderança de Zhou Enlai e Zhu De, procedeu-se ao levante de Nanchang, onde estavam presentes mais de 20.000 soldados da Expedição do Norte, “controlados ou influenciados pelo Partido”. Os insurgentes dirigiram-se em seguida ao interior, pretendendo ligar-se aos camponeses para atacar grandes cidades do Sul. Entretanto, cercados, tiveram de se dividir para escapar, e passaram à guerra de guerrilhas. Outros levantes relativamente grandes, como o da Colheita de Outono, dirigido por Mao Zedong, e alguns pequenos, foram feitos após o de Nanchang. Estavam orientados, contudo, por uma perspectiva equivocada. Zhou Enlai, a propósito, mostrou que o objetivo dos levantes não era “ir ao campo para mobilizar e armar os camponeses, levar a cabo uma revolução agrária e construir bases de apoio nas zonas rurais”¹¹. O que se pretendia era, indo ao campo, promover a união com os camponeses para a realização de ataques a outras grandes cidades. Na realidade, “na história do movimento comunista internacional não havia registro de ocupação primeira das zonas rurais”¹². De qualquer maneira, o levantamento de Nanchang inaugurou uma nova fase na história do PCCh, e significou, como disse Zhou Enlai, “o primeiro disparo contra os reacionários do Guomintang”. Foi analisando seu significado, em famosa reunião da direção, a 7 de agosto, que Mao Zedong salientou: “De agora em diante há que se prestar grande atenção aos assuntos militares, há que se saber que o poder nasce da ponta do fuzil”¹³.

A reunião de 7 de agosto é considerada a viragem entre a derrota da Grande Revolução e o desencadeamento da Guerra da Revolução Agrária. Segundo a *Breve história do PCCh*, foi “neste

momento que Mao Zedong deu mostras de sua capacidade para sintetizar as experiências e tirar lições à luz da prática¹⁴. Compreendeu que a linha de tomar grandes cidades, a partir de forças rebeladas somadas com forças camponesas e articuladas com os movimentos insurrecionais das próprias cidades que seriam ocupadas, fracassara no levante de Nanchang, e em vários outros, porque não correspondia às condições da China. A partir de então Mao se orientou no sentido de organizar bases de apoio revolucionárias no campo. Começou então a luta nas montanhas de Jinggang.

Beneficiando-se de condições topográficas favoráveis – “região fácil de defender e difícil de atacar” –, de condições políticas benéficas – “base de massas relativamente boas” e “zona fronteira (...) com contradições entre os caudilhos das províncias limítrofes” –, Mao Zedong logo que chegou às montanhas de Jinggang, em outubro de 1927, lançou-se ao trabalho de “construir o Partido, tropas e Poder político fronteiro”. Definiu nova concepção e funções para o Exército, na base de três tarefas centrais: combater, mobilizar massas e mobilizar recursos econômicos. Sistematizou, na base da experiência, as ‘Três regras de disciplina e as seis advertências’, transformadas depois em ‘Oito’, sendo as duas últimas “não tomar banho na vista das mulheres” e “não retirar dos prisioneiros objetos pessoais”. Quando, em abril de 1928, tropas sobreviventes do levante de Nanchang, com 10.000 efetivos, se dirigiram às montanhas de Jinggang, procedeu-se à unificação desses dois contingentes, criando-se o que se chamou IV Corpo do Exército Vermelho de Operários e Camponeses, com Mao Zedong como Comissário Político e Zhu De como Chefe Militar. Cumprindo determinação de Jiang Jieshi, as tropas das províncias limítrofes intensificaram

campanhas contra o IV Corpo, no curso de cujas batalhas Mao Zedong e Zhu De sintetizaram a conhecida fórmula dos dezesseis caracteres: “Quando o inimigo avança, retrocedemos; quando acampa, o fustigamos; quando se fadiga, o atacamos; quando se retira, o perseguimos”.

A luta armada seguia inseparável da revolução agrária e da construção do poder local. Outras bases revolucionárias iam se organizando. Em outubro de 1928, o Partido aprovou resolução redigida por Mao Zedong intitulada ‘Por que pode existir o Poder Vermelho na China?’; em novembro, informe de Mao salienta que o Exército se “desorientará se lhe falta a ideologia proletária”. Em dezembro de 1928, ao tempo em que se critica o ponto de vista puramente militar, promulga-se a primeira Lei Agrária das montanhas de Jinggang. A luta registrava vitórias.

Nessa altura, um caminho singular ia tomando corpo no processo revolucionário chinês: o cerco das cidades a partir do campo. A *Breve história...* acentua que, “neste processo, quem deu a contribuição mais destacada foi Mao Zedong. Não só por que foi o primeiro a deslocar, na prática, o centro de gravidade da luta armada para o campo, criando aí as experiências mais perfeitas, (...) como também por ter formulado, no plano teórico, o caminho que havia de percorrer a revolução chinesa¹⁵”.

Mas percalços sucederam em seguida, relacionados com decisões incorretas sobre novos ataques a cidades controladas pelo inimigo. Pontos de vista “esquerdistas” apareceram, ligados aos nomes de Li Lisan e Wang Ming, que trouxeram grandes prejuízos ao Partido e à luta.

O período que se segue a partir de outubro de 1930 é o das cinco grandes campanhas de cerco e aniquilamento organizadas pelo Guomintang de Jiang Jieshi. As bases revolucionárias no sul

do país tinham se multiplicado bastante. O Exército Vermelho, no total, já contava com cerca de 100.000 homens. O núcleo era a Base Central, sob o comando de Mao Zedong e Xhou De.

Mao deu a contribuição maior para a teoria do cerco da cidade pelo campo

Foi contra esse núcleo da Base Central que se voltaram as cinco grandes campanhas. Jiang Jieshi comandou pessoalmente as três últimas, à frente de 300.000 homens na terceira, 300.000 na quarta e um milhão de homens em várias direções na quinta. No início das campanhas, o Partido orientou o Exército Vermelho na correta direção de atrair o inimigo ao interior da base para então combatê-lo. Um ponto de vista “esquerdista” prevaleceu na direção do Partido durante a quarta campanha, procurando “tomar a iniciativa do ataque” em circunstâncias desfavoráveis, e chamando de “direitistas” os que se lhe opunham, Mao Zedong, Zhou Enlai, Deng Xiaoping e outros¹⁶. No início da quinta campanha, esse “esquerdismo” ainda vigorava na direção do Partido na Base Central, tendo sido entregue o comando do Exército Vermelho ao alemão Li De (Otto Braum), enviado da Internacional Comunista, com experiência na I Guerra Mundial, em condições bem diferentes das do campo chinês. Idéias aventureiras, como a de “realizar a batalha decisiva” ou a de “não abandonar nem um pedaço do território da base”, terminaram conduzindo o Exército Vermelho a graves reveses no início da quinta

campanha. Em outubro de 1934, já com o Exército do Guomintang promovendo um cerco na Base Central, o Exército Vermelho delibera fazer uma retirada estratégica. Tem início uma verdadeira epopéia. Durante um ano, um contingente, inicialmente de 86.000 pessoas, empreende o que passou à história como “A Longa Marcha” de 10.000 quilômetros, referida na *Breve história* como “façanha sem precedentes na história mundial”. O início da Longa Marcha foi marcado por tendência à fuga descontrolada, o que levou a choques desastrosos, com perda de 50.000 homens.

1937: PCCh na Guerra de Resistência ao Japão

Ainda nos primeiros meses, em janeiro de 1935, no curso da Longa Marcha, o Exército Vermelho ocupa a cidade de Zunyi, onde o Birô Político do Comitê Central do PCCh fez um encontro ampliado, que tomou o nome de “Reunião de Zunyi”. Mao Zedong encabeçou duras críticas aos erros de “esquerda”, no enfrentamento da quinta campanha, e à tendência à fuga, no início da Longa Marcha. Foi aí que se deu a eleição de Mao Zedong para o Comitê Permanente do Birô Político. A partir daí, ele passou a assumir o papel mais destacado no PCCh. O Exército Vermelho, “sob o comando de Mao, ao contrário de como havia se comportado até então, adquiriu de repente, pelo que se viu, uma nova vida”¹⁷.

À proporção que a Longa Marcha aproximava-se de seu fim, o quadro político geral do país mudava. Os militaristas japoneses, acantonados na China por força de tratados desiguais, e que desde setembro de 1931, ainda durante

as campanhas de cerco e aniquilamento, promoveram ataques a novas áreas, agora estendiam sua ocupação a território cada vez mais amplo do Norte da China. O Governo do Guomintang, desde 1931, em vez de partir para a defesa nacional, orientava-se pela consigna de “pacificar o país antes de resistir à agressão estrangeira”. Contudo, com a ampliação da invasão japonesa, a defesa nacional se impunha.

Neste momento acontece um fato externo de significação, o VII Congresso da Internacional Comunista, que aprovou o Informe de Dimitrov sobre a política dos comunistas pela unidade antifascista. Uma delegação chinesa participou do Congresso e de lá enviou uma mensagem aos compatriotas chineses, levantando a bandeira da “salvação nacional”. O Partido passou a lutar por essa unidade, e Mao Zedong apresentou em uma conferência partidária informe intitulado ‘Sobre a tática de luta contra o imperialismo japonês’. Crescia nas cidades o movimento de massas pelo fim da guerra civil e pelo início da resistência ao Japão. O Partido tomava iniciativas audazes. Suspendeu a palavra de ordem contra Jiang Shensi, procurou contatos secretos com o Guomintang e chegou a enviar mensagem, encabeçada por Mao Zedong e Peng Dehuai, ao Governo de Nanjing (o do Guomintang), propondo “cinco demandas concretas” para a constituição da frente única. Dentro do Guomintang registrava-se receptividade. Mas, como diz a *Breve história*, “Jiang Jieshi era anticomunista por instinto”. E no outono de 1936 voltou a tratar de nova campanha de cerco e aniquilamento contra a base revolucionária do Norte de Shaanxi, onde terminara a Longa Marcha. Quando desembarcou em Xi’an, nos preparativos para o novo ataque aos comunistas, foi instado por alguns de seus subordinados a lançar-se, não contra os comunistas chi-

neses, mas contra o Japão invasor. Recusando, foi preso pelos seus próprios generais. Ante a situação de grande complexidade e tensão que então se criou, com a possibilidade de executarem o próprio Jiang Jieshi, o que dividiria o Guomintang, promoveria nova guerra civil e enfraqueceria a luta contra o Japão, o Partido despachou para Xi’an Xhou Enlai para, em nome do Comitê Central, apoiar as motivações dos generais rebelados, mas encontrar uma saída pacífica para o “incidente de Xi’an”, o que terminou acontecendo. Depois do “incidente de Xi’an” não houve mais episódios significativos dos 10 anos da guerra civil que se seguiu ao fracasso da Grande Revolução. Passava-se à Guerra de Resistência Contra o Japão. Em julho e agosto de 1937, Mao Zedong escreveu *Sobre a prática e Sobre a contradição*, “obras filosóficas marxistas de largo alcance”, que tiveram grande papel no combate a idéias dogmáticas que existiam no Partido.

A guerra nacional se instalou efetivamente quando, em julho de 1937, os japoneses atacaram uma unidade do Exército chinês e em seguida ampliaram sua ofensiva ao norte da China, levando as operações bélicas até Shanghai, e utilizando 300.000 efetivos.

A cooperação dos comunistas com o Guomintang foi crescendo. O Exército Vermelho foi reorganizado como VIII Exército do Exército Revolucionário Nacional, com Zhu De e Peng Dehuai como comandante e subcomandante.

Mas logo apareceram duas linhas sobre como encaminhar a guerra. O Governo Nacional sustentava a idéia de uma guerra restrita, privativa do Governo e do Exército. O PCCh encaminhava-se para a mobilização de amplas massas em uma guerra geral. Zhou Enlai, Zhu De e Ye Jianying chegaram a apresentar uma proposta, em nome do PCCh, ao Guomintang, a respeito dos

princípios de uma defesa ativa, onde se adotaria no estratégico uma posição de defensiva prolongada e no tático uma posição ofensiva, ao tempo em que se mobilizariam as massas para atacar o inimigo pela retaguarda e pelos flancos, em uma guerra de guerrilhas. Tais proposições não eram aceitas pelo Guomindang. Mao Zedong insistia que “a chave (...) para vitória está em manter o princípio da independência e autodecisão dentro da frente única”. E em maio de 1938 divulga um importante escrito, intitulado *Sobre a guerra prolongada*.

Linha política do PCCh encabeçada por Mao foi fundamental contra o Japão

Dez meses já haviam transcorrido da Guerra de Resistência, e muitos problemas sobre estratégia e tática da guerra estavam confusos. *Sobre a guerra prolongada* teve um importante papel na elucidação desses problemas. Era “um documento de caráter programático” que analisava as características básicas daquela guerra, as diferenças fundamentais entre a China e o Japão naquela situação, as condições em que a China poderia ser vitoriosa, e a necessidade, desse ponto de vista, do caráter prolongado da guerra; “previa, com perspicácia científica, que a prolongada guerra de resistência contra o Japão atravessaria três períodos: o da defensiva estratégica, o do equilíbrio estratégico e o da contra-ofensiva estratégica”; dissertava, no geral, sobre cada um desses períodos; e afirmava que “a China passaria da inferioridade ao equilíbrio de forças e logo à superioridade”; que “o exército e o povo são a base da vitória”; e que “o

mais rico manancial de força para sustentar a guerra está nas massas populares”¹⁸. A *Breve história*, comentando a repercussão do *Sobre a guerra prolongada*, observa que “rara vez na história se conheceu um escrito com tanta força persuasiva e tanto poder comovedor”.

A existência de duas linhas atuando no curso da Guerra de Resistência ao Japão – uma, a do PCCh, outra, a do Guomindang – levou o Partido a sustentar o princípio da independência e autodecisão na frente e a ter com o Guomindang a política de unidade e luta. A chegada, em fins de 1937, de Wang Ming, representante do PCCh junto à Internacional Comunista, e membro do seu Comitê Executivo, trouxe um fator de confusão nessa política.

O Secretariado da Internacional havia feito recente balanço da luta na China e, levando em conta a inferioridade relativa das forças do PCCh frente ao Guomindang, considerou necessário que a Guerra se apoiasse fundamentalmente no Guomindang. Ao lado de algumas recomendações corretas, orientava o PCCh para aplicar a política de “tudo pela frente popular e tudo através da frente popular”. Wang Ming começou a defender essas orientações em diferentes instâncias do Partido, desdenhando da política de “independência e autodecisão” e de “unidade e luta”. Idéias equivocadas de direita começaram a proliferar, com o Partido dependendo do Guomindang, o que levou ao enfraquecimento da “resistência geral”, portanto da mobilização popular, do trabalho das bases de apoio na retaguarda do inimigo e da guerra de guerrilhas. Mao Zedong, Liu Shaoqi, Zhu De e outros refutaram as posições de Wang Ming e sustentaram que o Partido deveria continuar sua postura de unidade e luta dentro da frente. Um delegado foi enviado a Moscou para conversar com a Internacional, e esta, conhecendo melhor a situação na

China, expressou “apoio à linha política do PCCh encabeçada por Mao Zedong”.

A independência e a autodecisão do PCCh foram fundamentais para conseguir vitórias na Guerra de Resistência ao Japão, na guerra de guerrilhas, na construção de bases de apoio e na guerra de movimentos, o que contribuiu para se alcançar a etapa de equilíbrio estratégico na Guerra. A política da “unidade e luta na frente” foi uma superação prática das posições anteriores do PCCh de “mera aliança sem luta”, havida no período da Grande Revolução, e “mera luta sem aliança”, ocorrida na guerra civil de dez anos.

Preocupado com o avanço das posições sobre controle do PCCh, Jiang Jieshi, em meio à guerra contra o Japão, resolveu empreender sua “primeira campanha anticomunista” do período, militar e ideológica. Atacou bases dirigidas pelo Partido e divulgou farto material dizendo que “o comunismo era estranho à China”, e que o PCCh não tinha o que fazer na sociedade chinesa. O Partido reagiu militar e teoricamente. Repeliu ataques às bases e elaborou e divulgou obras de esclarecimento à população sobre o papel e os planos do PCCh para a China, especialmente a obra *Sobre a nova democracia*, de Mao Zedong.

8 de julho de 1943: pensamento de Mao como versão chinesa do marxismo-leninismo

Sobre a nova democracia elucidou a linha geral da revolução em curso, tratando do caráter semicolonial e semifeudal da sociedade chinesa; das contradições

entre a nação chinesa e o imperialismo, e entre o feudalismo e as massas populares; das duas etapas da revolução, a democrática e a socialista; da conversão da revolução democrática de tipo antigo em uma revolução por uma nova democracia; da hegemonia do proletariado para a realização da nova democracia; do governo na nova democracia, de ditadura conjunta das diversas classes revolucionárias sob a direção do proletariado; e da economia no novo regime, que previa parte estatal, parte cooperativizada e parte baseada no capitalismo nacional. A *Breve história* registra ter sido “um acontecimento significativo na história do PCCh uma colocação teórica tão transcendental como a da nova democracia”. E acrescenta: “(...) foi produto da integração do marxismo-leninismo com a prática da revolução chinesa”. E “só foi possível formulá-la ao cabo de 20 anos de luta árdua e cheia de vicissitudes¹⁹”.

1945-1946: EUA apóiam o Guomindang e são derrotados

Jiang Jienshi promoveu mais duas campanhas anticomunistas durante a Guerra Contra o Japão, ambas repelidas com firmeza e flexibilidade. Em junho de 1941, ocorre o ataque da Alemanha à União Soviética, e em dezembro, o do Japão a Pearl Harbour. A Guerra de Resistência da China contra o Japão passou a fazer parte da guerra mundial contra o fascismo. A luta do Japão em duas frentes o enfraquecia, as condições para o avanço dos chineses cresceram.

No ano de 1942, como ainda existiam no Partido divergências quanto a questões de fundo, mesmo estando em guerra, o PCCh resolveu desencadear importante campanha de retificação pa-

ra combater o subjetivismo, o sectarismo, o dogmatismo e o estilo de clichê na produção literária. Foi “uma campanha de suma importância na história do Partido”. Para ela Mao Zedong escreveu *Retifiquemos o estilo de trabalho no Partido e Contra o estilo de clichê do Partido*, que, com o anterior *Reformemos nosso estudo*, foram os textos básicos da campanha. Em *Reformemos nosso estudo*, de maio de 1941, Mao realça a importância de se “buscar a verdade nos fatos”, explicando que “por ‘fatos’, entendemos todas as coisas que existem objetivamente; por ‘verdade’, a ligação interna das coisas objetivas, vale dizer, as leis que as regem, e por ‘buscar’, estudar”. A campanha de retificação aproximava-se de seu fim quando houve uma reunião do Birô Político do Comitê Central do PCCh. Nessa reunião Mao Zedong foi eleito Presidente do Birô Político e do Secretariado do Comitê Central do PCCh. Era março de 1943. O Partido incentivou, em seguida, a realização de diversos fóruns para exame e balanço das experiências do Partido. Em um desses fóruns, Zhu De observou que o Partido, “acumulando ricas experiências de luta e assimilando o marxismo-leninismo, criou na prática da revolução chinesa uma teoria marxista-leninista adaptada às condições da China e destinada a orientar a revolução chinesa²⁰”. Essa teoria foi chamada por Wang Jiaxiang, em artigo no *Jiefang Ribao*, de 8 de julho de 1943, pela primeira vez, de “pensamento de Mao Zedong”.

No seu VII Congresso, em Ya’nan, em junho de 1945, o Partido já se apresenta como um partido grande, com 547 delegados, representantes de 1.210.000 membros. Mao Zedong, Liu Shaoqi, Zhou De e Zhou Enlai apresentaram os informes mais importantes. O principal foi apresentado por Mao Zedong, e intitulava-se ‘Sobre o governo de coalizão’. Em suas conclusões o Congresso afir-

mou que “o Partido se orienta pelo pensamento de Mao Zedong, resultado da integração da teoria do marxismo-leninismo com a prática da revolução chinesa, e se opõe a todo dogmatismo ou empirismo²¹”. Na primeira reunião plenária do VII Comitê Central, Mao Zedong foi eleito Presidente do Partido.

A II Guerra Mundial aproximava-se do seu fim, tendo os Estados Unidos, a Inglaterra e a China, em julho de 1945, feito a Declaração de Potsdam, intimando o Japão a render-se sem condições. Em agosto, a União Soviética declarou guerra ao Japão, e a 14 de agosto o Japão se rende. Como na China o Exército japonês continuasse sem depor as armas, porém, as forças armadas dirigidas pelo PCCh passaram à ofensiva, libertando 150 cidades e levando o Japão à rendição em setembro, quando 1.200.000 soldados japoneses que se encontravam na China se entregaram. A vitória tinha sido completa, pondo fim à história que se contava de que a China sempre perdia contra invasores estrangeiros. Essa vitória custou à China 21 milhões de baixas, entre mortos e feridos.

À proporção que a guerra se aproximava de um desfecho vitorioso, o Guomindang mais demonstrava sua intenção de aniquilar o PCCh. Jiang Jieshi chegou a dizer que “o Japão era o inimigo externo, mas o interno era o PCCh”. As maquinações para aniquilar o PCCh eram apoiadas pelos Estados Unidos. O Partido tomou a decisão, como disse Mao Zedong, de “opor-se à guerra civil, estar contra a guerra civil e impedir a guerra civil”. Em condições desfavoráveis para recomeçar uma guerra, Jiang Jieshi terminou convidando o PCCh para negociações. E a estas compareceram Mao Zedong, Zhou Enlai e Wang Ruofei. Mao Zedong e Jiang Jieshi conversaram diretamente diversas vezes. As negociações duraram quarenta e três dias, e culminaram com o Acordo de 10

de Outubro de 1945, com “a orientação de paz e unidade”.

A parte comunista não nutria ilusões nesse acordo, nem no papel de “mediador” que se outorgavam os Estados Unidos. De fato, o governo americano começou a transportar, entre setembro de 1945 e junho de 1946, tropas do Guomindang para regiões estratégicas e, concluído o transporte, a ofensiva militar do Guomindang começou. A *Breve história* anota que “uma das razões mais importantes por que o Guomindang se atreveu a desencadear essa guerra civil geral foi o apoio do governo dos Estados Unidos”.

Nesse momento a *Breve história* registra ter a União Soviética feito uma avaliação pessimista e equivocada da situação, segundo a qual uma guerra civil na China, com o envolvimento dos Estados Unidos, poderia levar a uma guerra mundial e à ruína da nação chinesa, em função do que “o PCCh deveria se incorporar ao governo de Jiang Jienshi e dissolver suas tropas²²”. O PCCh manteve-se sereno e firme. Mao Zedong, em abril de 1946, escreve *Algumas apreciações acerca da atual situação internacional*, dizendo que o risco da guerra mundial existia, mas que poderia ser conjurado, não sendo correto os povos do mundo abrirem mão de suas lutas nem “contraírem compromissos dentro de seus países”. Em entrevista que então concede à jornalista americana Anna Louise Strong, enuncia sua famosa tese de que “todos os reacionários são tigres de papel”.

Sustentando uma guerra em etapa de defensiva estratégica, de junho de 1946 a junho de 1947, o Exército Popular de Libertação, apesar de ainda estar em inferioridade numérica humana, e sobretudo em armamento, recebeu do Comitê Central do Partido a ordem de passar à contra-ofensiva em escala nacional. Cento e vinte mil homens co-

mandados por Liu Bochebg e Deng Xiaoping iniciaram a ofensiva estratégica. À proporção que as forças do EPL avançavam, promoviam-se transformações agrárias, baseadas na consigna de “terra para quem nela trabalha”.

Como estava à vista a libertação de toda a China e a instauração do novo poder, o PCCh achou por bem anunciar, em reunião partidária em dezembro de 1947, o sentido das medidas econômicas que seriam tomadas. Em seu informe, Mao Zedong indicou: “Confiscar a terra (...) e entregá-la aos camponeses; confiscar o capital monopolista (...) e entregá-lo ao estado de nova democracia, e proteger a indústria e o comércio da burguesia nacional²³”.

A tomada de Nanjing, onde se localizava o governo do Guomindang, deu-se em 23 de abril de 1949, tendo Jiang Jieshi fugido com seu grupo para o sul, e daí para Taiwan. A proclamação solene de fundação da República Popular da China deu-se a primeiro de outubro desse ano, ante 300.000 pessoas aglutinadas na praça Tian An Men, em Beijing.

As tarefas do novo governo da República Popular, de organização estatal e de construção econômica, vão se desenvolvendo em meio a vicissitudes várias. Os Estados Unidos não reconheceram a China, enquanto a União Soviética foi a primeira a fazê-lo, selando Tratado de Amizade e Ajuda Mútua com a nova República. O combate ao capital especulativo teve prioridade para conter a alta dos preços e infundir confiança na capacidade do governo. Reabilitou-se a produção industrial e agrícola, suscitando comentários sobre o “milagre chinês²⁴”.

Nem bem um ano de existência completara a República Popular quando se viu obrigada a enfrentar o país imperialista mais agressivo do planeta, os Estados Unidos. O governo americano havia feito intervenção na península da Coreia e, arrogantemente, os norte-americanos

cruzaram o paralelo 38 em direção ao norte, onde se localiza a fronteira com a China. Zhou Enlai, Primeiro-Ministro da China, em severa advertência afirmou: “O povo chinês ama ardentemente a paz (...) mas não pode tolerar em absoluto (...) agressão desenfreada do imperialismo contra seu vizinho”. E ante o avanço americano, que punha em risco também o território chinês, Mao Zedong nomeou Peng Dehuai para, à frente de Voluntários do Povo Chinês, responder positivamente ao pedido de ajuda do Partido e do Governo da Coreia, e ir ao combate na Coreia. Os números são imprecisos, mas não menos de 900.000 chineses foram à Coreia, dos quais uns 700.000 morreram. O imperialismo foi obrigado a retirar-se até o paralelo 38 e aí firmar armistício. A fama de que o imperialismo americano não perdia guerra se dissolveu no ar.

Coreia: dissolve-se o mito de que o imperialismo americano não perdia guerras

Foi impressionante o crescimento econômico até 1952 na República Popular. A média de crescimento da produção industrial e agrícola, nesses três primeiros anos, foi de 21%. Especificamente a produção industrial cresceu a uma média anual de 34%, enquanto a produção agrícola cresceu a uma média de 15%. As finanças públicas equilibraram-se. O número de operários e empregados no país passou de 8 para 16 milhões, e o salário médio se elevou em 70% nos três anos. A estrutura econômica também experimentou grandes mudanças. A in-

dústria estatal passou a contribuir com 56% da produção industrial do país, em 1952, enquanto a indústria pesada incorporava 35% da produção industrial, no mesmo ano. Do comércio atacadista, 60% era controlado pelo Estado, no mesmo período²⁵. O confisco do capital burocrático concentrou grandes forças econômicas nas mãos do Estado, o que contribuiu para possibilitar o crescimento da base econômica socialista. “Oitenta por cento do ativo fixo das indústrias, das mineradoras e do transporte do país antes da Libertação se converteu em bens estatais, e os bancos de todo o país, no fundamental, também²⁶”. Tudo isso viabilizava a entrada do país na rota da economia planificada. A elaboração do I Plano Quinquenal começa sob a direção de Zhou Enlai e Chen Yun, ainda em 1951. O Plano passou por muitas discussões e só foi aprovado em março de 1955. Encabeçava a relação de suas metas fundamentais “a indústria pesada”. A elaboração e a execução do I Plano contou com a “grande ajuda do Governo da União Soviética”. Três mil especialistas soviéticos estiveram na China durante o I Plano, e o número de estudantes e técnicos que foram à União Soviética chegou a sete mil e cinco mil respectivamente.

1956: polêmica com a URSS em defesa de posições marxistas

Conquistas importantes deram-se também no terreno cultural, social, político e diplomático nos primeiros anos da República Popular e durante o I Plano Quinquenal.

A *Breve história* assinala que “o ano de 1956 figura nos anais da história do PCCh como o ano em que se concluiu no

fundamental a transformação socialista da propriedade privada dos meios de produção e, ao mesmo tempo, começou a exploração de um caminho próprio chinês para construir o socialismo”.

Quando o VIII Congresso do PCCh se realizou, em setembro de 1956, já havia acontecido o XX Congresso do PCUS, onde Kruchev desencadeou uma revisão de posições básicas do socialismo e uma crítica feroz a Stálin. O PCCh iniciou então uma polêmica com o PCUS, que passou à história como a “grande polêmica”. Muitos importantes textos foram produzidos pelo PCCh em defesa de posições marxistas. O VIII Congresso, aberto por Mao Zedong, ouviu informes de Liu Shaoqi, Zhou Enlai e Deng Xiaoping e discutiu propostas para o II Plano Quinquenal. Quanto à política econômica, defendeu “o avanço com passo firme (...) opondo-se ao conservadorismo e ao avanço temerário”. E partindo da constatação de que já se conseguira construir uma base socialista fundamental, a contradição principal passara a ser a existente entre “a demanda do povo de estabelecer um país industrial avançado e a realidade de um país agrário atrasado”.

Em 1957, surgiu dentro do Partido um clima de entusiasmo, resultante das vitórias recém-conquistadas, especialmente na campanha pelo “tratamento correto das contradições no seio do povo”. Alguns setores acharam que o ritmo de crescimento poderia ser bem maior do que fora durante o I Plano. E Mao Zedong começou a achar um erro ter-se criticado o “avanço temerário” no VIII Congresso. Começou a divergir da posição aprovada nesse Congresso sobre a contradição principal. Na II sessão do VIII Congresso, em maio de 1958, Mao Zedong “exagerou o papel da vontade subjetiva e dos esforços subjetivos”. Destacou a “rapidez” como “o elo chave, da norma de quantidade, rapidez, qualidade e economia”. Zhou Enlai, Chen

Yun e outros dirigentes, que tinham se oposto ao “avanço temerário”, se viram obrigados a fazer autocrítica nessa reunião. As metas que estavam sendo elaboradas para o II Plano foram arbitrariamente aumentadas, a produção prevista para o aço passou de 12 para 30 milhões de toneladas e assim por diante. Era a política de “o grande salto à frente” que se ia formando. Na V reunião do VIII Comitê Central, que se realizou em seguida, Lin Biao foi eleito vice-presidente do Comitê Central.

Pouco depois propagandeou-se idéia de Mao Zedong de que se deveria integrar indústria, agricultura, educação, comércio e milícia em uma grande comuna, tendo surgido assim o movimento pelo estabelecimento de comunas populares.

O “grande salto à frente” resultou em um malogro. As metas exageradas não foram alcançadas; falsificaram-se números sobre a produção para serem apresentados como “recordes”; o tratamento aos camponeses chegou “na realidade a uma espécie de expropriação dos camponeses”; foram “proscritos os pequenos comerciantes e vendedores ambulantes, os feirantes e as ocupações secundárias domésticas das zonas rurais”, tudo segundo a idéia de que “quanto menos intercâmbio mercantil houver mais perto se estará do comunismo”. Por outro lado, enquanto, em vezes anteriores, o próprio Mao tratava opiniões diferentes de forma “respeitosa (ou conciliatória)”, agora, “a opinião contrária ao avanço temerário foi censurada tão severamente que se tornara difícil formular opiniões distintas no seio do Partido”.

Tendo sido Mao Zedong “o promotor do ‘grande salto à frente’”, foi ele também quem, dentro da direção central do Partido, mais rápido percebeu os agudos problemas surgidos no movimento”. E foi Mao Zedong quem tomou a iniciativa de pedir a retificação dos er-

ros de “esquerda”, que estariam atrapalhando o bom andamento d’“o grande salto à frente” e das comunas populares. Na sua compreensão, porém, a linha geral desses dois movimentos era correta. E fizeram-se apenas reajustes.

Ocorre que Peng Dehuai, do Birô Político e Ministro da Defesa, resolve encaminhar, a 14 de julho de 1959, durante reunião partidária, uma carta a Mao Zedong, fazendo observações críticas ao rumo que as coisas tomavam, mostrando existir “uma atitude não de todo realista”, “um fanatismo pequeno-burguês” que “desejava chegar ao comunismo de um só passo” etc.²⁸ Sobre essa carta, a *Breve história* diz que “era correto seu conteúdo básico”, e que, encaminhada ao Presidente do Partido, “estava totalmente conforme o princípio de organização do Partido”.

A carta não foi bem recebida por Mao Zedong, que “tomou essas críticas e opiniões como ataques ao Partido”. Lin Biao chamou Peng Dehuai de “hipócrita e intrigante”. No desdobramento de um processo longo e exaltado, Peng Dehuai, o herói da Guerra da Coréia, foi destituído do cargo de Ministro da Defesa.

Com os consecutivos reajustes que sofreu, a despeito dos problemas do “grande salto à frente”, a construção econômica do país, nessa etapa, continuou com grandes êxitos. Em julho de 1964, a China explode sua primeira bomba atômica, coincidentemente no dia seguinte à queda de Kruchev. Foi uma vitória do desenvolvimento técnico-científico chinês, e oportunidade para o governo de Beijing declarar solenemente que “jamais, em nenhuma circunstância, e sob nenhum pretexto a China será a primeira a lançar uma bomba atômica”. Essa declaração não foi acompanhada, até hoje, por nenhum país detentor da arma nuclear.

Quando, em 1966, começava a executar-se o III Plano Quinquenal, a Chi-

na entra no período mais turbulento e difícil desde a tomada do poder em 1949, o período da “revolução cultural”.

A “revolução cultural” foi um processo de grande agitação política, de sentido caótico e destrutivo, que varreu a China por dez anos, interferindo em quase todos os setores da sociedade, com a incorporação de amplas camadas de juventude. Foi desencadeada e dirigida por Mao Zedong.

A atual direção chinesa tem uma avaliação severamente crítica da “revolução cultural”. A *Breve história* abre seu capítulo oitavo com o título ‘Os dez anos de caos interno durante a revolução cultural’. Deng Xiaoping afirma que ela “resultou ser uma grande catástrofe²⁹”. Resolução aprovada em 1981 pelo Comitê Central do PCCh sobre “alguns problemas na história de nosso Partido” qualifica-a de “completamente negativa”.

Há uma observação aceita pela direção chinesa e pelos estudiosos da matéria de que a intenção de Mao Zedong ao desencadear a revolução cultural era prevenir a restauração do capitalismo na China. Em 1966, o PCCh acabara de passar por uma experiência grave: a de sustentar, durante quase 10 anos, uma polêmica ideológica intensa contra o PC da União Soviética. A polêmica começou em abril de 1956, com a publicação pelos chineses do artigo ‘A propósito da experiência histórica da ditadura do proletariado’, apenas dois meses e meio após o XX Congresso do PC da União Soviética, quando Kruchev fez um libelo contra Stálin. E se desdobrou pelos anos seguintes, com a edição de diversos outros artigos, dos quais os mais marcantes foram os nove longos artigos publicados entre 1963 e 1964, sobre os mais candentes assuntos ideológicos do movimento comunista naquela atualidade. A crítica básica levantada nesses artigos e na propaganda diuturna dos chineses era que, a partir de Kruchev, a União

Soviética socialista encaminhara-se no sentido da restauração capitalista. O último desses artigos, ‘O pseudo-comunismo de Kruchev e suas lições históricas’, adverte que a restauração capitalista em curso na União Soviética “é um grito de alarma lançado a todos os países socialistas, inclusive a China, e a todos os partidos comunistas e operários, entre os quais o PCCh”. A referência à China e ao PCCh como imersos no quadro da ameaça geral é muito sintomática.

“A errônea direção pessoal ‘esquerdista’ de Mao substituiu a direção coletiva do Comitê Central”

A queda de Kruchev não deixou de despertar nos chineses certa expectativa de que poderiam ocorrer mudanças na União Soviética. Entende-se assim a mensagem encaminhada no dia seguinte à queda de Kruchev, à nova direção soviética, assinada por Mao Zedong, Liu Shaoqi, Zhou Enlai e Zhu De, felicitando os novos dirigentes. Entretanto, esses dirigentes logo deixaram claro que nada mudaria na política externa da União Soviética.

Mao Zedong, conversando com Ho Chi Minh, em 1966, disse: “Somos homens de mais de 70 anos, e chegará o dia em que Marx nos convidará a acompanhá-lo. Quem será nosso continuador? Será um Bernstein, um Kautsky ou um Kruchev? Não se sabe. Temos que estar preparados, mas ainda há tempo³⁰”.

Com aguda preocupação pelo que poderia suceder à China, Mao Zedong começou a ver no meio de veteranos comunistas “gente tipo Kruchev”, e resol-

veu mobilizar para combatê-los um setor evidentemente não contaminado – a juventude.

A mobilização da juventude contou com documentos oficiais do Partido – circulares e resoluções – com chamamentos e apelos pessoais de Mao Zedong e com seu contato pessoal com massas de jovens. Entre agosto e novembro de 1966, Mao Zedong recebeu em ocasiões diferentes 11 milhões de jovens e professores.⁽³¹⁾

Não foi só Mao que errou: havia muitos no Comitê Central

A ‘Decisão do Comitê Central sobre a Grande Revolução Cultural Proletária’, conhecida como ‘os 16 artigos’, estabelecia o objetivo do movimento, o de “aplastar, mediante a luta, os que ocupam postos dirigentes e seguem o caminho capitalista, criticar e repudiar as ‘autoridades’ reacionárias burguesas no campo acadêmico, criticar e repudiar a ideologia da burguesia”. “O alvo principal do movimento atual são aqueles elementos no seio do Partido que ocupam postos dirigentes e seguem o caminho capitalista³²”. A massa foi convocada por Mao Zedong a “canhonear o quartel general”, – título de um de seus artigos – sinalizando a existência de um quartel general burguês no seio da direção central do Partido. Assim, dirigentes importantes e de todos os níveis foram sendo criticados, pressionados, humilhados e afastados, como Liu Shaoqi, Deng Xiaoping, Peng Zhen, Yang Shangkun e muitos outros. Zhou Enlai e Zhu De passaram a uma posição relativamente subalterna. À proporção que figuras de proa em torno do Mao Zedong eram afastadas, outros tipos dele se

acercavam, como Lin Biao, Jiang Qing, Wang Hongwen, Zhang Chunqiao, Yao Wenyuan. O culto da personalidade de Mao Zedong, exacerbado por Lin Biao, foi levado a níveis grotescos e, como diz a *Breve história*, “a errônea direção pessoal ‘esquerdista’ de Mao Zedong substituiu de fato a direção coletiva do Comitê Central do Partido”.

Em janeiro de 1967, a “revolução cultural” dá um passo à frente, propondo-se à “tomada total do poder”. Editorial do Renmin Ribao prega “o início da luta pela tomada do poder em todo o país para coroar com a vitória a grande tarefa histórica que o Presidente Mao nos entregou”. Diz a *Breve história*: “Uma tempestade de tomada de poder se levantou desde os departamentos da direção central (...) até os governos de todas as instâncias”. A imprensa chegou a proclamar “a necessidade de se tirar do Exército o punhado de seguidores do caminho capitalista”. Um caos se formava. Mao Zedong e Zhou Enlai, então, tomam medidas emergenciais para garantia de um mínimo de ordem, segurança às embaixadas etc. E Mao intervém para evitar maiores exageros no tratamento dos quadros.

Na sessão preparatória do IX Congresso, constatou-se que 52,7% dos titulares e suplentes do Comitê Central haviam sido acusados de “renegados”, o que os impediu de assistir à sessão. Lin Biao apresentou o informe do Comitê Central e foi assinalado nos Estatutos do Partido como “o sucessor de Mao Zedong”. Resolução expulsou Liu Shaoqi do Partido. Este, “martirizado até o inconcebível”, faleceu em novembro do mesmo ano. Segundo a *Breve história*, o que aconteceu com Liu Shaoqi foi “a maior injustiça conhecida da história do Partido”!

Em agosto de 1970, o carreirismo de Lin Biao deixa à mostra suas marcas e Mao Zedong percebe isso. Declara: “Há

alguém que se mostra ansioso por ser Presidente da República, que busca cindir o Partido e que está impaciente por arrebatá-lo o poder”. Em pânico, Lin Biao chega a tramar contra a vida do próprio Mao Zedong e, descoberto, em fuga, morreu, quando “seu avião caiu”. A *Breve história* anota que, após tudo isso, “Mao Zedong caiu em insondável dor e desilusão”. Depois desse incidente, Mao assumiu pessoalmente a política com relação aos quadros, encaminhando a reabilitação de vários. Em março de 1973, disse: “Fui eu quem se equivocou ao aceitar os argumentos unilaterais de Lin Biao”. Mas continuava alimentando ilusões de se levar a “revolução cultural” a um fim satisfatório, defendendo-a em suas linhas gerais. Daí que o X Congresso “continuou os erros de ‘esquerda’ do Congresso anterior”.

Em 1974, o “bando dos quatro” já estava se desmascarando, tendo Mao Zedong observado em uma reunião que “Jiang Qing tem ambições desmesuradas”. Mesmo assim, ainda teve fôlego para desfechar novo ataque a Deng Xiaoping, que fora reabilitado por proposta de Mao Zedong, o que levou ao afastamento de Deng de suas funções, mais uma vez.

O ano de 1976 começou com o desaparecimento de Zhou Enlai, em janeiro. Depois faleceu Zhu De, em julho. E em 9 de setembro, morreu Mao Zedong. A “camarilha dos quatro”, que já vinha sendo desmascarada, foi presa. E terminou a “revolução cultural”.

O Comitê Central do PCCh sentiu a necessidade de fazer uma avaliação metódica a respeito do papel de Mao Zedong na história da China, e sobre o significado do pensamento de Mao Zedong. Sob a direção de Deng Xiaoping, em novembro de 1979, começou a elaborar a ‘Resolução sobre alguns problemas da história do PCCh depois da fundação da República Popular da China’. Depois de

passar, em outubro de 1980, pelo crivo de cerca de 4.000 pessoas, a Resolução foi aprovada em junho de 1981 pelo XI Comitê Central.

A Resolução afirma que “Mao Zedong foi um grande marxista, um grande revolucionário, estrategista e teórico do proletariado.” “No conjunto de sua trajetória” – diz o documento – “os serviços meritoriosos que prestou à revolução chinesa estão muito acima de seus erros³³”. Sua contribuição se expressa destacadamente na elaboração do “pensamento de Mao Zedong”, cujo significado é avaliado no texto.

Deng Xiaoping, atual principal dirigente do PCCh, alvo da “revolução cultural”, (“tive três quedas e três subidas”), veterano de antes da Longa Marcha e artífice da atual política chinesa da construção do socialismo com peculiaridades chinesas, foi seguramente quem deu as contribuições mais valiosas para uma visão multilateral do papel de Mao Zedong na história chinesa. Seus diversos escritos e pronunciamentos a respeito da questão, desde a morte de Mao Zedong até agora, guardam grande coerência. Em outubro de 1987 escreveu: “O camarada Mao Zedong atuou corretamente em todo o período da revolução de nova democracia, assim como nos tempos iniciais da revolução e da construção socialistas. (...) Durante esse largo período, o camarada Mao Zedong integrou efetivamente, de um modo magistral, os princípios gerais do marxismo-leninismo com a realidade chinesa, formulou de maneira criadora a estratégia de cercar as cidades desde as zonas rurais e, ao tomar o caminho da Revolução de outubro, soube adotar métodos distintos dos que se empregaram nela³⁴.” Em outro escrito, intitulado ‘Os balanços do passado são para abrir o futuro’, observa que, “nos erros de ‘esquerda’ cometidos pelo Partido até a ‘revolução cultural’, eu também tive minha parcela de culpa³⁵”. A

Breve história, a propósito dos êxitos havidos nos 10 anos que vão de 1956 a 1966, salienta que, “entre os dirigentes do Comitê Central, foi sem dúvida Mao Zedong quem desempenhou o mais importante papel”. E acrescenta: “Quanto aos erros cometidos nesses 10 anos, sem dúvida a responsabilidade principal também foi de Mao Zedong”. Citando Deng Xiaoping, completa a *Breve história*: Mas, “ao referir-se aos erros, não se deve mencionar unicamente o camarada Mao Zedong; também os cometeram muito outros camaradas do Comitê Central. Se durante o ‘grande salto à frente’ o camarada Mao Zedong esteve animado com um ímpeto febril, acaso não estávamos nós também³⁶?”.

Finalmente, o PCCh oficialmente considera o pensamento Mao Zedong não como o corpo de todas as idéias de Mao Zedong, nem tampouco como as elaborações feitas exclusivamente por ele. Mao Zedong foi quem mais contribuiu para o esforço coletivo que, durante mais de cinquenta anos, todo o PCCh e o povo chinês fizeram de aplicar o marxismo-leninismo às condições concretas da China. Suas contribuições, como se vê num rápido exame da história moderna chinesa, aparecem como respostas a desafios concretos postos pela vida, produtos da aplicação do marxismo-leninismo à prática da revolução chinesa. Daí porque os documentos oficiais do PCCh reafirmam a necessidade de o Partido perseverar no marxismo-leninismo e no pensamento de Mao Zedong.

HAROLDO LIMA é Deputado Federal pelo PCdoB /BA.

Notas

(1) *Breve história do PCCh* (BH PCCh), p. 28.

(2) EDGAR SNOW, *Estrela vermelha sobre a China*, cit. em BH PCCh, p. 28.

(3) BH PCCh, p. 51.

(4) Id. p. 65.

(5) Id. p. 67.

(6) Id. p. 87.

(7) Id. p. 96.

(8) Id. p. 107.

(9) Id. p. 119.

(10) Id. p. 126.

(11) Id. p. 129.

(12) Id. p. 129.

(13) Id. p. 130.

(14) Id. p. 132.

(15) Id. p. 163.

(16) Id. p. 205.

(17) Id. p. 213.

(18) Id. p. 258.

(19) Id. p. 299.

(20) Id. p. 344.

(21) Id. p. 350.

(22) Id. p. 387.

(23) Id. p. 417.

(24) Id. p. 474.

(25) Todos os dados econômicos da *Breve história*, pp. 504 e 511.

(26) Id. p. 510.

(27) Id. p. 634.

(28) Id. p. 646.

(29) DENG XIAOPING, *Textos escolhidos*, v. 3, p. 236.

(30) *Breve história*, 736.

(31) Id. p. 741.

(32) Id. p. 739.

(33) Id. p. 860.

(34) DENG XIAOPING, *Textos Escolhidos*, v. 3, p. 263.

(35) DENG XIAOPING, op. cit., p. 280.

(36) *Breve história*, p. 725.

Socialismo cubano enfrenta duplo bloqueio e se afirma

ALDO ARANTES

O que ocorre em Cuba mostra o equívoco de quem diz que o socialismo morreu. Lá, e no mundo, ele está vivo

A crise dos países do Leste europeu levantou uma ofensiva ideológica da burguesia afirmando que o socialismo morrerá, que havíamos chegado ao fim da história e que o capitalismo demonstrara ser o último estágio de desenvolvimento da sociedade humana.

Não foram necessários muitos anos para que se pudesse perceber a falsidade dessas afirmações. O projeto neoliberal, nova forma do capitalismo monopolista, em vez de representar uma saída demonstra ser um sistema que aprofunda a crise e a marginalização de amplos setores da sociedade, em todos os países do mundo em que é colocado em prática. O corte das conquistas sociais, o de-

semprego e a marginalidade se dão hoje não somente nos países periféricos, mas também nos países mais desenvolvidos do mundo capitalista.

O abandono do caminho socialista e o retorno ao capitalismo, longe de representarem uma solução para os desafios colocados pelo novo sistema social, significaram a desagregação econômica, política e social daquelas nações. Em alguns países, a consequência disso tem sido a vitória dos antigos partidos comunistas e seu retorno ao poder, em países como a Polônia, a Letônia e a própria Rússia. Isso é uma demonstração clara de que começa a se manifestar uma alteração da tendência direitista que ainda assola o mundo.

Fato da maior importância, nessa conjuntura, é a capacidade de países como China, República Democrática Popular da Coreia, Vietnã e Cuba de se adequarem às novas condições. A China é hoje o país com os maiores índices de crescimento do mundo, desmentindo, na prática, as afirmações de que o capitalismo seria mais eficiente do que o socialismo.

A crise do Leste europeu representou um golpe profundo para as correntes progressistas de todo o mundo. Mas, como tudo na vida, trouxe também os seus aspectos positivos. Obrigou as correntes socialistas a aprofundarem a análise cri-

tica dos erros cometidos no processo de construção do socialismo.

Entre os inúmeros erros cometidos destaca-se a concepção voluntarista de transição do capitalismo para o socialismo. A consequência de tal erro foi a tentativa de acelerar a transição para o socialismo sem que houvesse condições objetivas para isso. Foi a incapacidade de compreender que a transição implica, necessariamente, a utilização, por algum tempo, de formas capitalistas de produção, sob a hegemonia de uma economia socialista. Isso tem o objetivo de criar as condições materiais para a transição definitiva para o socialismo. Portanto, não se podem confundir as medidas adotadas nos países do Leste europeu que retornaram ao capitalismo com as de países como China, Coreia, Vietnã e Cuba, que adotam formas capitalistas, numa sociedade predominantemente socialista.

Outra lição importante que o movimento progressista vai assimilando é a de que é inteiramente falsa a idéia de um modelo único de socialismo. Essa visão primária do socialismo levou a que se procurasse copiar o modelo soviético, chinês, albanês ou cubano. A vida demonstrou tratar-se de um grave erro. Tal postura levava os partidos comunistas a se distanciarem da realidade concreta de seus países, da realidade



econômica, da tradição política e cultural de sua gente. Distanciava os partidos progressistas do sentimento do seu povo. É interessante notar que os partidos que não seguiram essa visão dogmática foram vitoriosos em suas revoluções – a exemplo da China e de Cuba.

Queda dos negócios com o Leste europeu e a URSS: um novo bloqueio para Cuba

No momento do auge da ofensiva contra o socialismo, dizia-se que dentro de pouco tempo cairiam todos os países socialistas. A ofensiva maior deu-se sobre Cuba, já que esse país está a poucas milhas da potência imperialista, os Estados Unidos, que comanda a ofensiva da burguesia. Não foi fácil para o povo cubano enfrentar essa travessia. A constatação que fiz em viagem recente foi a de que o partido e o povo cubano estão conseguindo dar a volta por cima.

As dificuldades do povo cubano não são de agora. O bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba trouxe sérios problemas econômicos para o país. Tratando-se de um país pequeno, atrasado do ponto de vista econômico, e cuja economia baseava-se fundamentalmente na produção da cana-de-açúcar, Cuba viu-se diante da necessidade econômica, política e mesmo militar de se aproximar da União Soviética. A crise dos países do Leste europeu e, em particular, o retorno da URSS ao capitalismo determinaram uma situação extremamente grave para Cuba, em decorrência da amplitude dos vínculos econômicos existentes entre os dois países.

A queda brutal dos negócios com os países do Leste europeu e com a União Soviética representou, em certo sentido, um novo bloqueio econômico ao país, com sérias conseqüências sobre a economia e a sociedade cubana.

A crise do Leste europeu e as dificuldades enfrentadas por Cuba

Para se ter uma idéia da amplitude dos vínculos econômicos de Cuba com o Leste europeu, basta lembrar que, em 89, as importações cubanas da Europa Oriental atingiam 76% do total das importações, enquanto as importações da União Européia eram de 8%, e da América de 4%.

A partir de 1989, com a crise do Leste europeu, houve uma queda acentuada da atividade econômica cubana. Durante quatro anos consecutivos houve queda na produção, representando uma redução de 35% do Produto Interno Bruto. Assim, o PIB *per capita*, que em meados dos anos 80 estava em torno de 1.900 pesos, tendo-se como base os preços de 1981, caiu para 1.140 pesos.

Diante da postura firme do Partido Comunista Cubano e de Fidel Castro de manter o rumo do socialismo, e após a adoção de uma série de ajustes na economia, em 1994, deteve-se a tendência declinante da economia, com um ligeiro crescimento de 0,7% do PIB. Isso se deu, particularmente, em decorrência de um crescimento de 7,6% do valor agregado das manufaturas, 4,4% na geração de eletricidade e 5,5% de crescimento do turismo. Em 1995, a economia cresceu 2,5%, e prevê-se um crescimento de 5% em 96.

Todavia, esse crescimento da economia se dá paralelamente à continuidade da queda da produção de açúcar. Cuba já produziu 8,5 milhões de toneladas

métricas desse produto e, em 91/92, produziu 7 milhões; na safra que começou em 94 e terminou em 95, a produção foi de 3,5 milhões. A queda da produção de açúcar está relacionada a baixos rendimentos históricos na agricultura canavieira, bem como aos efeitos do abrupto corte nas relações comerciais com a URSS, com a conseqüente falta de fertilizantes, herbicidas, peças de reposição e combustível. O impacto dessa situação foi maior em decorrência da mecanização do plantio e colheita da cana de açúcar. Para contornar essas dificuldades, o governo orientou que se substituisse, em certa medida, a tração mecânica pela tração animal, na atividade agrícola. Tal decisão, aparentemente, é um atraso. No entanto, foi uma sábia decisão para enfrentar as carências de produtos importados e retomar o crescimento da produção agrícola. Além desses fatores, o clima também influenciou nesses resultados. Outro fator importante é que a queda continuada da produção açucareira foi compensada, parcialmente, pelos preços mais favoráveis desse produto no mercado internacional.

Sinal de mudança: liderança do turismo, do açúcar, do níquel e da biotecnologia em 94

Para se ter uma idéia das conseqüências da reestruturação da economia cubana, é importante destacar que, em 1989, os quatro primeiros lugares obtidos nas receitas da Balança de Pagamentos foram as exportações de açúcar, níquel, mariscos e tabaco. Já em 1994, os quatro primeiros lugares foram ocupados por turismo, açúcar, níquel e produtos da biotecnologia. Vale ressaltar

que, apesar do significado qualitativo da participação dos produtos da biotecnologia na pauta de exportação cubana, seu peso quantitativo ainda é pequeno, representando, naquele ano, 5% do valor total das exportações. O expressivo é saber que Cuba participa do mercado internacional de alta tecnologia.

Sucesso dos produtos da biotecnologia mostra acerto do investimento

Em 1994, o turismo representou uma entrada de divisas no país da ordem de 800 milhões de dólares, e em 95, de 1 bilhão.

Quanto ao níquel, a produção de 93 foi estável; em 94 atingiu 33 mil toneladas, e prevê-se que em 96 atingirá uma cifra de 50 mil toneladas, patamar jamais atingido antes. A criação de empresas mistas cubano-canadenses tem a ver com o ritmo de crescimento da produção nesse setor da economia.

A participação crescente dos produtos da biotecnologia é indicativa do investimento que Cuba fez durante anos nessa área. Comprova que a direção do país resolveu investir em tecnologia de ponta, produzindo medicamentos e equipamentos que estão entrando no mercado internacional.

Diante das dificuldades de importação, foram tomadas medidas de substituição de importações. Um setor onde houve um crescimento favorável foi o da exploração do petróleo. A extração de petróleo, que, em 93, era de 982.139 toneladas, em 94 subiu para 1.298.824 toneladas. Tive oportunidade de ver inú-

meros poços de extração de petróleo na estrada que vai de Havana a Matanzas. De qualquer forma, a dependência da importação desse produto ainda é grande. Cuba produz 19% das 6,8 milhões de toneladas de petróleo que consome.

Após a crise dos países do Leste europeu e as medidas econômicas adotadas por Cuba, houve uma profunda alteração na pauta de importações e exportações do país. Enquanto em 89 as importações cubanas da Europa Oriental atingiam 76% do total das importações, as da União Européia atingiam 8%, e as da América 4%. Em 94, as importações da Europa Oriental caíram para 25%, e as importações da União Européia cresceram para 21%, o mesmo ocorrendo com as da América. Quanto às exportações, a alteração foi mais radical. Em 89, Cuba enviava 82% de sua pauta de exportações para a Europa Oriental, 6% para a União Européia e 6% para a América. Em 1994, observa-se uma alteração profunda. Cuba passa a exportar 44% de seus produtos para a América, a exceção dos Estados Unidos, 36% para a União Européia e 3% para a Europa Oriental.

Para estancar a queda na produção e retomar o desenvolvimento, o governo cubano adotou, em 1990, um programa de emergência denominado "Período Especial". Em 93, foram adotadas várias reformas econômicas visando abrir espaço à economia de mercado, porém sob o controle do Estado e com a predominância das formas socialistas de produção e de planejamento.

Entre essas reformas adotadas destaca-se, em 93, a despenalização da posse de divisas estrangeiras por cidadãos cubanos. Na realidade, hoje existe uma dualidade na economia cubana. A atividade econômica se dá em torno do dólar, do peso conversível (cada peso vale um dólar) e do peso não conversível. O dólar e o peso conversível são

adotados no livre comércio. O peso não conversível é utilizado para o pagamento dos salários dos cubanos e para a compra dos produtos básicos consumidos pela população.

Outra medida adotada, nesse ano, foi a regulamentação do trabalho por conta própria. Hoje já existem em Cuba 117 atividades, com 208 mil pessoas registradas, que podem ser realizadas por particulares, entre as quais oficinas, pequenos negócios, prestação de alguns serviços. A atividade que mais está proliferando é a dos restaurantes, chamados "Paladares" (nome retirado de uma telenovela brasileira). Essa alteração na política econômica decorre de uma constatação de que, no processo de transição para o socialismo, não há razão para uma estatização generalizada, particularmente em atividades econômicas pequenas. No entanto, como uma forma de limitar a iniciativa particular, os paladares somente podem ter 12 cadeiras, e só devem funcionar com mão-de-obra familiar.

Também nesse ano foram estabelecidas as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC), em uma parte das terras ocupadas até então por granjas estatais. Entre setembro de 1993 e agosto de 1995, haviam sido organizadas 3800 UBPCs, com 64% do fundo estatal de terras.

Dualidade: livre comércio em dólar e peso conversível, salários e consumo não

Essa iniciativa foi tomada em decorrência do fato de que as granjas estatais foram afetadas em sua produção pela carência de combustíveis, peças de re-

posição e fertilizantes. Em vista disso, percebeu-se que era importante a substituição das grandes unidades produtivas por unidades cooperativadas de menor escala, e com a adoção de alterações no sistema de estímulos. Os produtores associados nas UBPCs não têm a propriedade jurídica das terras, mas são donos do excedente do produto e, conseqüentemente, obtêm os lucros na sua venda estimulando a atividade agrícola. O Estado fixa os preços e o volume da produção, e o restante é vendido pelas leis de mercado, no mercado agropecuário.

Em 1994, foram estabelecidos novos preços dos produtos, e elevadas as tarifas de cigarros, bebidas alcoólicas, combustíveis, eletricidade, transportes e correios. Nesse mesmo ano, foram abertos o Mercado Agropecuário e o Mercado Industrial e Artesanal.

Em 1995, foi aprovada a Lei de Investimentos Estrangeiros em Cuba. Conforme o artigo 10, "podem ser autorizadas inversões estrangeiras em todos os setores, com exceção dos serviços de saúde e educação da população e nas instituições armadas, salvo em seu sistema empresarial". Essa autorização de que fala a lei deve ser concedida pelo Comitê Executivo do Conselho de Ministros ou por uma Comissão por ele indicada, sendo por tempo determinado. Tais medidas visam manter o controle socialista da economia. No final do prazo, a autorização pode ser prorrogada, ou a empresa liquidada, sendo que o que corresponder ao investimento estrangeiro será pago em moeda livremente conversível. Conforme a lei, podem ser constituídas empresas mistas (reunião de empresas formando uma outra empresa), contratos de associação econômica internacional (não implicam constituição de uma nova empresa distinta da dos contratantes) e empresas de capital totalmente estrangeiro.

Os trabalhadores das empresas regidas pela Lei dos Investimentos Estrangeiros têm seus direitos trabalhistas e a seguridade social garantidos conforme a lei cubana. Para que isso ocorra, a empresa, quando vai se instalar em Cuba, contrata os trabalhadores de uma entidade empregadora proposta pelo Ministério do Investimento Estrangeiro e da Colaboração Econômica, autorizada pelo Ministério do Trabalho e Seguridade Social. Quando a empresa mista ou estrangeira considera que o trabalhador não satisfaz suas exigências, pode solicitar à entidade empregadora que o substitua. Assim se dá flexibilidade para a empresa nas relações trabalhistas e, ao mesmo tempo, não se deixa o trabalhador abandonado, já que a entidade empregadora irá conseguir outra atividade para o trabalhador despedido. Isso equivale a dizer que não há "mercado-livre" para a força de trabalho em Cuba, com as medidas econômicas adotadas.

Diferentemente dos países que adotam o modelo neoliberal, como o Brasil, em que o ajuste das contas públicas é feito com cortes nas conquistas sociais, Cuba fez seu ajuste através de cortes com os gastos da defesa e da segurança interna. Nesse área houve uma redução de 45% dos gastos entre 1990 e 1994. Além do mais, as Forças Armadas se converteram em poderoso fator de produção de alimentos. Houve cortes dos subsídios por prejuízos de empresas estatais, além da redução dos investimentos. No entanto, os recursos foram ampliados nas áreas de saúde, seguridade social e ciência e tecnologia. Na área da educação, entre 89 e 95, houve uma redução de 1,651 bilhões de pesos para 1,410, já que os investimentos em obras de infraestrutura foram completados. Na saúde, houve um aumento de 905 milhões para 1,088 bilhões, no mesmo período, e na seguridade social houve um aumento de 1,094 bilhões para 1,573.

As reformas econômicas foram feitas mantendo o socialismo, as conquistas sociais e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia

É na área da saúde que se identificam os maiores avanços do socialismo em Cuba. O país conta com um sistema nacional gratuito de saúde de qualidade. Em conseqüência disso, conseguiu diminuir ou erradicar doenças como a poliomielite, a difteria, o tétano e a tuberculose. A mortalidade infantil é a menor da América Latina e uma das menores do mundo, com o índice de 9,3 crianças por mil nascidas vivas. A expectativa de duração de vida é de 75,2 anos. Cuba tem 54.065 médicos (1 médico por 203 habitantes).

Cuba criou o sistema de saúde chamado "médico de la família", com um médico e uma enfermeira que moram e atendem numa área determinada. Essa equipe não só atende no consultório instalado na área, como visita as pessoas em suas casas com o objetivo de conhecer melhor os moradores da região e au-



ferir mais concretamente as condições de vida e de higiene, realizando um trabalho preventivo-curativo. Praticamente toda a população cubana (94%) é atendida pelos médicos da família, inclusive os moradores das montanhas.

Na área da educação também os avanços são muito grandes. O analfabetismo está erradicado do país. A educação é gratuita para os mais de 3 milhões de estudantes, gratuidade que inclui os materiais de estudo e os livros. É de 100% a taxa de escolaridade até 11 anos, e de 94% de 12 a 14 anos. Existem 48 centros de ensino superior localizados nas principais cidades do país. De cada 15 trabalhadores, um possui formação universitária, e de cada 8 trabalhadores um tem nível técnico médio. O nível cultural e técnico de grandes camadas da sociedade cubana é bastante alto, uma das razões do interesse dos investimentos estrangeiros naquele país.

Outro aspecto extremamente relevante do desenvolvimento cubano é que a atenção dada à área de saúde criou a necessidade e as condições para um grande desenvolvimento na biotecnologia, na indústria farmacêutica e na produção de equipamentos médicos de alta tecnologia. Nos arredores de Havana, visitei um Pólo Científico e Industrial

composto de inúmeros institutos, centros de pesquisa e de produção de medicamentos e de equipamentos médicos.

O Centro Nacional de Investigação Científica, fundado em 1965, mostra a atenção que há muito tempo os cubanos estão dando ao desenvolvimento científico e tecnológico do país. O Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia, fundado em 1986, converteu-se em uma das instituições mais importantes da América Latina no domínio dos métodos de recombinação do ADN. Atualmente esse Centro produz mais de 160 medicamentos. Com a importância que a biotecnologia tem hoje (e terá mais ainda no futuro), percebe-se a sabedoria do povo cubano ao procurar manter o desenvolvimento do país em torno dos setores tradicionais mas, ao mesmo tempo, abrir as portas para a tecnologia de ponta.

Os principais produtos fabricados pelos cubanos são o *Interferon* (medicamento que aumenta a resistência imunológica, utilizado no combate a doenças como o câncer), creme cicatrizante, vacinas contra a hepatite B e antimeninocócica tipo B, vacina contra carrapato para ser aplicada no gado, medicamentos para colesterol, algumas formas de câncer e vitiligo. Há investigações em andamento, na busca de uma vacina contra a AIDS. Por outro lado, um pesquisador cubano elaborou um *software* de registro e processamento das descargas do cérebro, que torna possível a localização exata de grupos neuronais alterados.

Procurando explicar os fundamentos das reformas econômicas adotadas em Cuba, o livro *Cuba – A reestruturação da economia*, de Julio Carranza Valdés, Luis Gutiérrez Urdaneta e Pedro Monreal Gonzáles, afirma que a discussão sobre a reestruturação econômica do país não diz respeito a uma discussão sobre a viabilidade do socialismo, mas

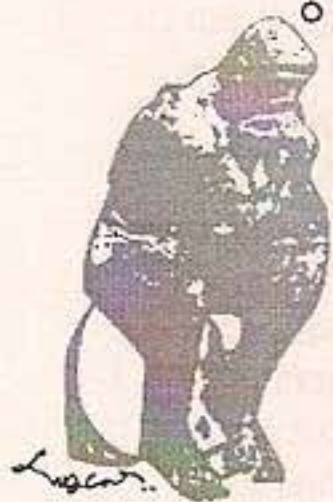
sim à necessidade de “recuperar a viabilidade econômica de um país pequeno, pobre e bloqueado. Não qualquer viabilidade econômica, mas a que, junto com a recuperação do crescimento, permita sustentar a justiça social e a independência nacional”. Por outro lado, os autores falam da necessidade de se conceder um papel de destaque ao mercado na economia, mas sem lhe dar o papel dominante.

Na verdade, o que está em curso em Cuba é um processo de abertura da economia para o mercado, sob a hegemonia do planejamento econômico e do socialismo. Diferentemente dos países do Leste europeu, que, alegando abertura da economia para o mercado, na verdade restabeleceram o capitalismo, transformando suas economias em economias de mercado, Cuba mantém uma economia e um Estado socialistas. É evidente que essa abertura para relações mercantis, com destaque para o turismo, dinamiza a economia mas traz consigo o crescimento da prostituição, venda de produtos cubanos no mercado negro (charutos, medicamento contra o colesterol) e crianças pedindo dinheiro. (É interessante notar que as crianças que pediam dinheiro estavam dignamente vestidas, calçadas e bem alimentadas.)

As autoridades cubanas evidentemente têm conhecimento dessas distorções, que foram ampliadas pelas medidas econômicas adotadas. Afirmam que o combate deve se colocar no terreno educativo, e não repressivo.

O socialismo vive em Cuba e no mundo

Para que as medidas de reestruturação da economia fossem tomadas, houve um amplo processo de discussão no país. Segundo depoimentos de membros do Parlamento cubano, os deputados, após debaterem a questão, levaram



meses discutindo com o povo para que, finalmente, o Plano fosse aprovado.

Uma pessoa menos avisada, em Cuba, pode imaginar que o país continua numa profunda crise. No entanto, a aparência, a exemplo do aspecto exterior dos edifícios de Havana, esconde a essência do processo. Está em curso uma viragem na situação econômica do país que significa a consolidação do socialismo cubano.

Diante das dificuldades vividas pelo país, do feroz cerco norte-americano, da crise dos países do Leste europeu, ficasse pensando como um país, nessas condições, conseguiu enfrentar o vendaval e está superando suas dificuldades. A única explicação possível é, por um lado, a profunda ligação do Partido Comunista Cubano e de Fidel Castro com o povo, e por outro a atenção dada pelo governo aos problemas fundamentais da sociedade cubana e a ousadia em enfrentar de forma corajosa e criativa os novos desafios.

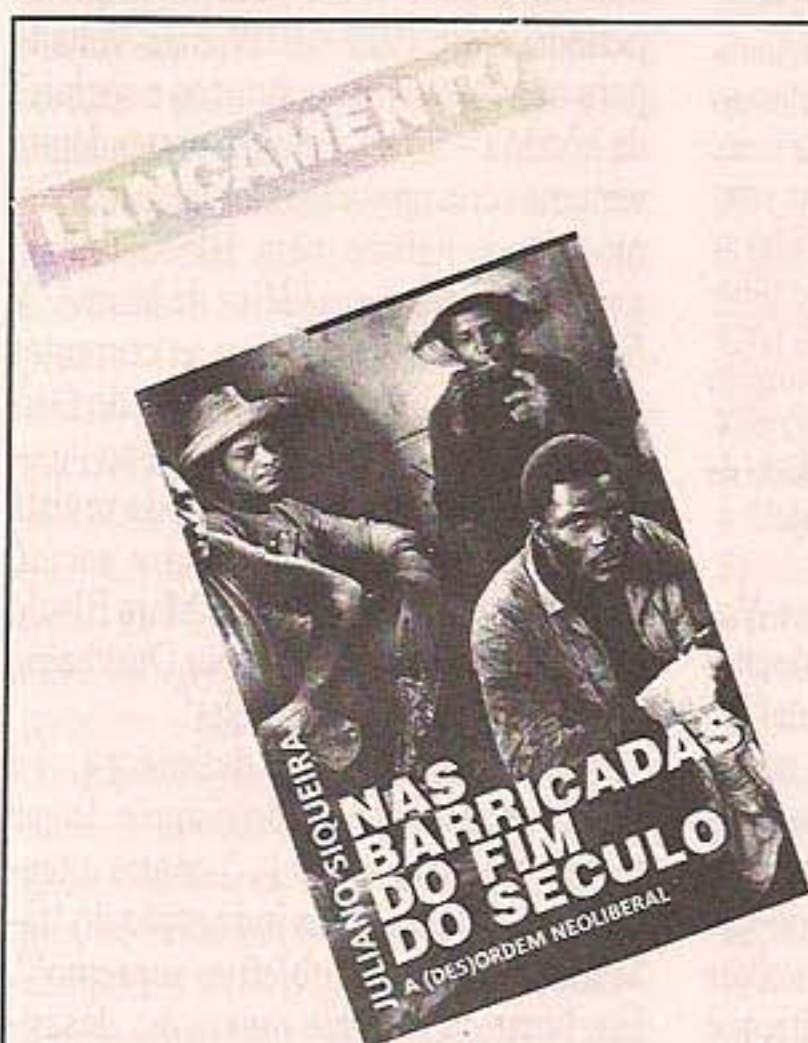
A ligação do Partido Comunista Cubano e de suas lideranças com as massas, através de um processo de mobilização de toda a sociedade, impediu que ocorressem no país a burocratização e o distanciamento do Partido em relação aos problemas do povo. Por isso mesmo, fez com que a direção política do país estivesse sempre sensível para combinar as soluções dos problemas enfrentados com os encaminhamentos das necessidades básicas da população. A combinação desses dois fatores assegurou uma disposição de resistência do povo, para, junto com o governo, enfrentar e superar as dificuldades.

O que ocorre em Cuba confirma o erro daqueles que dizem que o socialismo morreu. O socialismo vive no mundo. O socialismo vive em Cuba.

ALDO ARANTES é Deputado Federal pelo PCdoB/GO.

Fontes

- 1 - Contatos com as autoridades cubanas realizados durante a visita oficial do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba, entre os dias 3 e 10 de janeiro de 1995.
- 2 - Dados fornecidos pela Embaixada Brasileira em Cuba.
- 3 - *Cuba - Inversiones y negocios*. Publicação Consultores Asociados, S.A.
- 4 - *Cuba - La restructuracion de la economia - una propuesta para el debate*. Julio Carranza Valdés, Luis Gutiérrez Urdaneta e Pedro Monreal Gonzáles.
- 5 - *Ley de La Inversión Extranjera*. Ministerio para la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica.
- 6 - *Democracia en Cuba*. Carlos Méndez Tkovar.
- 7 - *Catálogo de Productos Farmaceuticos do Centro de Ingeniería Genética y Biotecnología*, 92/93.
- 8 - *Gramma*, año 32, n. 4 e 6.
- 9 - *Gramma - Internacional*. Edição portuguesa, ano 31, n. 1.



NAS BARRICADAS DO FIM DO SÉCULO

A (DES)ORDEM NEOLIBERAL

de Juliano Siqueira

R\$ 15,00

A Escola dos *Annales* e a Nova História

RAUL CARRION

*Velhas idéias aparecem
como novas e negam a objetividade
do conhecimento histórico*

*Eu estava sobre uma colina e vi
o Velho se aproximando,
mas ele vinha como se fosse o Novo.
Ele se arrastava em novas muletas,
que ninguém antes havia visto,
e exalava novos odores de putrefação
que ninguém antes havia cheirado.*

*E em torno estavam aqueles
que instilavam horror e gritavam:
Aí vem o Novo, tudo é novo,
saúdem o Novo, sejam novos como nós!
E quem escutava, ouvia apenas
os seus gritos, mas quem olhava, via tais
que não gritavam.*

*Assim marchou o Velho, travestido de Novo,
mas em cortejo triunfal levava consigo
o Novo e o exibia como Velho.
O Novo ia preso em ferros e coberto de trapos;
estes permitiam ver o vigor de seus membros.*

Bertolt Brecht

Nos dias de hoje, reina absoluta na ciência histórica – no mundo acadêmico, na produção editorial, na mídia – a autodenominada *Nouvelle Histoire*, herdeira, segundo seus pregadores, dos *Annales* dos anos 30. Proclama-se o *novo paradigma da história*, síntese de tudo o que surgiu de novo na moderna ciência social, superação seja do *historicismo positivista*, seja do *determinismo marxista*! Negadora da existência de leis na história ou de quaisquer *determinações* – mesmo que

em última instância –, questiona a própria objetividade do conhecimento histórico, a existência da *verdade* na história, a *totalidade* do real, o progresso, a evolução. Especialista na história do fragmento, das curiosidades, do que não muda, do não-essencial, do subjetivo, do irracional, jogou no depósito das velharias os *modos de produção*, a *luta de classes*, as *revoluções*.

“Eis a ‘história nova’ lançada como uma marca de sabão em pó! Quem permanece apegado a uma história historicista, unilinear e estreitamente *fatal*, irá proclamar-se da ‘nova escola’ a fim de tornar o seu produto mais vendável. Melhor, logo veremos historiadores dos mais empiristas se tornarem produtores entusiastas do refinamento *estatístico*; a elaboração das ferramentas conceituais é assim substituída pela aplicação de simples técnicas. O positivismo encontra aí uma oportunidade de sobreviver envergando um novo traje!”

Qual a relação que guarda essa *Nova História* com os *Annales* de Bloch e Febvre? Com os *Annales* de Braudel? O que haverá realmente de “Novo” na referida escola, “que tanto de novo estamos criando, que tanto estamos avançando (ou velhas idéias estão aparecendo como novas) e, por outro, que tantas velhas concepções têm escapado à crítica e conseguiram infiltrar-se, contrabandean-

do o velho para novas formas de pensar?”? É o que examinaremos a seguir.

Bloch, Febvre e a primeira geração da Escola dos Annales

Analisar a Escola dos *Annales* – que nos anos 70 irá dar origem à *Nova História* – exige levar em conta tanto sua heterogeneidade e relativo ecletismo como suas distintas fases. Há um primeiro período, entre 1929 e 1939, mais voltado para os aspectos “econômicos e sociais” da história – no qual alguns pretenderam ver uma certa proximidade com o marxismo (“nem Febvre nem Bloch tinham grande interesse nas idéias de Marx³”). Esse período foi de crítica às correntes dominantes nas ciências sociais do Ocidente, seja ao positivismo, seja ao “teoricismo” idealista. É a época da revista *Anais de história econômica e social*, dirigida por Lucien Febvre e Marc Bloch, este bastante influenciado por Durkheim, aquele por Jaurès e Michelet⁴.

Seu “primeiro traço definidor (...) é de (...) rechaço do historicismo e de sua estéril erudição *fatal* (...) contra a tentativa de estabelecer a indagação do ‘fato histórico’ como objetivo supremo⁵”. Em lugar da *história narração*, descritiva, é reivindicada a *história problema*,

explicativa. “O segundo traço marcante desses intelectuais dos anos 30 é a rejeição da política. O jogo político, a vida parlamentar, os partidos políticos são postos de lado por esses intelectuais. O Estado é suspeito e rejeitado⁶”.

“Os *Annales* (...) ao desertar o terreno político (...) acabam por orientar o interesse dos historiadores para outros horizontes: a natureza, a paisagem, a população e a demografia, as trocas, os costumes⁷”, o que seria apresentado como uma “história econômica e social”, como abandono da história dos fatos isolados, dos *grandes homens*. Mas logo ficará demonstrado que isso não tinha nada de sólido. Não por acaso, já em 1939 a revista altera o seu nome para *Anais de História Social* e, em 1941, na sua conferência ‘Viver a história’, na École Normale Supérieure, Bloch afirma:

“Sabemos muito bem que ‘social’, em particular, é um desses adjetivos a que se fizeram dizer muitas coisas no decorrer do tempo, a tal ponto que por fim já não querem dizer quase nada. (...) Concordávamos em que (...) uma palavra tão vaga quanto ‘social’ parecia ter sido criada (...) para servir de emblema a uma revista que pretendia não se rodear de muralhas. (...) Não há história econômica e social. Há a história pura e simplesmente em sua unidade⁸.”

E Febvre complementava, para não deixar qualquer dúvida de proximidade com o marxismo:

“Falando com propriedade, não há história econômica e social. E não somente porque a relação entre o econômico e o social não é privilegiada (...) no sentido de que não há razão alguma para dizer econômico e social em lugar de político e social, literário e social, religioso e social ou, inclusive, filosófico e social. Não foram razões racionais as que nos habituaram a relacionar de forma natural, e sem mais reflexões, os dois epítetos de econômico e social. (...) Esta fórmula não é outra coisa que um resíduo ou uma herança das longas discus-

sões que suscitou, já há mais de um século, aquilo que chamamos o problema do materialismo histórico⁹.”

Como nos esclarece Fontana:

“A qualificação de ‘econômica’ não foi outra coisa que uma concessão a uma moda passageira, a um curto galanteio com o materialismo histórico. (...) No ano de 1941, Febvre opina que o trabalho do historiador consiste em relacionar aspectos da vida humana, sem que importem demasiado quais sejam os que se escolham. Nenhum deles tem um papel predominante. (...) A história é ‘ciência (...) da harmonia que (...) se estabelece em todas as épocas entre as diversas condições sincrônicas espirituais’ (*Combats pour l’histoire*, p. 31-32). Frase que em última instância significa que tudo está relacionado com tudo, mas que esquece de dizer-nos o fundamental: de que forma está relacionado¹⁰.”

Um terceiro aspecto – talvez o mais fecundo dos *Annales*, e parte de sua estratégia para a conquista da hegemonia entre as ciências sociais – foi a busca de interdisciplinaridade, a sua abertura à colaboração com as demais ciências e disciplinas – o que redundou em uma grande renovação nos métodos e nas técnicas do historiador. A história aproximou-se da geografia, da estatística, da demografia, da lingüística, da psicanálise. Articulou-se com a sociologia, a arqueologia, a antropologia. Deu-se, também, uma abertura para outras fontes, além dos documentos escritos, como a tradição oral, os vestígios arqueológicos, a iconografia etc. Não é demais notar que, nesse terreno, os *Annales* seguiram o caminho já desbravado pelo marxismo:

“O marxismo representou muito cedo um papel fecundo nessa renovação metodológica. Na medida em que ele tende a uma história ‘global’ ou ‘total’, que deve apreender simultaneamente os diferentes aspectos da vida social (o econômico e o mental, o social e o político), ele tem desde suas origens a vocação de se abrir sem

restrições às diferentes ciências humanas. Conferindo às classes sociais e à sua luta um papel decisivo, ele volta seu interesse mais para as estruturas do que para o acontecimento superficial, mais para o coletivo do que para o individual, mais para o cotidiano do que para o acidental. Quanto aos métodos quantitativos, será preciso lembrar que Marx já fazia largo uso deles¹¹”.

Mas esse avanço técnico e metodológico dos *Annales* careceu de uma correspondente renovação teórica. Para isso pesou a sua subestimação da teoria e a sua visão ambígua da história enquanto ciência: “Sem metodologia abstrata à moda alemã (...) as idéias de um historiador são extraídas da própria história¹²”. Enquanto Bloch falava da história como a “ciência dos homens no tempo¹³”, Febvre nos dizia que a história era um “estudo cientificamente elaborado”, não uma ciência, e reduzia as leis históricas a “estas fórmulas comuns que formam séries agrupando fatos até então separa-



dos¹⁴". Concepção paupérrima de *lei*, que não capta o seu caráter de causalidade interna e necessária entre os fenômenos.

A ascensão do grupo Escola dos *Annales* foi fulminante: "A conjunção da estratégia sólida de alianças com o ecumenismo epistemológico permite à Escola dos *Annales* eliminar seus rivais". Em 1933, Lucien Febvre entra no Collège de France. O Ministério de Educação Nacional confia-lhe o projeto de uma Enciclopédia Francesa, do qual será o secretário geral e o diretor, contando com 600 colaboradores científicos e 200 universitários. A publicação se inicia em 1935. Em 1936, Marc Bloch assume a cátedra de professor de História Econômica da Sorbonne.

A II Guerra Mundial interrompe a ascensão institucional dos *Annales*. Com a queda da França, "A política anti-semita do regime de Vichy exigiu a retirada do judeu Bloch da direção da revista. Bloch esperava que a revista deixasse

de ser publicada; prevaleceu, porém, a vontade de Febvre de continuar com a publicação¹⁵". A revista troca de nome (1942): *Miscelâneas de história social*. Em 1944, Marc Bloch, engajado na Resistência, é capturado e fuzilado pelos alemães. Em 1946, a revista altera mais uma vez o seu nome: *Anais – Economias, sociedades, civilizações*.

O pós-guerra consolida a vinculação dos *Annales* ao *establishment* universitário: "Tendo à direita o discurso historicista e à esquerda o discurso marxista, o grupo dos *Annales* oferece uma terceira via, ocupa uma posição central, ideal para sua estratégia de poder¹⁶." O positivismo e o "teoricismo" idealista mostram-se cada vez mais impotentes para contrapor-se ao marxismo, que crescia em prestígio. A historiografia burguesa precisava renovar-se urgentemente, incorporar preocupações econômicas e sociais, criar alternativas ao marxismo. E assim foi feito...

Febvre é convidado para reorganizar a École Pratique des Hautes Études, tornando-se em 1947 presidente de sua VI Seção – dedicada às ciências sociais – e diretor do Centro de Pesquisas Históricas. Em pouco tempo, os *Annales* tornaram-se hegemônicos nos círculos oficiais:

"Os *Annales* começaram como uma revista de seita herética. (...) Depois da guerra, contudo, a revista transformou-se no órgão oficial de uma igreja ortodoxa. Sob a liderança de Febvre os revolucionários intelectuais souberam conquistar o *establishment* histórico francês. O herdeiro desse poder seria Fernand Braudel¹⁷".

Braudel, ou a segunda geração da Escola dos Annales

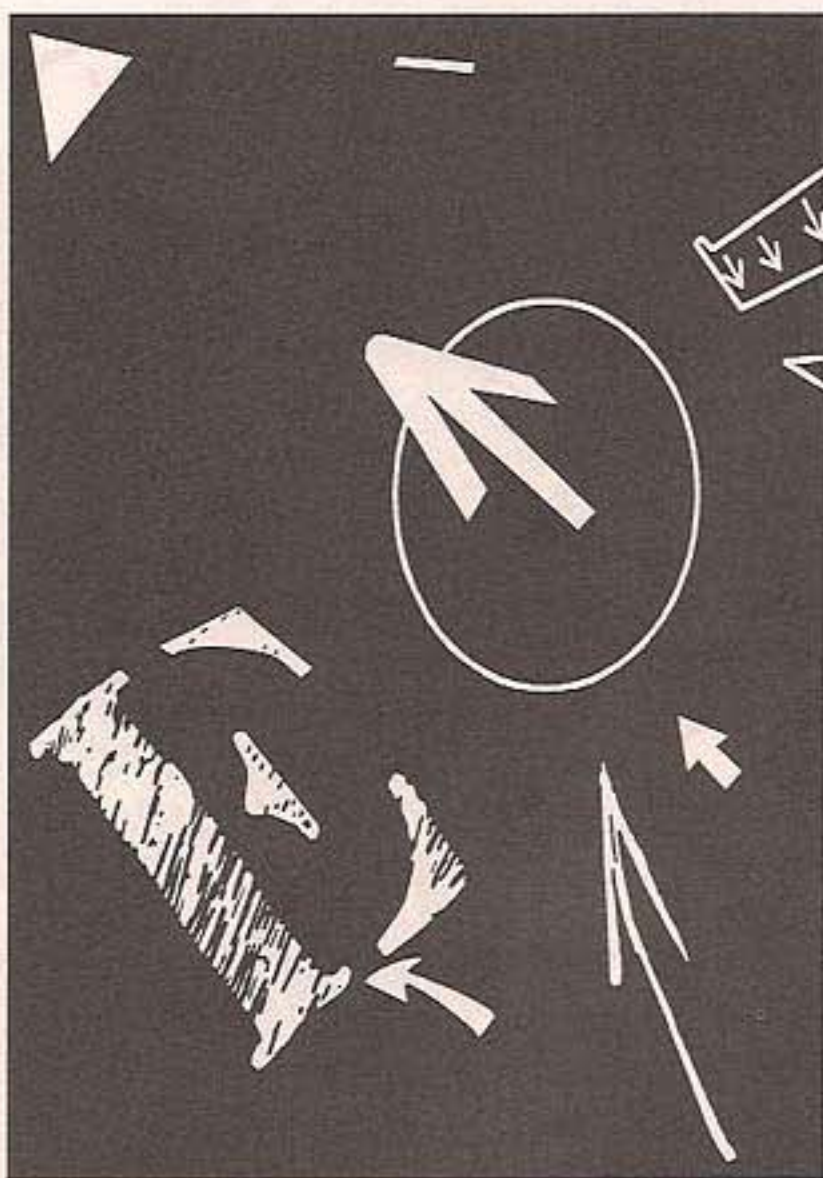
Braudel, que já compunha o núcleo dirigente dos *Annales* desde meados

dos anos 40, publica em 1949 sua obra *La Méditerranée et le monde méditerranéen*, onde "descobre" a existência de distintos níveis de temporalidade: a longa duração das relações do homem com o meio geográfico – "uma história quase imóvel, a do homem em suas relações com o meio que o cerca; uma história lenta no seu transcorrer e a transformar-se, feita com freqüência de retornos insistentes, de ciclos incessantemente recomeçados¹⁸"; "Acima dessa história imóvel, uma história lentamente ritmada, (...) uma história *social*, a dos grupos e grupamentos (...) as economias e os Estados, as sociedades e as civilizações¹⁹"; a curta duração dos acontecimentos – "história à dimensão não do homem, mas do indivíduo, a história ocorrencial²⁰".

Em que pese o mérito de haver percebido que o tempo histórico não é absoluto nem homogêneo (algo descoberto por Marx um século antes), Braudel não conseguiu articular as diversas temporalidades, limitando-se a agregar suas "fatias" de acontecimentos de acordo com a sua maior ou menor lentidão:

"Assim chegamos a uma decomposição da história em planos escalonados. Ou, se quisermos, à distinção no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual. Ou se preferirmos ainda, à decomposição do homem num cortejo de personagens²¹".

A *totalidade* histórica foi reduzida a uma somatória dos distintos níveis do real, sem dominâncias ou determinações, sem causalidades: "não mais cremos na explicação da história por este ou aquele fator dominante²²". Braudel não foi capaz de compreender que a linearidade do tempo histórico não se expressa através de um esquema "por camadas" (senão, como compreender os "dias que valem por anos", nos quais tanto as estruturas como as conjunturas e os aconte-



tecimentos se aceleram enormemente?). Mais ainda, ignorou o que articula, em última instância, os tempos longos, médios e curtos: o modo de produção.

A visão braudeliana traz latentes também o fatalismo e o determinismo geográfico: “uma história particularmente lenta das civilizações, nas suas profundezas abissais, nos seus traços estruturais e geográficos²³”. “Quando penso no indivíduo, sou sempre inclinado a vê-lo como prisioneiro de um destino sobre o qual pouco pode influir²⁴.” “A parte da liberdade humana é muito fraca²⁵.” “Nada há a fazer diante do peso do passado a não ser tomar consciência disso²⁶.” Na perspectiva da longa duração, toda ação humana é insignificante. Incapaz de perceber a dialética entre os tempos longos e os curtos, as circunstâncias e os acontecimentos, as leis históricas e a práxis humana, Braudel aproxima-se do “o homem está morto” do estruturalismo!

Para Braudel, a hierarquia social é uma *permanência*, a sociedade é fatalmente desigual, todo impulso igualitário é vão: “Toda observação revela essa desigualdade visceral que é a lei contínua das sociedades²⁷”. “As sociedades só são válidas quando são dirigidas por uma elite²⁸.” “O Estado, o capitalismo, a civilização, a sociedade existem desde sempre²⁹.” A sociedade se auto-regula no plano das estruturas, o novo é recuperado pelo velho, toda ruptura histórica é fadada ao fracasso: “Tudo se arranja, se incorpora às ordens existentes³⁰”. “A longa duração braudeliana e suas diversas variantes aqui aparecem claramente como são: uma leitura de nossa história que permite exorcizar todo risco de mudança³¹.”

Ao aventurar-se na história econômica – *A dinâmica do capitalismo* –, Braudel expõe suas debilidades no âmbito da teoria e cai em erros primários: localiza o capitalismo na esfera de troca,

em vez de produção, e chega ao absurdo de contrapor a economia de mercado ao capitalismo!

Em 1947, Braudel sucede Febvre na direção da revista. Em 1949, torna-se professor de Collège de France e passa a acumular com Febvre a direção do Centro de Pesquisas Históricas da École des Hautes Études e a direção da revista. Com a morte de Febvre em 1956, torna-se seu sucessor na VI Seção da École.

É nessa fase “braudeliana” que temos a participação, na periferia dos *Annales*, de alguns historiadores de tendência ou orientação marxista, como Michel Vovelle, Maurice Agulhon, Guy Bois, Pierre Vilar e, destacadamente, Ernest Labrousse, ligado ao PS: “Se Ernest Labrousse não ocupa na época uma posição central no dispositivo dos *Annales*, é porque localiza o aspecto político como horizonte de sua abordagem econômica e privilegia o estudo dos antagonismos de classe (...) muito próximo da historiografia marxista, à qual não adere, e se torna assim marginalizado³²”.

Resumindo essa primeira fase da Escola dos *Annales* (1ª e 2ª gerações), podemos dizer:

- Apesar da crítica ao empirismo e da defesa da necessidade da teoria, na prática os *Annales* subestimaram a teoria e privilegiaram os métodos e técnicas de investigação. O resultado foi o ecletismo (“o movimento está unido apenas naquilo a que se opõe³³”), a superficialidade e a inconsistência teórica. Priorizou a síntese indutiva (cara aos empíricos), frente aos métodos apoiados na dedução.

- Sua visão interdisciplinar descambou em muitos momentos para o tecnicismo *estatístico, demográfico, quantitativista*, obscurecendo uma visão global e integrada do todo social e tendendo à especialização.

- Percebeu distintas temporalidades na história, mas não as articulou diale-

ticamente, nem percebeu o fluir descontínuo dessas temporalidades, justapondo-as um tanto mecanicamente. Ao privilegiar uma história naturalizada e a *longa duração*, e ao desprezar o *acontecimento*, aproximou-se do determinismo geográfico.

- Sua reivindicação de uma *história total* evoluiu para uma visão de totalidade de mero somatório.

- Cada vez mais a sua crítica à história puramente “política”, “biográfica” mostrou-se inconsistente. Diversos de seus historiadores passaram a dedicar-se – em seus trabalhos concretos – às obras biográficas, até que toda preocupação com a história “econômica e social” foi abandonada. Uma das conseqüências foi a ausência de qualquer teoria da “mudança social”.

Em que pesem todas as suas deficiências, a Escola dos *Annales* teve um papel importante na renovação dos métodos históricos e combateu o positivismo e o teorismo idealista na história. Mas a sua principal função foi a de ser um contraponto ao marxismo.

A terceira (e quarta?) geração dos Annales, ou a Nouvelle Histoire

A Nova História propriamente dita desenvolve-se fundamentalmente a partir dos anos 70, quando Braudel, Morazé e Friedmann cedem a direção dos *Annales* a uma nova equipe, formada por Le Goff, Le Roy Ladurie, Revel, Marc Ferro e Burguière. Conservam-se muitas características da antiga Escola dos *Annales*, mas também observam-se pontos de ruptura importantes, sob a bandeira das *novas abordagens, novos objetos, novos problemas*:

“Em 1974 (...) já se renunciavam as orientações de uma história nova – *la*

nouvelle histoire – de múltiplas facetas, hoje predominantes nas salas de aula e nas listas editoriais. (...) A História Política, praticamente descartada pelo movimento historiográfico renovador dos anos 30 e 40, do tão conhecido grupo dos *Annales*, historiografia essa que se apregoava econômica, demográfica, eminentemente agrária, voltada para as análises estruturais e regionais, também não parecia reencontrar um lugar que lhe fosse próprio, com o destaque que merecia, na Nova História. Tratava-se e trata-se de uma história que passara a favorecer pequenos pedaços do passado, aspectos de um cotidiano nem sempre relevante, embora curioso, por vezes original e até mesmo ponderável³⁴.

A viragem antropológica

Uma primeira grande característica da Nova História está no que se convencionou chamar de *viragem antropológica*, uma mudança em direção à antropologia cultural ou simbólica, à incorporação de suas abordagens, de muitos dos seus conceitos e técnicas: “No momento, o modelo antropológico reina supremo nas abordagens culturais. Rituais, inversões carnavalescas e ritos de passagem estão sendo encontrados em todos os países e em quase todos os séculos. O estudo quantitativo das *mentalités* enquanto ‘terceiro nível’ da experiência social nunca teve tantos seguidores³⁵”.

A partir daí, abriram-se novas abordagens como a *micro-história*, a *história do cotidiano*, a *história vista de baixo*, a *história regional* (“Uma história mais sensível às diferenças regionais do que às diferenças sociais³⁶”) etc. Dá-se um deslocamento da “história das sociedades” para a “história dos pequenos grupos” (as “tribos”), para uma *história dos diferentes, dos marginalizados, dos fracassados, dos vencidos*. Em lugar da realidade social, das condições reais de existência, valoriza-se o seu avesso: os sonhos, o imaginário, o simbólico. Pri-

vilegia-se o periférico em relação ao central:

“O reprimido torna-se portador de sentido. Tudo se torna objeto de curiosidade para o historiador, que desloca seu olhar para as margens, para o avesso dos valores estabelecidos, para os loucos, para as feiticeiras, para os transgressores... O horizonte do historiador fecha-se sobre um presente imóvel, não há mais futuro. (...) A Nova História se esconde, então, na busca das tradições, ao valorizar o tempo que se repete, as voltas e reviravoltas dos indivíduos. (...) Essa pesquisa faz-se mais pessoal e mais local. Abandonam-se os tempos fortes e os movimentos voluntaristas de mudança, em direção à memória do cotidiano das pessoas simples³⁷”.

O indivíduo passa a ser o centro da ação; o cenário e o palco passam a um segundo plano. Proliferam os estudos biográficos: “O objetivo da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam (...) as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos. (...) A biografia constitui, nesse sentido, o lugar ideal para se verificar o caráter intersticial (...) da liberdade de que as pessoas dispõem³⁸”.

A história quase imóvel, das permanências

A diacronia cede espaço para a sincronia. Deixa-se de trabalhar a tridimensionalidade do tempo – o passado, o presente e o futuro. Privilegia-se a permanência em vez do movimento. Congela-se o passado idealizado, já que, *quando o presente frustra, o passado conforta*... Perde-se a dimensão de construção do futuro, ao qual se teme, e cultua-se o pessimismo.

“Talvez estejamos assistindo (...) ao fim da religião do progresso, da crença no progresso. (...) Existe uma relação entre a no-

va reticência dos anos 1960 em relação ao desenvolvimento, ao progresso, à modernidade, e a paixão trazida pelos jovens historiadores ao estudo das sociedades pré-industriais e de sua mentalidade. Estes não atribuem mais à história um sentido³⁹”.

“A cultura que estudam é, então, quase tirada fora da história e apreciada da maneira como os etnólogos estruturalistas consideram a sociedade que escolheram. (...) O historiador isola um bloco de passado, do mesmo modo que um etnólogo escolhe uma sociedade selvagem e estuda-a, evitando na medida do possível os problemas de origem e de posteridade. É a etno-história⁴⁰”.

O significado do *acontecimento* transforma-se, de expressão das causalidades que o tornaram possível, de revelador das estruturas subjacentes, em insignificante casual:

“A abordagem etnológica elimina a irrupção do acontecimento em troca da permanência, da cronologia repetida do gesto cotidiano da humanidade, cujas pulsações são reduzidas às manifestações biológicas ou familiares de sua existência: o nascimento, o batismo, o casamento, a morte. O historiador dos *Annales* torna-se o especialista do tempo imóvel em um presente congelado, petrificado de pavor diante de um futuro incerto⁴¹”.

“Vê-se aonde isso tudo leva: (...) primeiro à história, dessa vez, totalmente imóvel; em seguida, ao questionamento da noção de mudança e de mutação brusca na história; numa palavra, da idéia da revolução. (...) O questionamento não apenas do acontecimento puro e simples, mas de toda mudança brusca, de toda ‘mutação’ a quente⁴²”.

E a mudança, quando é impossível de ser negada, torna-se “uma historiografia (...) da dialética entre o tempo das massas populares – imóvel ou quase – e o das ‘elites’: agitado, mutável, criador (...) da história que se move. (...) Para uns (F. Furet, D. Richet), a mobilidade do tempo das elites; para outros (E. Le Roy Ladurie), as imobilidades da história etnográfica⁴³”.

A “descoberta” do cotidiano

Para alguns neo-historiadores, “A vida cotidiana (...) está (...) no ‘centro’ do acontecer histórico; é a verdadeira ‘essência’ da substância social⁴⁴”. Peter Burke afirma que “outrora rejeitada como trivial, a história da vida cotidiana é encarada agora, por alguns historiadores, como a única história verdadeira, o centro a que tudo o mais deve ser relacionado⁴⁵”.

Os neófitos também têm a pretensão de serem os “descobridores” do cotidiano! A realidade é que nem a expressão nem o tema são, em si, novidades. Aliás, *La vie quotidienne* era o título de uma série lançada pelos editores franceses Hachette já nos anos 30. E em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* – editada em 1845 – Engels não só analisa o desenvolvimento do capitalismo e as conseqüências da industrialização, como faz um estudo detalhado e contextualizado sobre a vida e a luta cotidiana dos operários ingleses.

Sem dúvida, o estudo do cotidiano pode prestar importantes serviços ao historiador. Mas, para isso, é necessário o emprego de uma teoria que parta da compreensão de que a vida cotidiana está condicionada pela formação social em que se dá e pela estrutura e pela dominação de classes existente. Que perceba que em uma mesma formação social coexistem várias cotidianidades, conforme as classes e os grupos sociais ou étnicos presentes. Que uma delas – a imposta pela ideologia da classe dominante – é a preponderante. Que os setores explorados e oprimidos estão condicionados, em sua existência diária, pela maneira de ser das classes dominantes que procuram, por todos os meios, regulamentar a cotidianidade através das convenções e dos costumes sociais, da

educação, dos códigos civis, dos meios de comunicação⁴⁶. Uma visão teórica capaz de analisar dialeticamente – nas suas recíprocas influências – esse “diário viver” que desborda a economia e a política, mas tem incidência sobre elas, e, ao mesmo tempo, sofre a sua influência. Que exorcize o empirismo, o estudo dos detalhes de como eram “as carruagens”, “as vestimentas”, “os penteados”, de determinada época... Pois não se trata de fazer uma história por separado dos distintos aspectos da cotidianidade, mas de analisá-la globalmente, de identificar o seu papel na manutenção do *status quo* ou na mudança social. Que compreenda que – exatamente porque compõe a dimensão do “dia-a-dia”, do senso comum, do inconsciente (ou subconsciente), do pragmático, do repetitivo, do rotineiro, do habitual, do tradicional – o cotidiano, “de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação. (...) A assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes pode converter-se por si mesma em conformismo. (...) Quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma dada sociedade, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas. (...) O moderno desenvolvimento capitalista exacerbou ao extremo essa contradição⁴⁷”.

Infelizmente, o que prevalece na maioria dos neo-historiadores do cotidiano é a visão fragmentária, a-histórica, desligada da realidade social, centrada nos indivíduos, imóvel: “difícil de descrever ou analisar é a relação entre as estruturas do cotidiano e a mudança. Visto do seu interior, o cotidiano parece eterno⁴⁸”. Assim, a história sobre o cotidiano – que poderia lançar “uma luz particular sobre uma realidade global⁴⁹” – tornou-se, sob a lógica da Nova História:

“(...) escassa reflexão teórica dos estudos sobre a vida cotidiana, geralmente descri-

tivos. (...) Caráter fortemente empírico dos estudos sobre o cotidiano, (...) em geral centrados no sujeito e sua ação, nos fenômenos minúsculos, nas dimensões simbólicas do mítico, do imaginário, do irracional, (...) as análises micro-orientadas acabam por tornar-se microcentradas, desconhecendo o contraponto das condições estruturais, e o objetivismo estrito cede lugar a um subjetivismo que não se reconhece como tal⁵⁰”.

O “determinismo” cultural

A “menina dos olhos” da Nova História é a chamada *Nova História Cultural*, saudada “aos quatro ventos” como uma verdadeira libertação frente ao materialismo e ao determinismo, o reconhecimento, enfim, do livre arbítrio humano:

“Nos anos 50 e 60, os historiadores econômicos e sociais foram atraídos por modelos mais ou menos deterministas de explicação histórica. (...) Hoje em dia (...) os modelos mais atraentes são aqueles que enfatizam a liberdade de escolha das pessoas comuns. (...) Os novos historiadores (...) foram muito bem-sucedidos ao revelar as inadequações das explicações materialistas e deterministas tradicionais do comportamento individual e coletivo de curto prazo, e na demonstração de que tanto na vida cotidiana quanto nos momentos de crise o que conta é a cultura⁵¹”.



A *Nova História Cultural* “explode” na França a partir da década de 70, nela destacando-se nomes como Duby, Le Goff e o marxista Michel Vovelle. Sua proclamada preocupação são as questões culturais: “No correr dos anos 60 e 70, porém, uma importante mudança de interesses ocorreu. O itinerário intelectual (...) transferiu-se da base econômica para a ‘superestrutura’ cultural, do ‘porão ao sótão’⁵²”. Seus autores irão preocupar-se com as diferentes práticas e representações simbólicas (rituais, festas, folguedos), aproximando-se da antropologia, da lingüística, da etnografia, do folclore.

Mantendo a tradição dos *Annales*, a *Nova História Cultural* adota a mais ampla diversidade de métodos, conceitos e temas, agregando as mais variadas tendências teóricas – estratégia eclética que favorece o seu poder de aglutinação. Convivem, lado a lado, autores preocupados com uma visão macroscópica e global do social e autores voltados para uma perspectiva microscópica e fragmentária do real; autores que enfatizam

a ligação da cultura com os aspectos socioeconômicos da realidade – a chamada *História Sociocultural* – e autores que consideram que as idéias determinam a história. Mas a sua vertente hegemônica tem por norte a concepção idealista de que as estruturas culturais – *mentalidades, representações, imaginário* – determinam a sociedade:

“A obra de Davis (...) complementa a abordagem francesa por utilizar maciçamente a antropologia simbólica e enfatizar o papel determinante e fundamental dos fatores culturais, em detrimento dos fatores climáticos, geográficos ou socioeconômicos. (...) Uma mesma idéia central – o papel decisivo da *cultura* como força motivadora da transformação histórica. (...) Um método que enfatiza os elementos culturais sobre os de natureza socioeconômica⁵³”.

O foco de seus estudos serão as permanências – em uma perspectiva de *longa duração* –, o resgate dos fenômenos que persistem nas sociedades. Por isso mesmo, predominam as obras voltadas para o passado distante, especialmente medieval: “A história das mentalidades é, portanto, muito mais a história das mentalidades de outrora, das mentalidades não atuais⁵⁴”.

Preocupam-se mais com o que é imóvel, com os arquétipos que persistem na *longuíssima duração* (morte, medo etc.) do que com as mudanças. Também aqui se expressa a tendência da *Nova História* de voltar-se para o passado: “Antigo Regime (...) em vez de explicar como ele ruiu ou como preparava o futuro, hoje os historiadores tentam compreender como ele se manteve, se reproduziu e ainda sobrevive nos poros da sociedade atual⁵⁵”.

Também caracterizam a *Nova História Cultural* a indefinição e a ambigüidade de seus conceitos-chaves – *mentalidades, imaginário, representações, cultura* –, muitos dos quais retira-

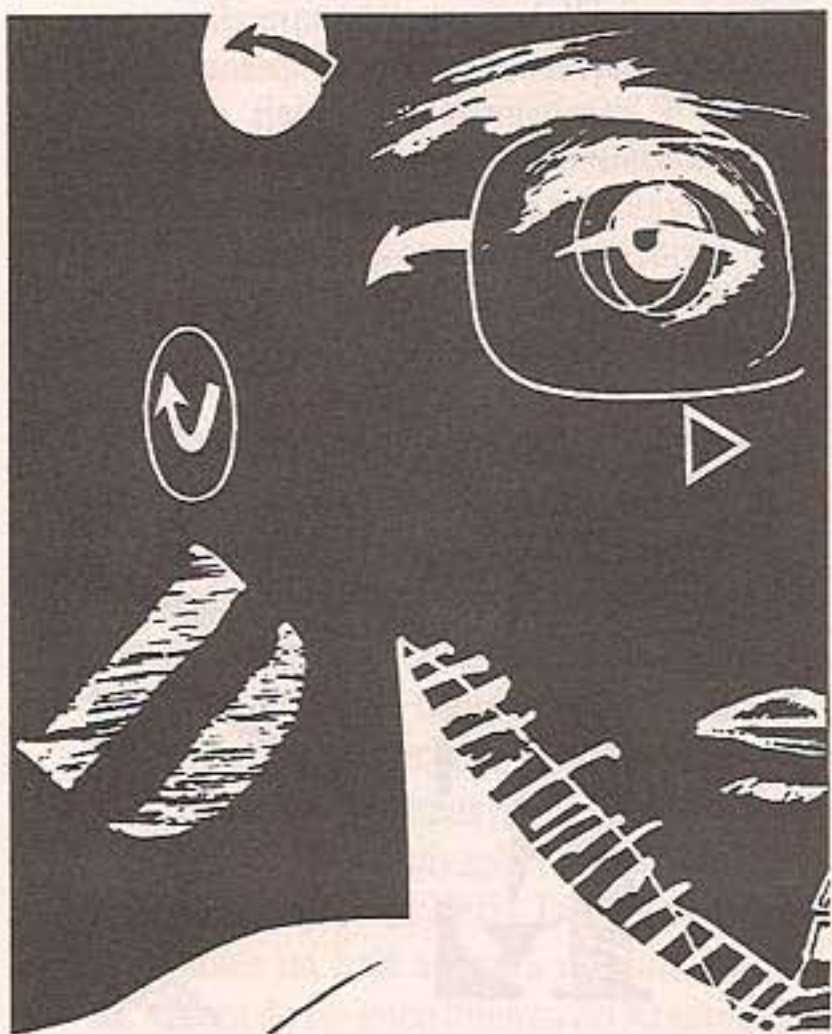
dos de outras disciplinas (antropologia, psicanálise, semiologia, lingüística) sem suficiente tratamento teórico e crítico:

“Todavia, o novo paradigma também tem seus problemas: problemas de definição, problemas de método, problemas de explicação. (...) Se a cultura popular é a cultura do ‘povo’, quem é o povo? (...) Uma noção ampla de cultura é central à Nova História. (...) Contudo, se utilizamos o termo em um sentido amplo, (...) o que não deve ser considerado como cultura?⁵⁶”.

Essa “extrapolação” de conceitos de outras ciências envolve muitos riscos. Um exemplo é o uso dos conceitos da psicanálise – apropriados para fenômenos individuais – na explicação dos fenômenos coletivos. Outro, é a análise *anacrônica* dos sentimentos do passado sob um enfoque contemporâneo. Para Georges Duby, a solução está em sentir-se como no passado...

As concepções hegemônicas da *Nova História Cultural* não conseguem disfarçar que, em nome da luta contra os *determinismos* na história, de fato defendem a completa preponderância dos aspectos *culturais* sobre os aspectos socioeconômicos na explicação histórica:

[Para] “os historiadores franceses da terceira geração dos *Annales*, (...) o clima, a biologia e a demografia dominavam a longa duração juntamente com as tendências econômicas; as relações sociais, mais nitidamente sujeitas às flutuações da *conjuncture* (...) constituíam uma segunda ordem de realidade histórica; e a vida política, cultural e intelectual configurava um terceiro nível, extremamente dependente, de experiência histórica. A interação entre o primeiro e o segundo nível assumia a primazia. (...) À medida que a quarta geração (...) passou a preocupar-se cada vez mais com as (...) *mentalités*, a história econômica e social sofreu um recuo. (...) Os historiadores da quarta geração dos *Annales* (...) rejeitam a caracterização de *mentalités* como parte do chamado terceiro nível da



experiência histórica. Para eles, o terceiro nível não é de modo algum um nível, mas um determinante básico da realidade histórica. Como afirmou Chartier, 'a relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais quanto a suas determinações materiais. As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social'. As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam⁵⁷".

O trecho citado nos permite uma análise bastante rica. Em primeiro lugar, desmente aqueles que queriam ver na anterior *primazia do econômico e do social* uma influência marxista, deixando clara a compreensão esquemática e "economicista" da Escola dos *Annales* quanto a essa questão – a ponto de dissociar em dois níveis diferentes o econômico e o social! O que nada tem a ver com a visão marxista dos "modos de produção", unidade indissolúvel entre o econômico e o social. Em segundo lugar, coloca em um distante segundo plano qualquer preocupação com a base econômica e social da realidade, e erige as estruturas mentais (*mentalidades, imaginário, representações*) como *determinantes básicos da realidade histórica*, chegando ao ponto de declarar *que as próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social!*

Essa é a visão hoje dominante na *Nova História*. Georges Duby, um dos seus mais prestigiados representantes, afirma: "Uma sociedade não se explica unicamente pelo material, mas nela intervêm de uma forma igualmente determinante, e por vezes até mais determinante, fatores que revelam do mental, da idéia, da representação ideológica (...) aquilo que as pessoas têm no espírito e que determina o seu comportamento⁵⁸". Como costuma acontecer, a crítica ao chamado *determinismo econômico* encobre a defesa de outros *determinismos*, de caráter idealista:

"A valorização do nível cultural (...) teve por base uma autonomia desse último em relação às outras instâncias do real, a tal ponto que esse nível é considerado como tendo temporalidade e dinâmica interna próprias, independente do resto da formação social. O *Annales* não se limita, portanto, à implicação do social para o cultural, mas se traduz pela substituição de um pelo outro. (...) A nova dialética dos *Annales* opõe o tempo, a cultura popular, imutável, incapaz de se desligar dos seus hábitos, tempo repetitivo, etnográfico, ao tempo criador dinâmico, da cultura das elites, fonte de inovação, portanto fonte de história. A capacidade de mudança não se encontra mais no campo social ou no político, mas no cultural⁵⁹".

No que diz respeito à "novidade" de uma abordagem cultural da história, penso que esta também é uma pretensão descabida dos "noviços". Na verdade, desde que escreve história, o homem se preocupou com as questões que dizem respeito à cultura e às idéias morais, religiosas, jurídicas, filosóficas, artísticas das distintas sociedades. Para só ficarmos no campo do marxismo – presunçosamente acusado de ignorar o papel da cultura e das idéias na história –, lembraremos, já no século passado, os inúmeros trabalhos de Marx, Engels e Plekhanov sobre a filosofia, a religião, a arte, a literatura, (*A ideologia alemã, A questão judaica, O cristianismo primitivo, Anti-Dühring, A arte e a vida social*); a frutífera polêmica em torno da arte travada nos anos 1935/40, entre intelectuais marxistas do porte de Lukács, Ernst Bloch, Brecht, Benjamin. Além de, em inúmeras ocasiões, Marx e Engels terem chamado a atenção para o importante papel desempenhado pelas superestruturas ideológicas na história, e para sua autonomia relativa.

Nesse sentido, uma *História Cultural* científica tem muito a contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos ideológicos e culturais, muitas vezes

descurados por historiadores, marxistas ou não, mais preocupados com outros aspectos do social. Ou com uma visão "economicista" e "mecanicista" da história, por isso mesmo redutora.

A história "em migalhas", serial

Outra marca da *Nova História* é a sua *fragmentação*. Em vez de *história* temos *histórias*. No lugar da história do real, busca-se a história de tal ou qual fragmento do real: "Devemos renunciar à história global, à ambição de Febvre⁶⁰". "É essa noção de história total que me parece problemática hoje. (...) Vivemos uma história em migalhas, eclética, ampliada em direção às curiosidades, às quais não precisamos nos recusar⁶¹". Assim, "os objetos de investigação aparecem como que isolados dos complexos mais amplos onde se realizam, onde a idéia de totalidade é substituída pela de fragmentação, ruptura⁶²".

Proclamada a inexistência da *totalidade* do real, esse é recortado em *séries* que evoluem independentemente umas das outras, cada uma com o seu próprio ritmo, cada uma com sua causalidade específica:

"A história serial descreve continuidades no modo de ser do descontínuo. (...) Ela decompõe, por definição, toda a definição prévia de uma história 'global', pondo em questão precisamente o postulado de uma evolução considerada homogênea e idêntica, de todos os elementos de uma sociedade. (...) Atomiza a realidade histórica em fragmentos tão distintos que compromete, ao mesmo tempo, a pretensão clássica da história à apreensão do global⁶³".

Doravante, nenhum acontecimento pode ser definido sem antes situar a série da qual fará parte. Só ali adquire o seu significado. "Em lugar da continuidade da evolução histórica, os historia-

dores atuais interessam-se pelas descontinuidades entre séries parciais de fragmentos de história. À universalidade do discurso histórico, opõem a multiplicação de objetos em sua singularidade⁶⁴. “A história serial (...) apaga as estruturas sob a série fatural e (...) não resolve o problema da passagem de uma série a outra. Contenta-se com causalidades específicas de tal ou qual série⁶⁵”.

Há uma explosão dos novos temas: a infância, o sonho, o corpo, o odor, a morte, o amor, a sexualidade, o medo, a culpa, o livro, o vestuário, o casamento, a loucura, o crime, o clima, a sujeira, a limpeza, os gestos, a fala, o silêncio, a leitura, a raiva, a ansiedade, a doença etc. Por um lado, amplia-se enormemente o campo do historiador, e alguns desses estudos podem trazer contribuições para uma melhor visão do todo. Mas, por outro lado, tende-se à atomização do real, à perda de referência à totalidade, ao deslocamento do interesse para temas inócuos e politicamente desmobilizadores:

“A sociedade torna-se um fantástico caleidoscópio de micro-objetos, sem sentido, sem hierarquia causal, sem razão. Na ausência de um sentido para a história, a preocupação com o futuro desaparece: é o fim da história, e o objeto das práticas políticas se define a partir do cotidiano de cada um⁶⁶”.

O pretenso “retorno à política”

Outra inovação da Nova História é o propalado *retorno à política*, que fora abandonada pelos *Annales* em nome do combate à história fatural. Como nos mostra Burke, esse retorno à política é, na verdade, uma reação contra uma história que – mesmo que de forma tênue – ainda levava em conta os fatores estruturais de caráter social e econômico: “O

retorno à política na terceira geração é uma reação contra Braudel e também contra outras formas de determinismo (especialmente o economismo marxista)⁶⁷”. Como nos explica Le Goff: “História do político que seja uma história do poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário⁶⁸”.

Na verdade, influenciado por Foucault, esse *retorno à política* restringiu-se em grande parte à *micropolítica*, à luta pelo *micro-poder* na escola, na fábrica, na família: “Se não houver lugar nodal do poder, não pode haver lugar de resistência a esse poder. Onipresente, ele não pode mais ser derrubado, está em nós; tudo é poder. (...) Essa diluição-dissolução do aspecto político é o traço de uma repulsa diante desse monstro moderno do Estado, fonte de opressão e de mal. Na falta da capacidade para abatê-lo, ele é contornado⁶⁹”.

O “retorno à narrativa” e a negação do caráter científico da história

Por fim, temos o chamado *retorno à narrativa*, outrora tão criticada pelos *Annales*. A historiografia desloca-se do objeto real para o narrativo, o literário. O valor não está tanto no conteúdo quanto no estético. Se, de um lado, isso poderia ter um aspecto positivo – a preocupação com a forma – na prática tem levado a um abandono do caráter científico da história. Em vez de *conhecimento do real*, a história transforma-se em *criação, invenção* do historiador:

“O discurso histórico é menos a combinação de uma imagem ou modelo com uma ‘realidade’ extrínseca do que a feitura de uma imagem verbal. (...) O discurso histórico não deveria ser considerado (...) como (...) esforço para conhecer a realidade

ou descrevê-la, mas antes como um tipo especial de uso da linguagem. (...) Não existe uma história ‘real’. As histórias são contadas ou escritas, não encontradas. (...) Todas as histórias são ficções⁷⁰”.

No fundo, o que está em questão é a própria cientificidade e a racionalidade do trabalho do historiador: “Tem havido uma relutância em considerar as narrativas históricas como elas mais manifestamente são: ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como descobertos, e cujas formas têm mais em comum com as contrapartidas na leitura do que na ciência⁷¹”.

Dai para a negação da existência de causalidade na história, de seu caráter científico e objetivo, vai um passo. Passo que é dado por Paul Veyne:

“A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; não explica e não tem método. (...) A história não explica, no sentido em que não pode deduzir e prever. (...) O problema da causalidade em história é uma sobrevivência da era paleoepistemológica. (...) O historiador não encadeia as causas cujo curso produziria o efeito: desenvolve uma narrativa cujos episódios se sucedem. (...) No mundo tal como os nossos olhos o vêem, os homens são livres e reina o acaso. (...) A história é uma atividade intelectual que, através de formas literárias consagradas, serve fins de simples curiosidade. (...) Entre a explicação histórica e a explicação científica, não existe um combate, mas um abismo. (...) A história não é um ‘esboço de explicação’ científica ainda imperfeita. (...) Não se transformará nunca numa ciência⁷²”.

E Georges Duby complementa, para que não parem dúvidas:

“Para que serve a história? A história é, antes de mais, um divertimento: o historiador sempre escreveu por prazer e para dar prazer aos outros. (...) O que ele enuncia, quando escreve a história, é o seu próprio sonho. (...) O historiador conta uma história, uma história que ele forja recorrendo a

um certo número de informações concretas. (...) Continuamos a utilizar esse material (...) ao serviço das nossas paixões e da ideologia que nos domina. (...) O discurso histórico continua a ser uma forma de criação. (...) A elaboração do material é sempre feita de forma subjetiva. (...) A objetividade do conhecimento histórico é um mito. (...) Jamais chegaremos a uma verdade objetiva. (...) Sou cético em relação à objetividade. (...) Toda a informação é subjetiva⁷³”.

Para ambos, vale a crítica de Mário Maestri:

“A obra de Paul Veyne, *Como se escreve a história*, constitui bom exemplo da miséria metodológica e do uso sistemático das grandes propostas irracionais. Para o autor, a história não é uma ciência, mas uma espécie de gênero literário que se distingue da ficção por ser escrita a partir de uma documentação histórica. Sua reflexão sobre o devir histórico assenta-se sobre o tradicional recurso irracionalista-burguês de dividir a natureza em fenômenos materiais que desvelam suas leis e podem ser conhecidos e fenômenos sociais ‘singulares’ estranhos a qualquer ‘regularidade’⁷⁴”.

Continuidades e rupturas da Nova História com a Escola dos Annales

- A Nova História continua apresentando a mesma indigência teórica que já caracterizava os *Annales*, disfarçada pela absorção acrítica de conceitos e terminologias mal assimiladas, tomadas de empréstimo a outros campos científicos, chafurdando no ecletismo teórico...

- Manteve a interdisciplinaridade tão proclamada pelos *Annales*, que muitas vezes se confunde com a especialização tecnicista.

- Mantendo a pluralidade braudeliana de tempos, sua temporalidade sincrônica tende para a longuíssima duração

da história “quase imóvel”, que conduz à noção de ausência de mudanças. Ao mesmo tempo que privilegia a permanência em relação à mudança, a Nova História volta-se para o passado, esquece o presente e fecha os olhos para o futuro.

- A Nova História abandonou qualquer visão de totalidade – mesmo que fosse a justaposição mecânica dos *Annales* –, passando a cultivar a fragmentação do real.

- Em nome do combate ao “determinismo econômico” de “cunho marxista”, a Nova História erigiu as *mentalités* como as verdadeiras infra-estruturas determinantes do social ou, quando não chegou a tanto, proclamou ao menos a sua autonomia em relação às estruturas sociais e econômicas globais, aprofundando o afastamento das causalidades econômicas e sociais, que os *Annales* já haviam iniciado.

- Seu “retorno à política” – rompendo com a anterior orientação dos *Annales* – tem muito mais a ver com o combate às “determinações econômicas e sociais” e com um voltar-se à temática do “micro-poder” do que com a história “macropolítica”. No fundo, persiste a “despolitização” da história, iniciada pelos *Annales*.

- Ao questionar a existência de leis históricas e do próprio processo histórico, ao negar a objetividade do conhecimento histórico e a existência de *verdade histórica*, a Nova História rompeu com a visão da história como ciência, indo muito além das vacilações que os *Annales* já haviam manifestado nesse terreno.

Conclusão

É inegável a existência de uma continuidade, em diversos aspectos e “tendências”, entre os *Annales* e a Nova História. Mais do que isso, os *Annales* já trazem latentes muitos dos germes de

seu ulterior desenvolvimento para a Nova História. Mas também é evidente a existência de uma profunda ruptura entre ambos – de caráter involutivo. Como diz Ciro Flamarion Cardoso, a Nova História é “uma corrente retrógrada sob aparências de novidade e ousadia⁷⁵”.

É a história “do jeito que as elites gostam”, rebento do *pós-modernismo*. Reflexo da falta de perspectiva de uma burguesia decrépita – mas ainda viva – que teme o futuro, não se empolga com o presente e refugia-se no passado; expressão das desilusões de setores da intelectualidade que, diante das dificuldades e retrocessos da luta social, desertaram:

“A desconstrução do real que hoje se opera parece fundamentalmente ligada ao período atual: o das ilusões perdidas. No momento que o vento da história soprava para construir uma sociedade nova, ou seja, no século XVIII e na metade do século XIX, os pensadores buscavam o sentido do futuro humano e inscreviam o presente na lógica racional. De Kant a Marx, sem esquecer Hegel, temos a compreensão dos fundamentos das batalhas em curso pela liberdade. Ao contrário, quando as resistências às mudanças triunfam, no momento em que as esperanças são frustradas, em que a desilusão se enraíza, assiste-se à recusa da racionalização global do real. Já que o real não realiza as esperanças, ele não pode ser racional. A história perde, en-



tão, todo o sentido, fragmenta-se em múltiplos segmentos⁷⁶”.

“Na falta de um presente que entusiasme e perante um futuro inquietante, subsiste o passado, lugar do investimento de uma identidade imaginária (...) que perdemos para sempre. Essa busca torna-se mais e mais individual, mais local, na falta de um destino coletivo mobilizador. Todos abandonam os tempos extraordinários em troca da memória do cotidiano das pessoas comuns⁷⁷.”

“A história muda então de função: ciência das transformações, das mudanças, ela se torna especialidade das inércias, das sociedades imóveis, lição de coisas para prevenirmo-nos das veleidades das mudanças ao nutrir-nos com a vaga nostalgia daquilo que perdemos⁷⁸.”

Tudo isso não significa que a *Nova História* seja estéril ou não tenha qualquer contribuição para a ciência histórica. Seria uma maneira simplista de tratar a questão. Primeiro, porque, ao ser uma Escola extremamente heterogênea, tem em seu seio as mais variadas orientações teóricas. Segundo, porque mesmo historiadores com uma visão incorreta podem contribuir para o avanço do conhecimento histórico em estudos concretos. Lembremos Hegel que, apesar do seu idealismo, deu contribuições inestimáveis ao desenvolvimento da dialética. Devemos fazer uma análise rigorosa – não apriorística – que resgate o que há de racional e científico na produção da *Nova História*, acompanhada da crítica implacável a seus equívocos teóricos e a seu substrato ideológico reacionário.

RAUL CARRION é acadêmico de História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e vereador pelo PCdoB em Porto Alegre (RS).

NOTAS

(1) Bois, Guy. *Marxismo e História Nova*. In: Le Goff, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 244.

(2) PETERSEN, Sílvia. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do 'Novo' e a crítica ao racionalismo. LPH: *Revista de História*, v. 3, n. 1, 1992, p. 111.

(3) BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 68.

(4) Id., *ibid.*, p. 25-26.

(5) FONTANA, Josep. *Ascenso y decadencia de la Escuela de los Annales. Hacia una nueva historia*. Madrid: Akal, 1976. p. 111

(6) DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, 1994. p. 24-25

(7) Idem, p. 54

(8) BLOCH, Marc. *Combats pour l'histoire*. Apud LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 28.

(9) FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Apud FONTANA, Josep, *op.cit.* p. 112.

(10) FONTANA, *op.cit.* p. 113.

(11) Bois, *op.cit.* p. 245.

(12) FEBVRE, Lucien. *Annales*, 1956. p. 501.

(13) BLOCH, Marc. *Introducción a la historia*. Apud FONTANA, *op.cit.* p. 111.

(14) FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Apud FONTANA, *op.cit.* p. 111.

(15) BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. Nota 25, p. 39.

(16) DOSSE, *op. cit.* p. 66.

(17) BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. p. 43.

(18) BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 13-14.

(19) Idem, p. 14.

(20) Idem, p. 14.

(21) Idem, p. 15.

(22) Idem, p. 22.

(23) Idem, p. 25.

(24) BRAUDEL, F. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Apud BURKE, P. *A Escola dos Annales*. p. 53.

(25) BRAUDEL, Fernand. *Y a-t-il une nouvelle histoire?* Apud DOSSE, *op. cit.* p. 105.

(26) BRAUDEL, Fernand. TFL. Apud Dosse, *op. cit.* p. 119.

(27) BRAUDEL, Fernand. *Civilization matérielle, économie et capitalisme*. Paris: A. Collin, 1979. t. 2 p. 415.

(28) BRAUDEL, Fernand. TFL. Apud Dosse, *op. cit.* p. 121.

(29) BRAUDEL, Fernand. *Magazine littéraire*. Entrevista em novembro de 1984, p. 20.

(30) BRAUDEL, Fernand. *Civilization matérielle, économie et capitalisme*. Paris: A. Collin, 1979. t. 3, p. 542.

(31) DOSSE, *op. cit.* p. 122.

(32) DOSSE, *op. cit.* p. 73.

(33) BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992. p. 10.

(34) LINHARES, Maria. Apresentação. In: RÉMOND, René. *Por que a História Política?* Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1994. v. 7, n. 13, p. 102.

(35) HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 14.

(36) ARIÈS, Philippe. *A história das mentalidades*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 170.

(37) DOSSE, *op. cit.* p. 168.

(38) CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1994. v. 7, n. 13, p. 102.

(39) ARIÈS, *op. cit.* p. 162.

(40) ARIÈS, *op. cit.* p. 174.

(41) DOSSE, *op. cit.* p. 169.

(42) VOVILLE, Michel. *A história e a longa duração*. In: LE GOFF, J. *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 82-84.

(43) Idem, p. 81.

(44) HELER, Agnes. *Estrutura da vida cotidiana*. In: *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 20.

(45) BURKE, Peter. *A escrita da história*. p. 23.

(46) VITALE, Luis. *Introducción a una teoría de la historia para América Latina*. Buenos Aires: Planeta, 1992. p. 303-305.

(47) HELER, *op. cit.* p. 37-39.

(48) BURKE, Peter. *A escrita da história*. p. 24.

- (49) LEFEBVRE, Henri. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Alianza, 1980. p. 33-34.
- (50) PETERSEN, op. cit. p. 1-2.
- (51) BURKE, Peter. *A escrita da história*. p. 31-35.
- (52) BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1991. p. 81.
- (53) DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 65-69.
- (54) ARIÉS, op. cit. p. 172.
- (55) BURGUIÈRE, Andre. A antropologia histórica. In: LE GOFF, J. *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 149.
- (56) BURKE, Peter. *A escrita da história*. p. 20-23.
- (57) HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 4, 8-9.
- (58) DUBY, Georges. O historiador, hoje. In: *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986. p. 9.
- (59) DOSSE, op. cit. p. 176.
- (60) CERTEAU, Michel. Les discours de l'histoire. *France Culture*, 31/10/78.
- (61) NORA, Pierre. *Le nouvel observateur*, 07/5/1974.
- (62) PETERSEN, op. cit. p. 118.
- (63) FURET, François. O quantitativo em história. In: *Fazer história, novos problemas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977. p. 72-73.
- (64) DOSSE, op. cit. p. 187.
- (65) DOSSE, op. cit. p. 194.
- (66) PETERSEN, op. cit. p. 124.
- (67) BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. p. 103.
- (68) LE GOFF, J. *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 8.
- (69) DOSSE, op. cit. p. 227.
- (70) WHITE, Hayden. *Teoria literária e escrita da história*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1994. v. 7, n. 13, pp. 28, 30.
- (71) CHARTIER, op. cit. p. 110.
- (72) VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987. pp. 9, 110-112, 191.
- (73) DUBY, Georges. O historiador, hoje. In: *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986. pp. 11-14.
- (74) MAESTRI, Mário. Os muscadins da historiografia: história e irracionalismo na idade senil do capitalismo. In: *Anais do Simpósio 'Caminhos para Liberdade - A Revolução Francesa e a Inconfidência Mineira'*. Porto Alegre: UFRGS/PUC/FAPERGS, 1991. p. 131.
- (75) CARDOSO, Ciro. *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 94.
- (76) DOSSE, op. cit. p. 192.
- (77) Idem. p. 14.
- (78) Idem. p. 221.



REVISTA CUBA INTERNACIONAL

Para conhecer sua realidade, uma fonte confiável!

A Ilha, sua vida e costumes em suas próprias palavras!

Assinatura anual (6 números): R\$ 20,00.

Remeta-nos um cheque no valor acima, indicando:

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____



DISTRIBUIDOR NO BRASIL

Ebrasil – Livros Portugueses

Rua Genebra, 161 - Bela Vista

Tel.: (011) 606-0877 e 604-1748 - Fax: 232-7021

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

**Solicite
catálogo**

A punição da maternidade

OLIVIA RANGEL

Querem descontar a licença maternidade do tempo de aposentadoria da mulher. Um mero lapso?

A notícia foi publicada como simples nota no jornal *Folha de S. Paulo*: ao aprovar o relatório sobre mudanças na Previdência, o Congresso brasileiro deu seu apoio a um item que passou até meio despercebido: o tempo de licença maternidade usufruída será descontado na contagem de tempo para aposentadoria. Basta uma operação matemática simples para se constatar que, se uma mulher tiver três filhos, perde um ano de aposentadoria!

Tal medida já seria completamente absurda quando a aposentadoria era, nos termos da lei, conquistada após determinado tempo de serviço (poder-se-ia argumentar, a rigor, que durante a licença as mulheres não estavam trabalhando). Mas o que dizer de hoje quando – por imposição do governo – ela só pode ser usufruída após 30 anos de contribuição? O que justificaria tal medida?

A novela da reforma da Previdência ainda não terminou e não sabemos como ficará o texto final. Mas o “lapso” dos congressistas, que deixaram o adendo passar em branco na primeira votação, não foi assim tão inocente. O velho Freud que o diga...

A reprodução humana e a fecundidade feminina são freqüentemente invocadas quando se trata de explicar e até justificar o estado de subordinação das mulheres, as desigualdades entre os sexos. A forma com que se utilizam a fecundidade e a reprodução é, a um tem-

po, simples e significativa: em última análise, a posição subordinada das mulheres se deveria a ‘constrangimentos biológicos naturais’ que pesam sobre elas, ou seja, seu ‘papel’ na procriação. Como afirma Paola Tabet:

“(…) Parece que se produz um deslocamento – que transparece também nos termos normalmente empregados – entre a capacidade e o fato de procriar, e este último, em vez de ser o resultado final de um processo que banalmente necessita dos dois sexos, transforma-se na essência, na própria natureza das mulheres”. (199: 65)

Esta concepção, defendida ao longo dos séculos, teve alguns expoentes privilegiados. No final do século IV e começo do V, Aurelius Augustinus, ou Santo Agostinho, como é mais conhecido, concebeu uma tese que “pavimentou o caminho não só para os séculos mas também para os milênios que se seguiram” (Ranke-Heinemann 1991:88) influenciando grande parte da humanidade. Ele imaginou que todos nascem em pecado porque são concebidos em pecado. E são concebidos em pecado porque o primeiro homem, Adão, pecou. O pecado original, para ele, associa-se ao sexo. Escreveu ele:

“Estou convencido de que nada afasta mais o espírito do homem das alturas do que os carinhos da mulher e aqueles movimentos do corpo sem os quais um homem não pode possuir sua esposa”.

Fica aqui postulada a eterna culpa da mulher pelas pecados do mundo. A mulher passa a ser, em outras palavras, a representante do desejo, a encarnação do demônio, a impura responsável pelos “pecados da carne”, pela sexualidade e pela reprodução.

Como afirma Ranke-Heinemann, em *Os eunucos no Reino de Deus*:

“As mulheres podem ter ficado surpresas com saber que só eram boas para a reprodução e desqualificadas para qualquer outra coisa que dissesse respeito à mente e à inteligência. Essa idéia foi formulada por São Tomás de Aquino em conexão com Santo Agostinho da seguinte maneira: a mulher é simplesmente útil na procriação e para cuidar da casa. Para a vida intelectual do homem não tem significado. Assim Santo Agostinho foi o brilhante inventor do que os alemães chamam de três kás (*Kinder, Küche, Kirche* - filhos, cozinha, igreja), uma idéia ainda viva, que com efeito continua a ser a posição teológica primária das mulheres na hierarquia da Igreja”. (1996:101).

As concepções de Agostinho tornar-se-ão herança de todas as gerações subsequentes de cristãos e influirão, pela compreensão da natureza humana, que induzem, o pensamento político e psicológico do Ocidente. Desenvolvidas mais tarde por Santo Alberto e São Tomás de Aquino, marcaram indelevelmente as relações de gênero na sociedade ocidental. Santo Alberto, por exemplo, considerava que “a mulher é menos qualificada

que o homem para o comportamento moral”, não passa de “um homem vil e bastardo”, um homem imperfeito – tese reforçada por São Tomás, para quem o sêmen, ao sair do homem, tem por objetivo reproduzir algo igualmente perfeito, ou seja, outro homem. Circunstâncias desfavoráveis é que fazem nascer as mulheres...

A burguesia impõe seu modelo baseado no controle das mulheres

E como cidadãos de classe inferior devem submeter-se aos homens, seus superiores “naturais”. O destino das mulheres é, pois, o de servir. Curiosa dualidade: criadas por Deus, ainda que de um pedaço de homem, a costela de Adão, as mulheres estão destinadas a serem a encarnação do demônio. “Dotadas” de impossibilidade de escolha entre o bem e o mal, elas tampouco recebem a redenção dos desvalidos. Para Santo Agostinho, elas estão destinadas eternamente a vagar sem rumo no limbo da ausência de liberdade, entre o purgatório e o inferno.

Ao conquistar o poder, pondo abaixo a hegemonia do cristianismo e a dominação da Igreja católica, a burguesia tem o cuidado de não revolucionar também a relação entre os sexos. A consigna da revolução francesa, *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, não incluía a igualdade entre os sexos. O contrato social desenhado por Rousseau era excludente. Era um contrato entre iguais, ou seja, entre homens.

Para justificar essa postura, Rousseau desenvolve uma teoria explicando que a mulher é por natureza inferior ao homem

graças à sua função na reprodução. Retoma, em outras palavras, o postulado de Santo Agostinho de que às mulheres cabe apenas procriar e obedecer...

A parte que cabe às mulheres no contrato acaba sendo exposta em *Emílio, ou da educação*, onde afirma que é necessário excluí-las da coisa pública, circunscrevê-las ao espaço doméstico:

“A obediência e a fidelidade que ela (a mulher) deve ao seu marido, a ternura e o carinho que ela deve aos filhos são conseqüências tão naturais e evidentes de sua posição que ela não pode honestamente recusar seu consentimento à voz interior que é seu guia, nem falhar em discernir seu dever na sua inclinação natural”.

Rousseau apresenta três argumentos para justificar por que o homem deve ser o patriarca: 1- porque deve haver uma autoridade final para decidir no caso de haver divergência de opinião; 2 - a mulher, por sua função na reprodução, é inferior ao homem; 3 - é indispensável que o homem tenha autoridade sobre sua mulher para ter certeza da paternidade de seus filhos.

Ao assumir o controle econômico, político e ideológico da sociedade, a burguesia impõe também seu modelo de produção e reprodução da vida, baseado no controle e adestramento das mulheres, cujo instrumento principal é o casamento civil.

Como lembra Paola Tabet, a espécie humana é uma espécie relativamente infértil. A essa relativa infertilidade agregam-se algumas características específicas da sexualidade nas fêmeas humanas: 1 - A pulsão sexual nas mulheres não está necessariamente ligada à procriação através de uma regulamentação hormonal constrangedora. Em outras palavras, não há sincronismo entre momento de ovulação (portanto de fertilidade) e pulsão sexual. 2 - O momento da fertilidade não tem sinalização, daí a dificuldade de

determinar o momento em que a concepção é possível. Ora:

“Na falta de uma pulsão sexual que leve as mulheres a copular quando a concepção é possível (...) o que pode assegurar o máximo de cobertura de possibilidades de concepção é a regularidade e a freqüência da exposição ao coito. Em outras palavras, o casamento”. (1985:69)

Em outras palavras, o casamento civil não passa de uma regra estabelecida pelas classes dominantes sobre como os indivíduos devem acasalar e ter filhos. Outras formas de controle podem ser



citadas, como as prescrições da Igreja, que impede o casamento de seus representantes para evitar herdeiros, o direito à perna dos senhores feudais, o uso das escravas pelo senhor. Na atualidade podemos lembrar as políticas de controle da natalidade e as novas tecnologias na área da reprodução humana, entre outras.

É importante destacar, como faz Tabet:

“Não há simetria nos papéis reprodutivos entre os dois sexos, e na maioria das sociedades conhecidas homens e mulheres ocupam posições diferentes nas relações de poder, o que torna extremamente improvável que uma intervenção social sobre a sexualidade seja neutra no que se refere às relações de sexo”. (1985:99)

De fato, o processo de controle da reprodução produz uma verdadeira especialização de sexualidade feminina para fins reprodutivos. Uma forma de dissociação entre sexualidade e reprodução: a divisão entre categorias de mulheres. Cria-se uma divisão básica entre aquelas destinadas à procriação e as destinadas ao exercício profissional da sexualidade, o que cria estereótipos como o das cortesãs e prostitutas, de um lado, e madonas e mães, de outro.

Outra forma de dissociação entre sexualidade e reprodução: a separação entre as faixas etárias. Uma vez na menopausa, a mulher é retratada socialmente

como um ser assexuado. Uma vez fora do ciclo reprodutivo, parece perder o direito ao exercício de sua sexualidade.

★ ★ ★

Se a procriação – e portanto a sobrevivência da espécie – é, até os dias de hoje, um atributo feminino, como explicar medidas sociais que, na prática, punem a maternidade? Na verdade, a maternidade tem sido empregada como uma forma de controle da sexualidade feminina e da reprodução. Embora exaltada em discurso, a maternidade não é reconhecida como função social. Embora diga respeito à própria sobrevivência da humanidade, à perpetuação da espécie e à reprodução da mão-de-obra, tem sido tratada como um problema privado, e não como questão social. Mais do que isso, é vista como “coisa de mulher”, uma questão que diz respeito apenas à parcela feminina da população.

O projeto neoliberal, como seu corolário de individualismo e privatização, tem contribuído para agravar este problema. A maternidade e o trabalho doméstico, verdadeiros territórios de confinamento feminino, invisíveis para o conjunto da sociedade, permanecem como encargos que se somam à busca do sustento e da sobrevivência. A falência de políticas públicas, o sucateamento das poucas delegacias de mulheres, o

fechamento das creches já conseguidas agravam ainda mais esse quadro.

O processo acelerado de privatização entra em choque com o anseio das mulheres de socializar a responsabilidade pela manutenção da vida e o cuidado com os filhos, exigência básica para sua verdadeira libertação.

OLIVIA RANGEL é jornalista e diretora da União Brasileira de Mulheres.

Bibliografia

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual, essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

POMPEU DE TOLEDO, Roberto. *Sexo e pecado*. Veja nº 12, ano 29, 20 de março de 1996, pp. 56-62.

RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus – mulheres, sexualidade e a igreja católica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SORRENTINO, Sara. *A classe operária e a questão de gênero*. Princípios nº 26. (42-47). São Paulo: Anita, 1992.

TABET, Paola. *Fertilité Naturelle, reproduction forcée*. In MATHIEU, Claude-Nicole (org.). *L'arraisonnement des femmes: essais en anthropologie des sexes*. Paris: Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.

DIFERENÇA NÃO É SÓ DE FORMA. A DIFERENÇA É CONTEÚDO.

Assine e dê PRINCÍPIOS de presente.

Nome _____

Endereço _____ Fone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Assinatura anual (4 edições) - 30,00 Assinatura especial (9 edições: 5 passadas + 4) - 45,00

Mande cheque nominal junto com seus dados para enviarmos a revista. Se preferir, ligue ou escreva dando nº de cartão Credicard e vencimento. Ou telefone para que enviemos a revista junto com boleto bancário.

Editora Anita Ltda. - Rua Monsenhor Passalacqua, 158 - CEP.: 01323-010 - São Paulo - SP - Tel.: (011)289-1331

Números disponíveis para assinatura especial ou compra avulsa: 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41. Preço: R\$ 5,00

125 anos da Comuna de Paris

*Ela anunciou o futuro.
Não deu à luz ao socialismo,
mas trazia-o no ventre*

“Há 125 anos, a França sofria a humilhação nacional da ocupação pela Prússia de numerosas províncias, com a capitulação do governo de Thiers. Junte-se a esse fato a intensa exploração em que vivia a classe operária francesa em plena ascensão – ainda que ‘adolescente’ – e o descontentamento dos setores manufatureiros, artesanais e da pequena indústria que, empobrecidos, resistiam à grande indústria. Estavam criadas as condições para a insurreição popular de 21 de março de 1871. A revolta espontânea do povo francês se transformou na primeira revolução operária internacional – a Comuna de Paris. Este ‘assalto aos céus’, como Marx o chamou, duraria apenas 72 dias, após os quais o governo de Thiers – então sediado em Versailles – desencadearia uma repressão terrível, traduzida no massacre de 25 a 30 mil pessoas abatidas nos quartéis, nas ruas, nas praças e na prisão e na deportação de milhares de outras. ‘O cadáver está no chão, mas a idéia está viva’, disse Victor Hugo a respeito desses acontecimentos.”

Assim, o jornal Avante, órgão central do Partido Comunista Português introduz uma entrevista com o historiador francês e estudioso da Comuna de Paris Claude Willard, que publicamos nesta edição. (A revista Princípios editou um encarte especial dedicado aos 120 anos da Comuna, nº 21, maio/junho/julho de 1991.)

PERGUNTA: Este “interregno” de 72 dias no capitalismo do século XIX que foi

a Comuna de Paris pode ser considerado como uma experiência democrática?

RESPOSTA: A democracia foi o seu traço mais marcante. O que a Comuna de Paris teve de essencial foi o fato de ser um governo do povo, pelo povo e para o povo. Ela é a democracia mais autêntica que existiu no mundo: uma democracia direta, que atribuía aos seus eleitos um mandato imperativo e revogável, com um controle permanente pelas massas populares, ou seja, pelos sindicatos e outras associações. É, portanto, a democracia direta que se exerce.

A segunda obra importante da Comuna é a obra social, evidentemente.

PERGUNTA: Que medidas destacaria pelo seu avanço e modernidade?

RESPOSTA: Particularmente um decreto que confiava às associações operárias e às associações sindicais a responsabilidade de pôr a funcionar as oficinas abandonadas pelos patrões (uma forma de autogestão), e algumas medidas essenciais, como a igualdade de salário homem/mulher, a supressão do trabalho noturno etc. Outro aspecto muito importante de que se revestiu reside no fato de os estrangeiros não só participarem na Comuna como assumirem também nela um papel dirigente – foi, por exemplo, o único Estado do mundo que teve um ministro estrangeiro. E também no plano laico há inovações. A França era o único Estado laico no fim do século XIX, com uma escola laica, gratuita e obrigatória. Há, pois, toda uma série de medidas que são medidas de vanguarda, em relação

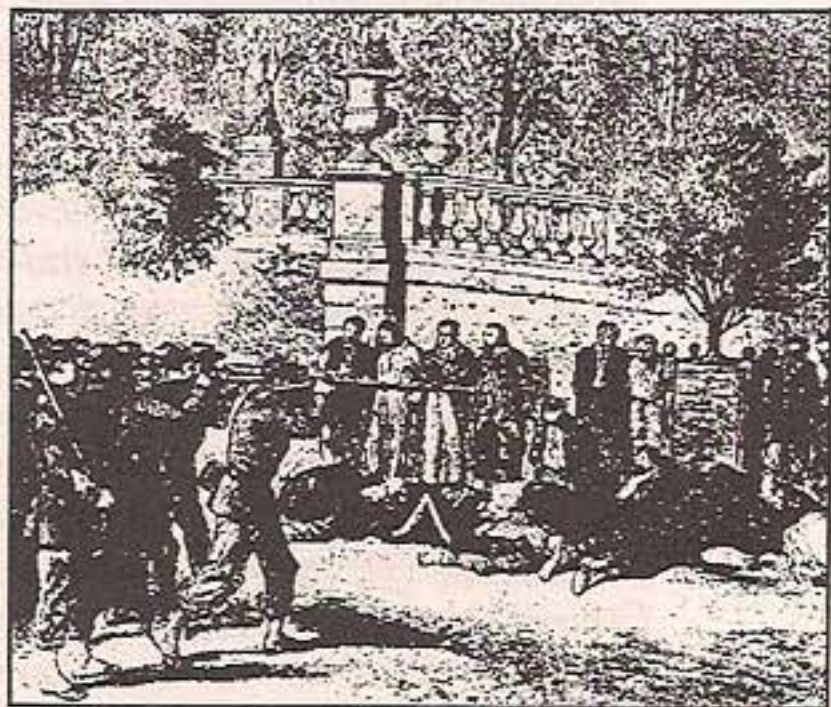
mesmo aos dias de hoje. E o papel das mulheres... As mulheres tiveram um papel extremamente importante na Comuna.

PERGUNTA: É certo ter havido um decreto que reconhecia os direitos dos filhos ilegítimos?

RESPOSTA: Absolutamente.

PERGUNTA: ... E reconhecia a igualdade absoluta das mulheres. Isso fazia “tremmer” as estruturas da sociedade, não?

RESPOSTA: Certo. Houve uma recusa da moralidade vigente. Efetivamente, a Comuna teve a audácia de, em relação aos filhos de casais casados, de casais vivendo em união livre ou em adultério, criar uma lei que atribuía a sua guarda sempre à mulher, quer fossem ou não casadas. Isto é sem dúvida importante. E também o é o lugar que a mulher ocupou na Comuna. Elas não se limitaram a socorrer os feridos: combateram nas



Execuções sumárias no Jardim de Luxemboug

barricadas, promoveram a escolarização, organizaram-se no plano político, nas oficinas autogeridas. Aliás, só o papel que desempenharam explica o ódio que lhes é manifestado pelos “versalhenses”, que criaram o mito das “petroleuses” – que de fato nunca existiram –, que acusavam de incendiar casas.

PERGUNTA: Pode-se considerar que foi a primeira tentativa de organização de um governo socialista?

RESPOSTA: Socialista, não. Um governo operário. A primeira revolução operária. A verdade é que não houve, que não se pode falar em socialismo. A Comuna não deu à luz o socialismo, ainda que o trouxesse no ventre. Não teve tempo. Medidas socialistas, propriamente, não houve. Por exemplo, as oficinas abandonadas pelo patrão não foram confiscadas. Foram postas para funcionar, naturalmente em seu benefício, mas não confiscadas. O que se passaria se a Comuna tivesse continuado é outro problema. Mas não foram socializados os meios de produção, que é, afinal, o que define o socialismo. A Comuna correspondia, no entanto, aos interesses do operariado, dos artesãos, dos camponeses – que nem chegaram a saber os importantes poderes que a comuna lhes tinha atribuído. Algumas medidas da Comuna foram mais tarde retomadas pela República, mas a grande medida da Comuna, segundo Marx, “foi a sua própria existência e ação”.

PERGUNTA: Apesar de tudo isso, a Comuna falhou. Estariam, afinal, criadas as condições para o avanço desse movimento?

RESPOSTA: Um historiador não pode usar “se”, não pode modificar o passado. A Comuna foi o que foi, simplesmente.

PERGUNTA: Que repercussões teve a Comuna nos movimentos operários europeus?

RESPOSTA: Houve uma influência imediata, tendo em conta o que então Marx

escreveu sobre a guerra civil na França e que foi universalmente lido. Por outro lado, houve “comunards” emigrados em numerosos países. Essa a razão por que, por exemplo, no mês de março, no Luxemburgo, promove-se uma festa – a festa dos “comunards” – celebrada pelos “comunards” que para lá foram. Havia muitos no estrangeiro, Itália... Em Cuba, por exemplo, vivia um “comunard” que desempenhava um papel importante na Armada espanhola e que se solidarizou com os cubanos na guerra da independência comandada por José Martí. Tendo morrido em combate, foi considerado herói nacional, e a casa onde vivia foi recuperada, tendo-se aí erigido o museu da Comuna. Não em todos, claro, mas pode-se dizer que na maior parte dos países há registros da passagem de “comunards”.

A Comuna influenciou fortemente todo o movimento operário internacional, nomeadamente a Revolução de Outubro. Lênin foi beber muito na história da Comuna. Mas não só Lênin. Também Rosa Luxemburgo, de forma diferente, é certo, se remete constantemente à Comuna.

PERGUNTA: Falou do papel das mulheres. Terá a Comuna influenciado também o movimento feminista?

RESPOSTA: Houve uma mulher que teve um papel muito importante na Comuna – Louise Michelle. Mas Louise Michelle não participou em absoluto em qualquer movimento feminista na Comuna. Ela era soldado, estava nas barricadas, ocupava-se apenas disso. Ao contrário, é depois da Comuna que ocorre o verdadeiro nascimento de Louise Michelle. Torna-se professora, continuará a apoiar os “comunards”, e, quando regressa à França, torna-se uma grande militante da causa da liberdade, incluindo a feminina. Mas durante a Comuna, não.

PERGUNTA: Vivemos uma época de crise social grave e generalizada. Aumenta o desemprego, alastra-se a pobreza, intensifica-se a exploração, ain-

da que sob formas mais sofisticadas. O Tratado de Maastricht põe em causa a soberania e a independência nacionais. Considera existir alguma semelhança entre as duas épocas?

RESPOSTA: Estou totalmente de acordo com a sua análise sobre a situação atual. Bem... Mas a situação é totalmente diferente da do tempo da Comuna.

PERGUNTA: Mas as condições objetivas para qualquer mudança existem?

RESPOSTA: Sim, estou de acordo. Mas só posso dizer que é preciso lutar e que os adversários são os mesmos. A propósito do Tratado de Maastricht – eu sou totalmente anti-Maastricht –, lembro que a Comuna propôs a livre federação das comunas da França, o que não tinha nada a ver com o espírito de Maastricht. Eles eram adeptos da soberania popular, mas de uma soberania local. Não se tratava de soberania nacional.

PERGUNTA: É certo que um historiador não pode mudar o passado, mas pode...

RESPOSTA: Ele não pode mudar o passado e não pode comparar duas situações tão diferentes. O que eu diria é que os ideais que guiaram os “comunards”, esses ideais permanecem vivos. É preciso lutar, como eles lutaram, não se resignar, procurar o progresso. Mas as condições mudaram completamente.

PERGUNTA: ... Mas pode, dizia eu, ter uma opinião sobre o futuro. Tendo em conta o seu conhecimento da História, que futuro pensa estar neste momento a desenhar-se?

RESPOSTA: O futuro é imprevisível. O que lhe posso dizer é que é preciso nunca renunciar à luta. A minha opinião é, sem dúvida, a de que é necessário aglutinar esforços, reconstituir a solidariedade internacional face ao Tratado de Maastricht. Juntar esforços para lutar ao mesmo tempo contra o “rei dinheiro”, o papel que o Tratado nos impõe, contra a dominação americana etc. É uma luta que pertence aos povos. ■

O capital numa época governada pela desrazão

FRANCISCO JOSÉ SOARES TEIXEIRA

As questões suscitadas por O capital, de Karl Marx, ainda mantêm atualidade nos dias de hoje?

Desde 1984, um grupo formado por Francisco José Soares Teixeira, fulano e ciclano, reuniu-se regularmente aos domingos para uma tarefa árdua: estudar O capital, de Karl Marx. Os dois anos iniciais foram de preparação – estudaram a filosofia e a economia anteriores a Marx, para melhor penetrar nos labirintos da dialética.

O resultado desse esforço está registrado num livro publicado no ano passado pela Editora Ensaio: Pensando com Marx, que reúne as anotações feitas por Francisco José Soares Teixeira nesse período de estudos, do qual extraímos o trecho abaixo. Trata-se de uma vigorosa defesa da atualidade do pensamento marxista e que, por isso, merece a atenção dos herdeiros desse pensamento.

José Carlos Ruy

Numa época em que o pensamento ontológico é considerado um pensamento superado, numa época em que a racionalidade das ciências reduziu a razão a uma ciência supostamente livre de valor, impõe-se, por força desse negativismo, perguntar como se justifica um livro comentando O capital, quando se diz que essa obra há muito tempo foi superada pela emergência de uma nova realidade,

qualitativamente diferente daquela em que viveu Marx.

O tom de pessimismo que transparece nessa questão é revelador do espírito de um tempo marcado por uma profunda crise no campo do saber, habitado por concepções relativas do pensar e por um ceticismo que chega ao limiar do niilismo. Esse comportamento negativista não é um mero fenômeno de consciência: ele se nutre de uma crise econômica anunciada desde o final da década de 60 e que se prolonga até os dias de hoje. Essa crise guarda características peculiares, que a distinguem das crises anteriores. Reportando apenas a uma dessas singularidades, parece bastante improvável que a presente crise seja seguida de uma nova fase prolongada de crescimento acelerado, pelo menos num horizonte próximo. Alega-se que um novo boom de crescimento e prosperidade econômica, semelhante àquele verificado no período que vai desde o final da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 70, não seja mais possível. Esse prognóstico pessimista apóia-se no fato de que a crise não pode mais provocar uma desvalorização massiva dos capitais existentes, pré-condição necessária para a retomada da taxa média de lucros. (Ver, a esse respeito, o livro de Ernest Mandel, A crise do capi-

tal: os fatos e sua interpretação marxista, São Paulo, Ensaio, 1990.) Dentre os valores apontados, que vêm pondo obstáculos à recuperação da taxa de lucros, ressalta-se a intervenção estatal. O argumento usado é mais ou menos o seguinte: o Estado, ao impedir a falência de grande parte dos capitais não competitivos, bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas e, assim, dificulta a retomada do crescimento de taxas próximas àquelas verificadas nos anos 50 e 60.

Diante desse quadro aporético, convém voltar à questão anteriormente levantada: que sentido teria uma leitura comentada de uma obra, quando se diz que seus conceitos e formas não são mais adequados para responder às ne-



cessidades do presente? Noutras palavras, argumenta-se que a estrutura de articulação de inteligibilidade do real de *O capital* só tem sentido sob a premissa de seus limites históricos, visto que seu objetivo de estudo é uma realidade historicamente determinada, portanto, afetada pela historicidade da realidade social. Em consequência disso, alega-se que essa estrutura não é mais capaz de dar conta de novos fenômenos do capitalismo contemporâneo. Os argumentos geralmente usados para demonstrar essa superação histórica são as transformações radicais por que passaram os processos de produção e a emergência de novas práticas e poderes do Estado. Acredita-se que essa ordem de acontecimentos implodiu as bases sobre as quais se assenta a teoria do valor-trabalho, jogando por terra seu núcleo racional.

Qual é a unidade chave na produção das riquezas?

Desenvolvendo melhor essa ordem de argumentos, quando se diz que as transformações operadas nos processos de produção implodiram a teoria do valor-trabalho, releva-se como tema de discussão o seguinte: a introdução da microeletrônica, da robótica, dos novos materiais de produção e de novas fontes de energia nos processos de trabalho deslocou o trabalho como unidade dominante na produção da riqueza. Agora, é a ciência que é elevada à condição de primeira força produtiva. Por isso, o trabalho passa por uma verdadeira revolução no sentido de que, doravante, a atividade produtiva passa a se fundar em conhecimentos técnico-científicos, em oposição ao trabalho rotineiro, repetitivo e desqualificado, que predominou na

fase do capitalismo liberal e nas primeiras décadas deste século. Em consequência dessa revolução, o trabalhador não é mais considerado como simples apêndice da máquina, mas sim como sujeito que regula o processo de trabalho, em vez de ser por ele regulado. E o mais contundente em tudo isso é o fato de se julgar essa inversão como representando a libertação material do trabalhador em relação à objetividade anônima dos processos de trabalho. (Para uma discussão dessas transformações por que vêm passando os processos de trabalho, ver Ruy Fausto, “A pós-grande indústria nos *Grundrisse* (e para além deles)”, in *Lua Nova*, revista de cultura e política, novembro de 1989, n. 19.)

Levando mais adiante essas transformações por que vem passando o capitalismo, argüi-se que a intervenção estatal pôs abaixo a clássica separação entre estrutura e superestrutura, de tal modo que a política não pode mais ser julgada apenas como um fenômeno superestrutural. Em apoio a esse tipo de argumento, lança-se mão do fato de que a economia não mais subsiste como um sistema auto-regulado e abandonado a si mesmo. Hoje a valorização do valor passou a depender dos mecanismos das políticas econômicas estabilizadoras dos ciclos econômicos. Por conta dessa repolitização da economia, Habermas, por exemplo, acredita que a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato perdeu sua eficácia. Em favor disso, ele argumenta que os determinantes do tempo de trabalho socialmente necessário se apóiam, atualmente, em critérios validados politicamente. Conseqüentemente, a ideologia da troca de equivalentes, ainda de acordo com Habermas, desmascarada teoricamente por Marx, foi destruída na prática. Esse desmoronamento prático da troca justa torna supérflua a tarefa da teoria do fetichismo, que consistia em desvelar o

“local oculto” da produção, isto é, o segredo da mais-valia.

Posta a natureza das objeções à validade histórica das análises de *O capital*, pode-se passar à sua crítica. Importa então perguntar se todas essas transformações alegadas por que passou o capitalismo podem ainda ser pensadas a partir da estrutura categorial de *O capital*. Noutras palavras, poder-se-ia indagar se essa nova realidade plasmada anula a análise marxiana e seus resultados.

No seu sentido mais geral, pelo menos, não é difícil responder a essas objeções. O capitalismo é um modo de produção afetado de negações que se tornam claras, quando se tem presente o modo como Marx as expõe em *O capital*. Na seção IV do livro I ele apresenta o capitalismo como um sistema que se desenvolve *através e por meio da* criação de uma sucessão de formas, que surgem em decorrência da luta do capital, para criar uma base adequada às suas exigências de valorização. Assim se explica, na história do capitalismo, o aparecimento das formas de cooperação simples, manufatura, grande indústria. Nessa última forma, o capital eliminou todas as barreiras que o impossibilitavam de dominar o trabalho. Realmente, a grande indústria destruiu o trabalho virtuoso, na medida em que, a partir de então, são as máquinas que empregam o trabalhador, e não o contrário, como ocorria nas formas anteriores. De modo que, assim, pela primeira vez, o trabalho abstrato ganhou uma realidade tecnicamente tangível. Como assim? A nivelção geral das operações permitiu o deslocamento dos trabalhadores, efetivamente ocupados, de uma máquina para outra, em tempo muito breve e sem a necessidade de um adestramento especial.

Além dessa nivelção geral do trabalho, a grande indústria possibilitou ao capital libertar-se dos limites de um mercado basicamente determinado pelo

consumo pessoal. A criação de um departamento especializado na produção de máquinas, equipamentos, instalações etc. deu liberdade ao capital para investir para além da capacidade de consumo pessoal da população. E o mais importante é que a criação desse departamento, ao permitir a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, deu condições ao capital para controlar o nível e o movimento dos salários, posto que a demanda por trabalho passou a crescer menos do que a procura por esses instrumentos mudos de trabalho.

Vê-se, assim, que a grande indústria se apresenta como sendo aquela forma em que todas as barreiras que impediam a dominação do capital sobre o trabalho foram superadas. Ressalta-se, porém, que essa superação não permite ao capital se afirmar como sujeito absoluto, no sentido forte do absoluto hegeliano. E não o pode porque os meios aos quais ele recorre para impor sua dominação sobre a sociedade são, ao mesmo tempo, negadores desse absoluto. Realmente, para erigir-se como força que aspira a tudo dominar, o capital precisa desenvolver, incondicionalmente, as forças produtivas. Ao fazê-lo, ele “nega” as bases de sua própria valorização: o trabalho vivo como criador de valor.

A grande indústria não pôde eliminar essa contradição. Ao contrário, ela a aguçou ainda mais, o que levou o sistema a se deparar com uma das duas possibilidades: (1) ou reiniciar uma nova sucessão de formas de produção de mercadorias, (2) ou desembocar numa crise final, decretando, assim, a morte do próprio sistema.

As transformações ocorridas hoje na sociedade capitalista, e antes referidas, atestam que, dessas duas possibilidades, a primeira foi a que de fato se concretizou. Realmente, as modificações operadas nos processos de produção se fizeram em nome do capital. Por

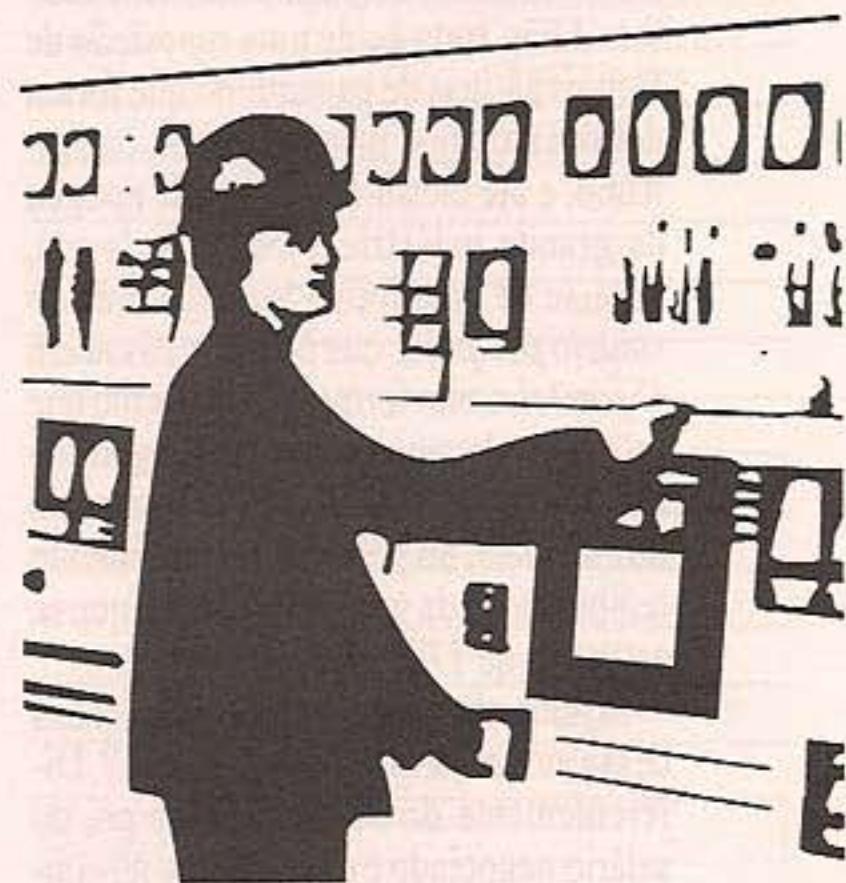
conta disso, o desenvolvimento da ciência, que se tornou a primeira força produtiva, não redundou na criação de um tempo livre de trabalho, como possibilidade concreta para o pleno desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais dos indivíduos. Enquanto o desenvolvimento das forças produtivas for mediado pela forma capital, o saber técnico e científico permanece uma mercadoria chave e fundamental na concorrência capitalista. E na concorrência, como diz Marx, “(...) não se põem como livres os indivíduos, senão que se põe como livre o capital”. Assim sendo, a promessa de liberdade, que a concorrência traz em si, se interverte em não-liberdade; não porque as forças produtivas, depois de certo estágio de desenvolvimento, rebelaram-se contra os homens, mas sim porque esse desenvolvimento mesmo se realiza dentro de uma forma social fetichizada, de uma forma social coisificada, em síntese, de uma forma social que é formada de desenvolvimento não do homem, mas do capital.

Mas para se restringir apenas aos efeitos imediatamente diretos das inovações por que passaram os processos de produção, pode-se argumentar que o domínio das ciências sobre os processos produtivos não dispensou o trabalho vivo como fonte produtora de valor e de mais-valia. É claro que as grandes unidades de capital transformaram o *layout* de suas estruturas produtivas num gigantesco esqueleto mecânico, em cujas vértebras se pode caminhar metros e mais metros sem encontrar uma “viva alma”. Embora esse esqueleto possa se automovimentar, tenha nele mesmo a fonte de seu movimento mecânico, ele, contudo, precisa de uma fonte “externa” que o alimente. A subcontratação é essa fonte. As grandes corporações contam hoje com uma rede de pequenas e microempresas espalhadas ao seu redor, que têm como tarefa fornecer os *inputs*

necessários, para serem transformados em *outputs* por aquele monstro mecânico. Além disso, essas grandes unidades de produção contam com um enorme contingente de trabalhadores domésticos, artesanais, familiares, que funcionam como peças centrais dentro dessa cadeia de subcontratação. Constituem-se todos como fornecedores de trabalho “materializado”, porque, agora, a compra e a venda de força de trabalho são veladas sob o véu da compra e da venda de mercadorias semi-elaboradas. Segundo Harvey:

“A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. Na Inglaterra, os ‘trabalhadores flexíveis’ aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6%, ficando em 15,6 milhões (...). Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos 10 milhões de empregos criados nos EUA estavam em categorias temporárias”. (David Harvey, op. cit., p. 44)

Mas isso está longe de constituir o fim do trabalho abstrato, enquanto for-



ma de estruturação e socialização dos trabalhos privativos. Ao contrário, trata-se de uma forma de dispêndio de trabalho que levou às últimas conseqüências o trabalho abstrato, como forma específica e particular de produção de valor e de mais-valia. Com efeito, esses “novos” trabalhadores, metamorfoseados em vendedores de “trabalho objetivado”, porque não mais fazem parte da estrutura interna da empresa, são obrigados a fazer do seu trabalho pessoal a razão do seu sucesso como produtores de mercadorias. Como sua capacidade empresarial depende diretamente do seu esforço pessoal, do seu trabalho próprio, sua atividade, mais do que nunca, é para eles um meio que lhes permite existir. É o ter que trabalhar para viver. Por isso, suas vidas são invadidas pelo trabalho, o que faz deles meros suportes de uma atividade que tem nela mesma sua finalidade e sua razão de ser.

Levando mais longe essa radicalização do trabalho abstrato na realidade contemporânea, descobre-se que essa sua nova estruturação potencializa enormemente a exploração da mais-valia. Isso pode ser demonstrado quando se analisam as peculiaridades características das formas de pagamento do trabalho. Aliás, trata-se de uma *reposição* de formas antigas de pagamento que foram dominantes nos primórdios do capitalismo, e até mesmo na época de apogeu da grande indústria. Noutras palavras, trata-se de uma forma transfigurada do *salário por peça*, que Marx analisou em *O capital*, como forma de pagamento que serviu de alavanca para o prolongamento do tempo de trabalho e rebaixamento dos salários, no período de crescimento tempestuoso da grande indústria, que se estendeu de 1787 a 1815.

Quais são, então, as peculiaridades dessa nova forma de pagamento? Diferentemente do salário por tempo, do salário negociado e estabelecido no con-

trato de trabalho, a receita dos trabalhadores “vendedores de trabalho objetivado”, ao contrário, depende do quantum de mercadorias que eles fornecem às unidades finais de produção. O valor do seu dia de trabalho se mede pelo trabalho dispendido, pelo número de unidades que produzem. Seu salário é, portanto, determinado por sua capacidade de produção por unidade de tempo.

A particularidade dessa forma de pagamento transforma-a numa das mais adequadas ao modo de produção capitalista. Ela se torna uma fonte fecunda de descontos salariais e de fraudes dos capitalistas. Não é difícil imaginar por quê. Como a qualidade do trabalho passa a ser contratada pelo produto, são as unidades finais de produção que estabelecem esse controle. E elas o fazem mediante um manual de procedimentos que especifica o tipo de produto e/ou serviço exigidos. E não é só isso. Elas predeterminam o tempo de trabalho necessário de cada produto e serviço – conseqüentemente, também os seus preços. Com relação ao primeiro aspecto, o controle de qualidade, a unidade final de produção submete os vendedores de “trabalho materializado” a uma vigilância constante, que se faz por meio de auditorias periódicas. Nessas auditorias verifica-se se os produtos têm arranhões ou outro tipo qualquer de defeito que prejudique sua qualidade. Caso isso ocorra, os custos são suportados pelos fornecedores, que poderão perder, inclusive, seus contratos de venda. Quanto ao tempo de trabalho necessário que deva ser dispendido em cada unidade de mercadoria ou venda de serviço, a empresa compradora fixa esse tempo e faz dele a base de pagamento de seus fornecedores. Se o fornecedor consome tempo maior do que aquele determinado pela empresa, ele é obrigado a arcar com os prejuízos. (Para uma análise mais demorada dessas formas de contratos entre fornecedores e

compradores, veja Francisco José Soares Teixeira, “Terceirização: os primeiros serão os últimos”, in *Fontes de estudo sobre o mercado de trabalho*, Fortaleza, Sine/Ce, 1993.)

Mas isso não fecha de todo o processo de potencialização de produção de mais-valia que essa nova forma de trabalho abstrato encerra. Nessa nova forma, o trabalhador se torna, ele próprio, uma fonte potencializada de auto-exploração. Visto que seu salário depende da quantidade de mercadorias produzidas por unidade de tempo, é de seu interesse, diz Marx, ao analisar as características do salário por peça, “(...) aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal” (*O capital*, v. II, p. 141).

Finalmente, há ainda que se destacar que essa nova forma de estruturação do trabalho abstrato abre espaço para o surgimento de todo tipo de parasitas que se interpõem entre o capitalista e o trabalhador: o subarrendamento do trabalho. Torna-se lugar comum hoje o que era prática na Inglaterra no século passado, e que Marx assim constatou: “(...) O salário por peça permite ao capitalista concluir com o trabalhador principalmente (...) um contrato de tanto por peça, a um preço pelo qual o próprio trabalhador principal se encarrega da contratação e pagamento de seus trabalhadores auxiliares. A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza aqui mediada pela exploração do trabalhador pelo trabalhador” (Id. *ibid.*, p. 141).

FRANCISCO JOSÉ SOARES TEIXEIRA é Professor de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará. Este artigo é parte de um capítulo do livro *Pensando com Marx*, editado pela Ensaio (São Paulo) em 1995.

Hegel em português do Brasil

Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830). G. W. F. Hegel. Tradução de Paulo Menezes, com colaboração do Pe. José Machado. São Paulo: Loyola, 1995.

Muitíssimo falada e pouquíssimo conhecida – eis uma boa consideração que se pode fazer a respeito da dialética de extração hegeliana. Graças à sua “popularização” por conta dos escritos marxianos, a obra de Hegel desperta até hoje enorme curiosidade e gera também imensa confusão sempre que aparece em cena (no meio acadêmico ou fora dele). Escrito originalmente em alemão, com poucas e muitas vezes controvertidas traduções, o trabalho desse pensador alemão acaba se tornando matéria exclusiva de (raros) especialistas, permanecendo, em sua enorme riqueza, inacessível ao grande público.

Dentro do universo hegeliano, constituindo um conjunto à parte ainda mais complexo dada a natureza do tema, encontram-se os textos referentes à lógica, a saber a *Ciência da lógica* (em três volumes), também conhecida como “Grande lógica”, e a primeira parte (volume I) da *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*, denominada *A ciência da lógica*, conhecida por “Pequena lógica”.

No que tange às dificuldades de acesso aos textos, os brasileiros temos agora um bom alento: as Edições Loyola lançam, numa respeitável tradução em “português do Brasil” (existe uma edição portuguesa de 1988, de Edições 70, de Lisboa, com tradução de Artur Mourão), a “Pequena lógica” de Hegel. Esta versão da lógica hegeliana possui um caráter esquemático, visto ter sido elaborada para servir de base às aulas de Filosofia que Hegel assumiu em Heidelberg em 1816. Nesse sentido, a edição brasileira tem a enorme vantagem de trazer, além das notas inseridas pelo

próprio Hegel ao longo das três edições que o texto ganhou ainda em vida do autor (1817, 1827 e 1830), também os adendos orais (que a versão portuguesa não traz). Tais adendos são anotações das explicações que Hegel fornecia em suas aulas, colhidas pelos próprios alunos.

Como se vê, temos agora, graças a essa edição brasileira, uma oportunidade ímpar de, com um pouco menos de dificuldade, tomar contato com esse texto essencial da obra de Hegel. Por que essencial? Bem, Lênin escreveu em seus *Cadernos filosóficos* que “é completamente impossível entender *O capital* de Marx, e, em especial, seu primeiro capítulo, sem haver estudado e compreendido a fundo toda a lógica de Hegel”. Se Lênin está certo e se Marx não é um cachorro morto, como muitos desejariam, parece indiscutível, por difícil que seja, a necessidade de uma aproximação com a lógica hegeliana. A esse respeito,

aliás, temos à nossa disposição e, para nossa felicidade, também escritos em português, os trabalhos do professor Ruy Fausto, seguramente a leitura mais rigorosa de Marx já empreendida à luz da dialética. Não será, pois, por falta de auxílio (editorial e intelectual) que deixaremos de conhecer o verdadeiro Marx, que, segundo o mesmo Lênin, nenhum marxista havia ainda entendido, precisamente por desconhecer a lógica de Hegel. E para que serve hoje conhecer Marx corretamente? Bem, isso é uma outra conversa, mas, para aqueles que ainda julgamos ser possível resistir à barbárie de um mundo completamente fetichizado, nada mais importante do que compreender a natureza do capitalismo. E isso ninguém fez melhor do que Marx! Não custa lembrar também que foi o próprio Hegel quem nos ensinou que a modernidade se define exatamente pelo dilacerado processo em que o homem adquire consciência de sua capacidade de fazer o mundo. Vamos nos deixar embalar pelo canto de sereia do pós-modernismo?

Leda Maria Paulani

(Professora do Departamento de Economia da FEA/USP e do IPE/USP)

Ficção que remete à realidade de enxergar sem ver

Ensaio sobre a cegueira. José Saramago. São Paulo: Companhia das Letras, 2. ed., 1996.

Ensaio sobre a cegueira, embora uma ficção, remete à nossa dura e complicada realidade. Ao lê-lo, fica a sensação de algo muito próximo. É um romance que retrata muito bem esta época bastante conturbada, na qual as certezas não são tantas – um mundo onde “im-

peram, de um lado, a velocidade, a ganância e a abstinência moral e, de outro, a profecia e um misticismo compensatórios”, como diz a apresentação do livro.

De repente, um homem se descobre cego, em meio ao trânsito, parado em um semáforo. É o primeiro caso de uma série

de outros. A cegueira não é uma cegueira comum, mas uma “treva branca” (como um mar de leite), uma luz ofuscante. E por que uma treva branca, e não uma cegueira negra? É como se o autor nos dissesse que a realidade é tão intensa que nos ofusca a visão. Enxergamos mas não conseguimos ver. Habitamo-nos às misérias humanas de tal forma que não as vemos mais. Chama a atenção, dessa forma, para a necessidade de termos olhos quando os demais já os perderam. “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.”

Contagiosa, a cegueira se espalhará por toda cidade, formando em pouco tempo uma multidão de cegos que precisará aprender a viver de novo, em quarentena. O autor remete suas personagens, dessa forma, às necessidades e afetos mais básicos, colocando-os no limiar de sua condição humana.

Propositadamente não os nomeia: “não disse como se chama, também saberá que aqui não tem importância”. A cegueira e as condições nas quais são obrigados a viver tira-lhes a possibilidade da individualidade. Apenas os descreve, fazendo-nos acompanhá-los por essas descrições: o primeiro cego; a mulher do primeiro cego; o médico que atende o primeiro cego; a mulher do médico; a mulher de óculos escuros, paciente do médico; o menino estrábico, também paciente do médico; o velho da venda preta. Em torno dessas personagens a história se desenrolará.

Confinados em um hospício desativado, são entregues à sua própria sorte. Não poderão contar com nenhuma intervenção externa, diz uma voz no alto-falante. Soldados depositam diariamente caixas com alimentos na entrada do hospício, com ordens expressas para não se aproximarem dos cegos e fuzilarem os que se atreverem a sair da quarentena.

Enquanto são poucos, os cegos conseguem manter um mínimo de ordem, mas a população aumenta a cada dia, tornando inviável a mínima organização. Dejetos se espalham por todo o chão. Fedores, fome, medo, desesperança são as sensações mais presentes. É formada uma quadrilha de cegos que, pela força,

obtem o controle dos alimentos, dos objetos de valor, das mulheres.

Apenas uma pessoa continua enxergando. Fingira estar cega para acompanhar o marido, e a ela cabe a responsabilidade de enxergar, quando os demais já não podem fazê-lo. Isso, ao contrário do que foi dito pelo jornalista Marcelo Coelho, em sua resenha, não dá ao leitor uma sensação reconfortante de poder desfrutar com o autor de uma suposta lucidez crítica. Dá, isso sim, uma sensação inquietante da extrema responsabilidade de nos compreendermos como seres humanos, cheios de medos, fraquezas, mesquinhas, e da necessidade de nos domarmos, para não perdermos o resto de lucidez ainda existente.

Mas o autor, antigo comunista, não perde a perspectiva. Apesar dos horrores ao qual nos remete, nos dá algumas

indicações de que nem tudo está perdido, e que mesmo em pleno caos há resquícios de humanidade. É o caso do guarda que titubeia em atirar nos cegos, pois lembra que não está imune à cegueira.

Abusando das vírgulas e descartando os travessões, numa escrita que se aproxima da fala cotidiana, Saramago nos leva numa leitura instigante e interessante. Sem dúvida, *Ensaio sobre a cegueira* é um romance que deve ser lido e apreciado por todos aqueles que acreditam que o ser humano é um ser em construção e que ainda há muito a ser compreendido e resgatado.

Antônia Rangel

(Coordenadora do Centro de Estudos
Sindicais e mestranda
em História pela Unesp/Franca)

Literatura de *outdoor*

Polígono das secas. Diogo Mainardi, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Tem escritor que escreve pensando em construir uma biografia: a sua. O livro é apenas um suporte de uma projeção pré-elaborada. *Polígono das secas* é sujeito e objeto desse tipo de arrivismo narcisista ou carreirismo disfarçado de anticarreirismo. Ou melhor: perda total da noção do ridículo, o conflito entre o capuz de preposto *enfant terrible* e a fralda de *enfant lord*. São aspectos que resumem o desejo de ser maldito ou ser mal dito do *outdoor*. A idéia de forjar uma auréola de “maldição” em torno do autor está na base da concepção do livro: ser do contra pelo simples desejo de ser do contra. Esse tipo de procedimento, questionável ou não, como forma de representação artística, não deixa de ser um recurso válido. Quando “cola”, dá dinheiro, prestígio – assim como, também, não deixa de ser uma atitude sofisticável, comprometedora da idéia de ousadia estética. O que é lamentável em

um país tão carente de novos influxos criativos na arte de escrever.

Polígono das secas é uma alegoria, uma narrativa des/contínua sem tempo e espaço definidos. Disposto em capítulos curtos como retalhos de um sertão sem carne e sem osso, celebra Untor, uma espécie de anti-herói sub-cibernético, um benzedor às avessas, escatológico. Maneta, um olho de vidro, manto preto, lenço vermelho, barba ruiva e um caldeirão de ferro para unções fatais, Untor é papangu com porte de nobreza de papafigo. Um simulacro subnutrido da leitura sertaneja de Glauber Rocha, em *Deus e o Diabo na terra do Sol* e *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*. Ou mesmo da metacrítica evocativa da prosa roseana do próprio Glauber, em *Riverão Sussuarana*, para ficarmos ao pé da letra.

Polígono das secas é uma reportagem telegráfica baseada em fontes “bio-

bliográficas” (como se orgulha o autor), mas fechada à imaginação, sobretudo do leitor. É um livro de autista para autista. O recurso da intervenção transita da tese à ausência de tese, através de um discurso autoritário, tipo “Para fins desta história considera isto, proíbe isso, acha isso e aquilo”. É mal-humorado, porém carente de ironia. E isso é o maior castigo para o tamanho do balaio de pretensão do autor. Pela forma como reduz o argumento técnico da intervenção a um distanciamento físico e crítico, impossibilitando ao leitor o diálogo e a cumplicidade, tem-se a impressão de que o apelo a esse recurso revela a carência de fôlego e a “mediocriatividade” do autor.

A desvinculação da literatura da vida é outro *imbroglio* da empreitada de Diogo Mainardi, iconoclasta de segunda-mão. No meu sertão tribalizado vale tudo, tudo vale. Não há uma mínima densidade humana. Há uma inquietante equivalência ética e moral entre senhores e servos de tal absurdo que o autor é incapaz de diferenciar os usineiros de Alagoas dos favelados que se alimentam de carne humana nos lixos hospitalares em Pernambuco.

Na pretensão a “pus-moderno”, o filho do sucedido publicitário paulista dirige sua meta/crítica (se há) rala ao culto da miséria, ao sadomasoquismo, à visão idílica e lírica do sertanejo em escritores como Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, e poetas como João Cabral de Mello Neto. Uma simplificação, o oposto da tese que o autor propunha sustentar no espaço da “criação literária”. E mais: desvincular o fenômeno social da literatura brasileira sem a compreensão humana é um reles deboche. Colocado no plano da construção artística, *Polígono das secas*, perto da operação (possível/impossível) fantástica da literatura de cordel, também não é nada.

Nessas circunstâncias, não tão absurdas, imagine-se à luz da intolerância do crítico Derivaldo, digo, Diogo Mainardi. Qual seria a largura de sua sentença ou a extensão de sua pena, ante a excessiva arbitrariedade (derivada da ignorância

profissional) com que opera os signos e símbolos nordestinos em seu *Polígono das secas*? Se o autor tivesse estendido o “focinho” em direção à complexidade de um Gilberto Freyre ou de um Josué de Castro, talvez aprendesse a escrever.

P.S.: Para fins explícitos ao leitor, o resenhista recomenda a leitura – sem ordem de grandeza – dos livros *Ana de Ve-*

neza, de João Silvério Trevisan, *Amor?*, de Ivan Ângelo, e *O anjo do adeus*, de Ignácio de Loyola Brandão. E recomenda àqueles possíveis leitores de PS que se sentirem lesados pelo pretense romance à milanesa que procurem o PROCON de sua cidade.

Arnaldo Xavier

A poesia dos Cadernos negros

Cadernos negros, volume 19, poemas afro-brasileiros. Al Eleazar Fun et alii. São Paulo: Quilombhoje/Anita Garibaldi, 1996.

1978: a sociedade civil promove vários atos de contestação ao regime autoritário. Entidades do movimento negro, no bojo desse processo, também se mobilizam em ações de afirmação da cidadania de uma população secularmente excluída. Na sede do extinto CECAN (Centro de Cultura e Arte Negra), na Bela Vista, um grupo de autores se reúne para publicar um livro de poemas chamado *Cadernos negros*. A idéia de que os *Cadernos* se tornassem uma série logo criou corpo e, mais tarde, um dos seus criadores – Cuti – iria também ser o co-fundador de um grupo dedicado a discutir e publicar contos, poemas e ensaios afro-brasileiros. Esse grupo, chamado Quilombhoje, consolidou-se em 1982, quando recebeu autores como Oubi Inaê Kibuko, Sônia Fátima da Conceição, Esmeralda Ribeiro, Miriam Alves e Jamu Minka, o qual também havia ajudado a criar os *Cadernos*. A partir desse momento, o Quilombhoje começou a organizar a série.

Cadernos surgiu como resposta ao racismo vigente e ao descaso dos editores. É publicado anualmente, alternando poesias e contos e, em 1994, passou a ser co-editado pela Anita Garibaldi. O mais recente volume, *Cadernos negros* 19, traz vinte e quatro poetas de várias regiões do Brasil e uma rica trama de símbolos, imagens e conceitos extraídos da experiência pluricultural dos autores.

O livro mostra uma face especialmente interessante da poesia: sua dimensão social e histórica, a qual é expressa pela abordagem que se faz da verdadeira história dos afro-brasileiros, uma história extraída dos subterrâneos da memória.

Os poetas também mergulham em temas como a fome, o feminismo, a violência urbana, a batalha das classes excluídas e o preconceito racial contido nas relações humanas do dia-a-dia. Mas é, sobretudo, na mobilização de energias voltadas para a celebração da vida, para a exaltação da continuidade de lutas, sonhos, esperanças e amores, é aí que se encontra a força dos poemas, com seus versos polirrítmicos, com suas variadas formas, com sua musicalidade herdada de tradições africanas. Preste-se bastante atenção aos trabalhos de Conceição Evaristo, Cuti, Esmeralda Ribeiro, Jamu Minka, Jorge Siqueira e Lepê Correia, dentre outros de marcante beleza.

Este novo livro, o qual também conta com o apoio da Editora Convivência, é mais um lançamento do Quilombhoje e da Anita Garibaldi que tende a reverter o quadro de omissão e silêncio em relação à poesia afro de um país multi-étnico. Este volume também mostra como a literatura pode se tornar uma forma de resistência cultural.

Márcio Barbosa

A sedução das metáforas

O carteiro e o poeta (Il postino). Direção de Michael Radford. Abril Vídeo.

A maioria dos filmes exibidos nos cinemas ou na tevê têm imagens que não se fixam na retina, meio caminho andado para não chegar à memória do coração. Explico: quem vai se lembrar daqui a algum tempo de quantos árabes ou russos ou turcos mataram os brutamontes Arnold Schwarzenegger, Bruce Willis, Stallone ou Van Damme em seus filmes de ação? Mas, felizmente, em meio às picaretagens hollywoodianas que chegam às telas, há sempre alguma coisa delicada e emocionante.

Um exemplo é *O carteiro e o poeta*, do diretor inglês Michael Radford, ainda em cartaz em alguns cinemas e já nas locadoras, em lançamento da Abril Vídeo. A história é simples. Perseguido no Chile por motivos políticos, o poeta comunista Pablo Neruda (Philippe Noiret) chega à Itália em 1951. Recebido com festas em Roma, logo é confinado numa afastada ilha da costa napolitana.

Enquanto isso, o dono do correio, também um militante comunista, busca um carteiro alfabetizado e com bicicleta

para fazer a entrega diária das cartas que chegavam de todas as partes do mundo para o ilustre exilado. Sem ocupação fixa, o filho de pescador Mario Ruoppolo (Massimo Troisi) consegue o emprego. Pouco a pouco, o tímido aprendiz de carteiro vai se aproximando do aparentemente inatingível poeta.

Em idas e vindas à casa de Neruda, começa a nascer uma sólida amizade entre o simplório carteiro e o escritor sofisticado. São dois mundos de culturas diferentes que se encontram frente a frente, iluminados por versos tocantes (“Sucede que me canso de ser homem”), lirismo e humanismo. Cada vez mais, Mario aprende com o poeta para que serve a poesia e o significado das metáforas, penetrando, assim, no mundo das imagens luxuriantes e sensuais, com as quais busca conquistar o amor da bela e difícil Beatrice (Maria Gracia Ruccinota). Do trabalho no mar vem uma dessas imagens, inspirada na vida do pai pescador, que aparece no famoso livro de Neruda *Vinte poemas de amor e uma canção desesperada*: “In-

clinado nas tardes atiro minhas redes tristes em teus olhos oceânicos”.

Na verdade, a poesia transforma o carteiro Mario em um novo homem, capaz de dar lições de humanidade ao mestre, quando diz que “a poesia não pertence àqueles que a escreveram, mas sim àqueles que precisam dela”. Descobre ainda, na compreensão das palavras, que a poesia pode ser um canal de ligação e união entre os homens. Quando Neruda parte do seu exílio, Mario, saudosos do amigo, usa um gravador para fazer o seu registro poético, com os infinitos sons que brotam da ilha onde nasceu. É o marulhar das águas do Mediterrâneo, em ondas curtas e longas; o vento no cimo da ilhota roçando as folhas da vegetação; o coração de seu filho, que vai se chamar Pablo em homenagem ao poeta, ainda no ventre de Beatrice; ou as badaladas do sino da igreja, incluindo uma reclamação do pároco local.

Sai do cinema com um travo triste no peito, mas com esperança. A morte do carteiro pela repressão num comício em Roma, antes de ler um poema dedicado ao amigo Neruda, mostra que ele e muitos homens buscavam, como outros buscam hoje, o caminho certo em direção ao futuro.

Roniwalter Jatobá

O ator, o autor, o diretor e a personagem

Doente cardíaco crônico, Massimo Troisi morreu logo depois do término das filmagens de O carteiro e o poeta, em 1994, aos 41 anos. Grande comediante, foi ele quem praticamente comandou o projeto do filme e, com olhos sempre arregalados, desempenhou seu papel à perfeição. Nascido em Nápoles, Troisi participou de dois dos melhores filmes de Ettore Scola: era o criado do herói em A viagem do Capitão Tornadoro e o projetista do cinema em Splendor.

O filme é baseado num romance de Antonio Skarmeta, escritor chileno radicado em Berlim. No original, o livro chama-se Ardente paciência, uma referência a um verso de Rimbaud citado por Neruda ao receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1971: “Na aurora, armados de uma ardente paciência, entraremos nas esplêndidas cidades”. Na adaptação cinematográfica, a história sofreu duas modificações. A ação se passa no Chile, na Isla Negra, e, no filme, é transferida para o Sul da Itália. Troisi fez o carteiro com 40 anos, e, no livro, a personagem era um rapaz de 14 anos.

Antes de dirigir O carteiro e o poeta, o diretor inglês Michael Radford já tinha três filmes em seu currículo: Another time, another place, Incontrolável paixão e 1984. Em entrevista aos jornais, ao ser indagado do motivo de seu interesse pela literatura, respondeu: “Porque sou um homem instruído. Estou interessado em literatura e em seu poder. Ela é muito importante para todos nós. Foram feitos poucos filmes sobre o poder da literatura”.

“Embora eu tenha me tornado militante muito mais tarde no Chile (em 1945), quando ingressei oficialmente no partido, creio ter-me definido como um comunista diante de mim mesmo durante a Guerra da Espanha.”

Assim o poeta Pablo Neruda, em seu livro de memórias Confesso que vivi, explica a escolha de seu caminho político. Neruda nasceu em 12 de julho de 1904, na cidade chilena de Parral. Seu nome era Ricardo Elicier Neftalí Reyes Basoalto, e só aos 16 anos adotaria o pseudônimo que o tornaria famoso. Marxista e revolucionário, cantou as angústias da Espanha de 1936 e a condição dos povos latino-americanos e seus movimentos libertários. Diplomata desde cedo, foi cônsul na Espanha e no México. Desenvolveu intensa vida política e pública, enquanto publicava obras como Espanha no coração, Terceira resistência, As uvas e o vento e Canto geral. Visitou o Brasil em 1945. “Fiquei surpreso quando vi a multidão que enchia o estádio do Pacaembu, em São Paulo. A meu lado, Prestes, diminuto de estatura, pareceu-me um Lázaro recém-saído do túmulo, elegante e correto para a ocasião. (...) Li um poema em sua homenagem que escrevi poucas horas antes. (...) Apesar de meus temores, o poema lido em espanhol foi compreendido pela multidão. A cada linha de minha leitura pausada estalava o aplauso dos brasileiros. Aqueles aplausos tiveram profunda ressonância em minha poesia. Um poeta que lê seus versos diante de cento e trinta mil pessoas nunca mais será o mesmo, nem pode escrever da mesma maneira depois dessa experiência”, recordava o poeta. Indicado à presidência do Chile em 1969, renunciou em favor de Salvador Allende. Faleceu em 23 de setembro de 1973 em Santiago, oito dias depois da queda do governo da Unidade Popular e da morte de Salvador Allende.

R. J.

Minha escola é a melhor.



Brasília tem o melhor ensino público do País.

O Ministério da Educação tirou a prova.


A escola pública no Brasil acaba de passar por uma prova. Para avaliar a qualidade do nosso ensino, o Ministério da Educação fez uma ampla pesquisa em todos os estados, onde alunos de 1º e 2º graus foram submetidos a uma bateria de testes.

Os alunos de Brasília conquistaram os primeiros lugares. Esse desempenho é resultado da prioridade dada ao ensino público pelo Governo Democrático e Popular e do empenho e preparo técnico dos nossos professores.



**GOVERNO DO
DISTRITO
FEDERAL**

Educação em 1º lugar



Maria Lúcia

(ou Estrofes Enamoradas
à Guerrilha do Araguaia)

Ah, Maria Lúcia,
onde enterraram seu riso?

Em que curva, em que rio
desmancharam teu rosto?

Teus ossos, Maria Lúcia,
onde plantaram teus ossos,

que não acho, que não vejo;

que, guerrilheiros,

calcificam em mim

esse criminoso

desejo de manhãs?

(Ah, Maria Lucia,
se soubesses como cresce a sua ausência...

Se soubesses o quanto deixamos de saber
e o quanto conhecemos por tua causa...

Eu, ontem, por exemplo,
sonhei um teu tiro.

É: era um tiro pra mim, Maria Lúcia,
que perfurava em nós

as bandeiras que me prometi, menino,
em meu quarto lá na Cidade Leonor.

Um tiro de condenação dos reinos
e de remissão dos passarinhos...

Um tiro que sabe a teu beijo,
a teu hálito, a teu corpo
sorrindo e multiplicado
nas matas de nosso futuro...)

Não, Maria Lúcia,

não é teu esse cadáver,
mutilado, desnudo!

Tu não és cadáver, Maria Lucia.

Tu és um amanhã

Elder Vieira